

**Noeli de Almeida Godoy-de-Oliveira**

**“NAS ONDAS DO RÁDIO:  
RADIODIFUSAO COMUNITARIA E PRODUÇÃO DE  
SUBJETIVIDADES”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientador (a): Cecília Maria Bouças Coimbra

Niterói  
2007

Noeli de Almeida Godoy-de-Oliveira

**“NAS ONDAS DO RÁDIO:  
RADIODIFUSAO COMUNITARIA E PRODUÇÃO DE  
SUBJETIVIDADES”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia, na área de concentração Estudos das Subjetividades – Política e Exclusão Social.

Aprovada em 31 de agosto de 2007.

Banca Examinadora

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Cecília Maria Bouças Coimbra  
Universidade Federal Fluminense  
Orientadora

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Lilia Ferreira Lobo  
Universidade Federal Fluminense

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Marisa Rocha  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

**Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá**

G589 Godoy-de-Oliveira, Noeli de Almeida.  
“**Nas ondas do rádio: radiodifusão comunitária e produção de  
subjetividades**” / Noeli de Almeida Godoy de Oliveira. – 2007.

**103 f.**

**Orientador: Cecília Maria Bouças Coimbra.**

**Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense,  
Departamento de Psicologia, 2007.**

**Bibliografia: f. 100-103.**

**1. Radiodifusão comunitária. 2. Subjetividade. 3. Resistência. I.  
Coimbra, Cecília Maria Bouças. II. Universidade Federal Fluminense.  
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.**

**CDD 302.2344**

## DEDICATÓRIA

“Homens fortes marcados pela dor,  
banhados de suor, com as mãos já consumadas...

Mas estas mãos formaram uma rede

E em ouro teceram a história.

E na dor permaneceram iluminados

Com fome de esperança, com sede de infinito”.

**(Canção Prisma/ Pastoral da Juventude)**

Sombra-Boa entardece. Caminha sobre estratos  
de um mar extinto. Caminha sobre as conchas  
dos caracóis da terra. Certa vez encontrou uma  
voz sem boca. Era uma voz pequena e azul. Não  
tinha boca mesmo. "Sonora voz de uma concha",  
ele disse. Sombra-Boa ainda ouve nestes lugares  
conversamentos de gaivotas. E passam navios  
caranguejeiros por ele, carregados de lodo.

Sombra-Boa tem hora que entra em pura  
decomposição lírica: "Aromas de tomilhos dementam  
cigarras." Conversava em Guató, em Português, e em  
Pássaro.

**(Manoel de Barros/ Mundo Pequeno)**

Pai, Mãe, Alexandre, Ivan, Thiago, Luana, Arthur,  
Vocês me ensinaram a ter “sede de infinito”!

Cecília, Lília, Marisa, Sérgio, Regina...  
Creio que ainda ouvirão por aí nossos “conversamentos”!

Valeu!

## AGRADECIMENTOS

Senhor, te agradeço pelo dom da vida e pela oportunidade de produzir frutos!

Mãezinha do Céu, sei que posso contar com seu carinho e intercessão!

Aos meus pais, Cosme e Janilce, que abdicaram de uma vida confortável para investir em nossos estudos. Se cheguei até aqui, foi também pelo incentivo e por terem me ensinado que é preciso acreditar na vitória. Obrigada por nunca me deixarem desistir, mesmo quando as coisas não andaram bem!

Ao meu marido Alexandre que nesses dois anos teve de ser trocado pelo computador. De tanto dizer que eu faria um filho com a máquina, acabou fazendo um em mim! Meu amor, valeu pela paciência, incentivo, desafios e principalmente pela ajuda com as três, e depois, quatro crianças quando eu precisava ler, escrever e/ou ficar até mais tarde na faculdade. Aos meus queridos filhos Ivan, Thiago, Luana e o pequeno Arthur, fruto deste mestrado e que acabou vindo primeiro que a dissertação! Crianças, desculpa a mamãe quando não pôde cuidar bem de vocês, dar uma atenção especial, um carinho a mais. O resultado está aqui, mais uma etapa vencida, mais um motivo para comemorar e nos unir ainda mais. A mamãe ama vocês!

Prof<sup>a</sup>. Cecília Coimbra, uma das primeiras pessoas que acreditou que esta pesquisa podia dar samba. Orientadora igual não há! Florzinha, agradeço-te pelo carinho, os cuidados que teve comigo, a acolhida. Aprendi muito com seus toques. Ficou com gostinho de quero mais! Estará sempre em meu coração!

Professor Sérgio Salomé Silva, minha gratidão pelos esclarecimentos e pelo belíssimo parecer, que muito enriqueceu minha caminhada nesta pesquisa. Valeu muito!

A toda a galera da Radio Comunitária Novo Ar: Graça Rocha, Rubenir Rocha, Mamãe Janilce (de novo), Márcia Rodrigues, Lourdes, Graciene, Graciane, nossos ouvintes, colaboradores e todos que colaboraram com depoimentos e palavras de apoio.

Não poderia me esquecer dos amigos Fabiana Valadares e Alexandre (Bolinho) Soares. A ajuda de vocês no projeto de pesquisa foi imprescindível. Sempre vou me lembrar do carinho e da disponibilidade de vocês.

A XI Plenária do CRP 05. Amigos, obrigada pelo carinho, pela amizade, palavras de apoio e incentivo sempre saíam dos lábios de vocês. Alessandra Daflon, foi ótimo tirar dúvidas pelo telefone na hora do jogo do seu fluminense, valeu! Marília Lessa, obrigada pelos livros! Prof<sup>o</sup> José Novaes minha gratidão pelo zelo e por sempre perguntar como estava indo meu mestrado, se colocando disponível a ajudar!

A CAPES pela oportunidade que tive em realizar esta pesquisa, através da bolsa que sustentou meus estudos nesses dois anos.

A prof<sup>a</sup> Cláudia Osório, por sempre se lembrar de mim e ter me iniciado nesta vida de pesquisa e escrita. Amiga, você começou com essa história e hoje temos mais uma vitória para comemorar. Obrigada! Prof<sup>a</sup> Lilia Lobo as dicas foram excelentes e as histórias melhores ainda. Nós te amamos! Prof<sup>a</sup> Marisa Rocha adorei tê-la como banca. Preciosos foram os apontamentos, enriquecendo este trabalho. Agradeço de coração ter aceitado meu convite. Você é linda! Prof<sup>a</sup> Regina Camacho a revisão de português madrugada a dentro foi demais! Guardo seu carinho em meu coração. Patrícia Tomimura, kisses for you. Thanks!

Ao amigo Jadir Lessa, reencontrei com você uma força que para mim não existia mais. Agradeço-te por me fazer despertar a garra e a disposição para continuar!

À Sonia Ambrozino, Karine Mourão e Renata Tavares, amigas que vão ficar guardadas pra sempre do lado esquerdo do peito!

Minha querida ajudante Jane. Você estava presente durante o processo seletivo para o Mestrado e agora voltou para minha defesa! Sua ajuda com as crianças e com os afazeres da casa tem sido primordial. Você é pé quente! Valeu!

Ao corpo docente do Curso de Mestrado de Psicologia da UFF. Com as magníficas aulas que tivemos, recebemos preciosas ferramentas para desenvolvermos nosso texto e elaborarmos nossa pesquisa com mais segurança e liberdade.

Aos colegas de curso. Foram quase dois anos de convivência, mas de uma riqueza sem par. Os debates calorosos em sala e as chopadas refrescantes após as aulas, nos bares da vida vão ficar na história. Aprendemos muitas coisas juntos.

Enfim, a todos que, mesmo que não tenham sido citados, colaboraram para a realização deste trabalho e hoje fazem parte da minha existência! Muito obrigada!

## RESUMO

A presente dissertação pretende analisar como a comunicação realizada na Rádio Comunitária Novo Ar pode se tornar um agente de transformação, produzindo efeitos nos modos de ser e de existir, no cotidiano da cidade de São Gonçalo.

Este trabalho vincula-se ao estudo da produção de subjetividades no sentido de pensar novas práticas quando estamos inseridos em um meio onde o capitalismo e suas formas de massificação pela mídia procuram ditar como todos devem viver e se adequar, desqualificando quaisquer possibilidades criadas como formas de enfrentamento ao que é estabelecido.

Neste cenário, é contada a história da cidade de São Gonçalo, suas dificuldades e desafios, como surge a Rádio Comunitária Novo Ar em meio a tantas propostas de radiodifusão comunitária e como esta prática potencializa a produção de redes e parcerias tornando-se mais um espaço de participação da comunidade na luta pela melhoria das suas condições de vida.

Agenciando-se com alguns conceitos da Análise Institucional Francesa, e tomando depoimentos dos agentes que participam da Rádio Comunitária Novo Ar, a análise vai se construindo, sem perder de vista as possíveis cristalizações que a própria rádio pode produzir. São pensadas as relações de poder vividas neste espaço, além das produções de linhas duras e de fuga no dia-a-dia da comunidade.

É realizada, ainda, uma análise das práticas homogeneizantes da grande mídia como barreiras que dificultam o funcionamento da radiodifusão comunitária. A questão da lei sobre radiodifusão comunitária, fechamento de estúdios comunitários e concessões são algumas questões abordadas nesta dissertação.

Por fim, apontamos a Rádio Comunitária como um dispositivo produtor de resistências, de novas formas de fazer comunicação, de fazer emergir diferenças, entendendo que as diferenças podem conviver e se encontrar no sentido de criar novos afetos e possibilidades de vida e de existência. Na conclusão, é exposto que afetos e efeitos foram emergindo durante a elaboração deste trabalho.

Palavras-chave: radiodifusão comunitária, produção de subjetividades, resistência.

## ABSTRACT

The following dissertation intends to analyse how the communication realized in the Community Radio Novo Ar can become a transformation agent, producing effects in the ways of being and existing, in the day-to-day life of São Gonçalo city.

This work is linked to the study of the production of subjectivities in the sense of thinking new practices when we are immersed in a médium where capitalism and its forms of massification by the media attempt at dictating how all of us should live and adequate ourselves, disqualifying any possibilities created as forms of confrontation with the established.

In this scenario, the story of the city of São Gonçalo is told, its difficulties and challenges, how the Community Radio Novo Ar emerges in the midst of so many community radiodifusion proposals, and how this practice potentializes the production of networks and partnerships, becoming an extra space of participation by the community in the struggle for the bettering of their life conditions.

Agenciating itself with some concepts of the French Institutional Analysis, and taking statements from the agents that participate in the Community Radio Novo Ar, the analysis builds itself, without losing sight the possible cristalizations that the very Radio may produce. The power relations lived in this space are thought of, as well as the hard lines and escape lines in the daily life of the community.

An analysis of the homogeneating practices of the mass media as barriers that hinder the functioning of the community radiodifusion is also made. The issue of the law on community radiodifusion, the closing down of community studios and concessions are some of the topics covered by this dissertation.

Finally, we point the Community Radio as a device producer of resistences, of new forms of making communication, to make emerge differences, understanding that the differences can convive and meet in the sense of creating new affections and possibilities of life and existence. In the conclusion, which affections and effects that emerged during the elaboration of this dissertation is exposed.

Key-words: community radiodifusion, production of subjectivities, resistance.



## SUMÁRIO

FOLHA DE ROSTO.....	2
DEDICATÓRIA.....	3
AGRADECIMENTOS.....	4 – 5
RESUMO.....	6
ABSTRACT.....	7
SUMÁRIO.....	8 - 9
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10 - 27</b>
I - O Município de São Gonçalo e a Rádio Comunitária Novo Ar.....	12 – 17
II - Historicizando a COMNAR.....	17 – 20
III - O Dispositivo Rádio Comunitária.....	20 – 24
IV. Metodologia.....	24 - 27
<b>CAPÍTULO 1</b>	
<b>Implicação: Um Mergulho no Coletivo.....</b>	<b>28 – 36</b>
<b>CAPÍTULO 2</b>	
<b>A Produção das redes problematizando o urbano.....</b>	<b>37 - 46</b>
2.1 Pensando as redes inseridas no CMI.....	37 – 39
2.2 As Redes nos Movimentos Sociais.....	39 – 44
2.3 As redes intervindo e problematizando o urbano.....	45 – 46
<b>CAPÍTULO 3</b>	
<b>Um pouco da história das rádios comunitárias.....</b>	<b>47 – 56</b>

**CAPÍTULO 4**

<b>Mídia, Rádio Comunitária e Produção de Subjetividade.....</b>	<b>57 - 74</b>
4.1 Comunicação como um direito de todos.....	57 – 68
4.2 Poder e Mídia: A Questão do Monopólio.....	68 – 81

**CAPÍTULO 5**

<b>As lutas de hoje da Rádio Comunitária Novo Ar.....</b>	<b>82 - 94</b>
5.1 Produzindo estratégias de resistência!.....	83 - 88
5.2 Sobre a digitalização.....	88 - 89
5.3 Lei 9.612 é uma faca de dois gumes.....	89 - 91
5.4 Intervindo/interferindo no cotidiano da comunidade.....	91 - 94

<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>95 - 99</b>
-----------------------	----------------

<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>100 - 103</b>
--	------------------

## Introdução

A escolha do tema “Nas ondas da rádio: radiodifusão comunitária e produção de subjetividades” encontra-se diretamente relacionada à prática que venho exercendo como psicóloga participante de uma Rádio Comunitária: a FM Novo Ar, situada no Município de São Gonçalo. O estudo das questões que atravessam esta rádio busca analisar formas de participar de uma comunidade, afirmando o coletivo como produtor de novas formas de pensar e de melhorias para as condições de vida da população e do município onde nos inserimos. Propomos, neste contexto, mostrar como uma rádio comunitária pode ser um agente transformador quando aposta no coletivo, nas parcerias, na autonomia, sem, contudo, ocultar os desafios que vêm sendo enfrentados. A articulação entre radiodifusão comunitária e produção de subjetividades<sup>1</sup> emergiu a partir de observações realizadas no trabalho desenvolvido na/pela rádio, dentro da COMNAR – Comunidade Novo Ar, cujo nascimento e um pouco da sua história serão narradas adiante, bem como alguns aspectos históricos e sócio-políticos sobre a cidade de São Gonçalo, espaço onde esta comunidade e sua rádio estão inseridas.

Nesta comunidade, participo como colaboradora da equipe que desenvolve um trabalho de educação comunitária e cidadania, através de atendimentos aos sócios e colaboradores da rádio (o que costumo chamar de *ouvidoria*), da participação em programas nas diversas áreas de interesse dos ouvintes, da produção de oficinas, e como membro participante da comunidade que recebe tal comunicação. Além dessa atuação, tenho representado a Rádio Comunitária Novo Ar em espaços de discussão política como audiências públicas em Câmaras Municipais de algumas cidades e na Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

Comecei a integrar as atividades da rádio, a princípio, como moradora da comunidade, na Igreja Matriz de São Pedro de Alcântara, onde iniciei militância atuando na Pastoral da Juventude Estudantil (PJE), antiga JEC (Juventude Estudantil Católica), em 1988. Conseqüentemente, atuei no movimento secundarista em São Gonçalo. Também me inseri num trabalho ligado à música e à liturgia católica, além de

---

<sup>1</sup> Produção de subjetividades aqui será pensada segundo Guattari (2005:40) como modos de existir no mundo, de produzir história, segundo uma prática particular, singular, “... não passível de totalização...”, “... fabricada e modelada no registro do social...”.

estudos de aprofundamento e análise por meio de debates com grupos jovens de encontro e discussão dos documentos da Igreja<sup>2</sup>. Estes grupos jovens de debates e orações eram ligados a uma frente da igreja chamada progressista. Nela, predominava a militância embasada na Teologia da Libertação<sup>3</sup> e nas CEBs<sup>4</sup> (Comunidades Eclesiais de Base). O Ministério de Música em que participava criou, em 2000, um programa<sup>5</sup> que ia ao ar aos sábados à tarde, sendo eu responsável pelo roteiro e pela elaboração das entrevistas com os artistas de todas as denominações religiosas e populares que nos visitavam. Durante essa atividade, o pessoal da rádio descobriu minha atuação como psicóloga. Por estar envolvida com as questões vividas na comunidade, e por ter um saber específico<sup>6</sup> (ser psicóloga), após um ano de programa, em 2001, recebi o convite para participar da programação e dos projetos sociais propostos pela Comunidade Novo Ar (COMNAR). Minha intenção ali era tentar produzir um outro tipo de dinâmica que aumentasse o envolvimento dos ouvintes, colocando no ar as diferentes vozes da comunidade. Neste caso, “dar voz à comunidade”<sup>7</sup> se relaciona à participação efetiva daqueles que compõem a comunidade enquanto ouvintes, moradores, trabalhadores

---

<sup>2</sup> Nesses encontros eram debatidos todos os documentos emitidos nas conferências dos bispos, congressos e encíclicas papais que abordassem qualquer questão relacionada às nossas práticas. Os documentos estudados poderiam ter sido elaborados tanto pela corrente tradicional da Igreja, quanto pelas frentes progressistas.

<sup>3</sup> Teoria da Igreja que primava pela atuação social e política de seus membros. “*A teologia da libertação é um movimento teológico que quer mostrar aos cristãos que a fé deve ser vivida numa práxis libertadora e que ela pode contribuir para tornar esta práxis mais autenticamente libertadora*” (MONDIN, 1980, p. 25). Neste sentido, o cristão é impelido a viver a práxis libertadora nas diversas épocas da história. O termo *libertação* foi cunhado a partir da realidade cultural, social, econômica e política sob a qual se encontrava a América Latina, a partir das décadas de 60/70 do último século. Os teólogos daquele período, católicos e protestantes, assumiram a libertação como paradigma de todo fazer teológico.

<sup>4</sup> As **Comunidades Eclesiais de Base** ou **CEBs** eram pequenas comunidades ligadas principalmente à Igreja Católica que, incentivadas pelo Concílio Vaticano II (1962-1965), se espalharam principalmente nos anos 70 e 80 no Brasil, durante a luta contra a ditadura militar, contribuindo, conscientemente ou não, para o processo de redemocratização do país.

<sup>5</sup> Chamava-se “Jesus é Energia” e ficou no ar por quase 2 anos.

<sup>6</sup> O fato de ter um “saber específico”, mesmo depois de estar atuando na rádio e promover debates sobre a questão de que esse saber (ou qualquer outro) não é imprescindível para que a rádio e seus projetos caminhem, naquele momento, muito contribuiu para meu maior envolvimento com as atividades e os projetos sociais propostos pela COMNAR.

<sup>7</sup> A expressão “dar voz à comunidade” emergiu na década de 1970 quando da criação das formas de comunicação alternativa pela vertente católica. (Cogo, 1998 e Peruzzo, 1998). Dar a voz aqui é pensada não no sentido de doação, pois não se dá nada ao outro; mas em se abrirem os microfones e amplificar essas vozes que já existem e de alguma forma se potencializariam com ou sem a rádio. Trata-se, simplesmente, de um canal onde reivindicações e opiniões são expressas sem distinção de pessoas ou conteúdos.

locais, migrantes e imigrantes; ou seja, aqueles que, de alguma forma, vivem e atuam na área de abrangência da rádio comunitária, ou que, por ventura, estejam apenas de passagem e sintam vontade ou necessidade de usar esse espaço. Aqui, “dar voz e promover a participação da comunidade” não deve ser entendida como algo assistencialista ou como se a rádio fosse o espaço definitivo ou doador para que a comunidade fale. Segundo Foucault (1979:71)

*... as massas não necessitam deles [os intelectuais] para saber; elas sabem perfeitamente, claramente, muito melhor do que eles; e elas o dizem muito bem. Mas existe um sistema de poder que barra, proíbe, invalida esse discurso e esse saber. (grifos meus)*

Ou seja, a rádio é apenas uma ferramenta que potencializa e ecoa essas vozes que já existem e falam, que somente são amplificadas e valorizadas pelo instrumento rádio. É uma proposta de não desqualificação dos diferentes discursos que passam por ali.

## **I - O Município de São Gonçalo e a Rádio Comunitária Novo Ar.**

São Gonçalo é um Município do Estado do Rio de Janeiro que possui cerca de um milhão e 200 mil habitantes<sup>8</sup>, localizado a 20 quilômetros da cidade do Rio de Janeiro. Avizinha-se com as cidades de Niterói, Itaboraí, Maricá e Magé e tem seu litoral banhado pela Baía de Guanabara. Tal proximidade com a capital do estado, e a ligação com outros municípios, fazem de São Gonçalo um ponto estratégico para negócios, além de passagem, quase obrigatória, para as áreas turísticas do estado, como a Região dos Lagos. São Gonçalo tem uma área de 251 quilômetros quadrados, atravessada por duas principais vias de acesso ao Norte do Estado: a Rodovia Amaral Peixoto que se divide nas RJ-104 e RJ-106 e a Niterói - Manilha, integradas ao sistema

---

<sup>8</sup> Segundo dados do IBGE, em 2004, a população era de 948,2 mil habitantes, sendo a terceira maior população do Estado e seu 2º colégio eleitoral. Os dados mencionados no texto provêm da Prefeitura de São Gonçalo em 2005, após levantamento eleitoral, dados do IPTU e alunos matriculados na rede pública.

BR-101, o que garante o acesso fácil às demais regiões do país. O PIB (Produto Interno Bruto) *per capita* dessa cidade, segundo dados do IBGE em 2002, era de R\$ 5.014,00.

Sua fundação se deu em 6 de abril de 1579<sup>9</sup> pelo colonizador Gonçalo Gonçalves. Naquela ocasião, ele mandou construir uma capela com o santo de sua devoção - São Gonçalo D'Amarante, marcando, assim, sua colonização. Presume-se que tenha sido no local onde hoje está a Igreja Matriz de São Gonçalo, no bairro Zé Garoto<sup>10</sup>. A praça Stephanea de Carvalho (popularmente conhecida como Praça do Zé Garoto) seria o Marco-Zero da cidade, pois a vila de São Gonçalo existia onde agora está o bairro homônimo.

No início de sua fundação, no século XVI, São Gonçalo era habitado pelos índios Tamoios<sup>11</sup>, cujos domínios estendiam-se até Angra dos Reis. Seu desmembramento, iniciado no final do século XVI, foi efetuado pelos jesuítas que, no começo do século XVII, instalaram uma fazenda na zona conhecida como Colubandê, às margens da atual rodovia RJ-104.

No ano de 1646, São Gonçalo foi alçado à categoria de freguesia, já que, segundo registros da época, a localidade-sede ocupava uma área de 52 Km<sup>2</sup>, com aproximadamente seis mil habitantes. Visando à facilidade de comunicação, a sede da sesmaria foi, posteriormente, transferida para as margens do Rio Imboaçú, onde foi construída uma segunda capela, monumento atualmente restaurado. O conjunto de marcos históricos remanescentes do século XVII inclui ainda a Fazenda Nossa Senhora da Boa Esperança, em Ipiíba, e a propriedade do capitão Miguel Frias de Vasconcelos, no Engenho Pequeno. A capela de São João, Porto do Gradim, e a Fazenda da Luz, em Itaóca, são também lembranças de um passado colonial em São Gonçalo.

Em 1860, 30 engenhos já exportavam dos portos de Guaxindiba, Boaçu, Porto Velho e Pontal de São Gonçalo.

---

<sup>9</sup> Segundo o *site wikipédia*, esta data é imprecisa, sendo alvo de debates entre historiadores da cidade.

<sup>10</sup> No entanto, existem relatos de que a primeira capela tenha sido erguida às margens do rio Guaxindiba, mas até hoje não foi encontrado qualquer vestígio de sua existência.

<sup>11</sup> Os Tamoios, na realidade, não era apenas uma tribo. Tratava-se da união de várias tribos litorâneas que lutavam contra a dominação portuguesa na época da colonização. Por haver um grande número de indígenas nas terras que hoje compõem o município, a maioria dos nomes dos bairros de São Gonçalo tem origem etimológica na língua Tupi.

Em 22 de setembro de 1890, o Distrito de São Gonçalo foi emancipado politicamente e desmembrado do de Niterói, através do decreto estadual nº. 124. Após muitas idas e vindas e acordos com Niterói, finalmente, em 1929, a Lei nº. 2335, de 27 de dezembro, concedeu a categoria de cidade a todas as sedes do município.

No ano de 1943, ocorreu nova divisão territorial no Estado do Rio de Janeiro e, dessa vez, São Gonçalo perdeu o Distrito de Itaipu para o município de Niterói, restando-lhe, apenas, cinco distritos: São Gonçalo sede, Ipiíba, Monjolos, Neves e Sete Pontes que permaneceram até os dias atuais.

Hoje, os habitantes da cidade são provenientes de diversas localidades, principalmente do Norte e do Nordeste brasileiro, que vieram em busca de emprego. É essa população que sustenta parte da mão de obra das cidades do Rio de Janeiro e Niterói e que caracteriza São Gonçalo como uma cidade dormitório. Essa mão de obra aparece, predominantemente, no setor da construção civil, no caso dos homens e serviços gerais, domésticas e babás, no caso das mulheres. Há uma grande parte dessa população no mercado informal. Um outro aspecto é o alto índice de violência contra a mulher, mesmo quando se constata que 30% das famílias gonçalenses são chefiadas por mulheres<sup>12</sup>. Por ser uma cidade que apresenta realidades urbanizada e interiorana que se atravessam em seu cotidiano, existe um grande preconceito para com essa população, não só a partir de outras cidades, como dela própria. Devido a essa cultura de dependência das esferas governamentais e de menos-valia em relação a outras cidades, como Niterói e Rio de Janeiro, produz-se, na própria população, uma descrença sobre si mesmos, como incapazes de produzir transformações que possibilitem quebrar essa idéia endurecida pelo senso comum e criar novas formas de se olhar para sua cidade.

O município enfrenta sérios problemas de educação, saúde e saneamento que aparecem em seus cinco distritos. Tais dificuldades parecem se eternizar, principalmente, pelo fato de sucessivos governos, há décadas, apresentarem uma postura descompromissada e um desinteresse para com as questões de sua população. Trata-se de um município muito extenso, populoso e claramente abandonado no que se refere às políticas públicas de atendimento básico. A prática produzida por meio da atuação dos representantes locais é a de uma política assistencialista, conservadora

---

<sup>12</sup> Dados IBGE – 2000.

baseada em interesses privados. O “curral” eleitoral é rico, onde há, aproximadamente, 900 mil eleitores<sup>13</sup>, perdendo apenas para a Capital do estado, o que é interessante e proveitoso para políticos que pretendem beneficiar seus “bolsos” e suas carreiras em detrimento das necessidades do grande coletivo que habita essa cidade.

No que diz respeito às atividades econômicas, São Gonçalo vem crescendo, principalmente no setor industrial. Esse crescimento parece lento para quem já foi um dos principais centros industriais do país no século XIX na cultura e exportação do café e da cana de açúcar.

Durante as décadas de 1940 e 50, o parque industrial de São Gonçalo chegou a ser um dos mais importantes do antigo estado do Rio, atuando nos campos da metalurgia, transformação de materiais não metálicos (cimento, cerâmica e outros), químico, farmacêutico, papel e produtos alimentares, sendo chamada de Manchester Fluminense. Podemos citar como exemplo, as indústrias de papelão e eletroquímica no bairro Alcântara, já desativadas e a Metalúrgica HIME no Distrito de Neves, também desativada.

Atualmente, São Gonçalo luta para retomar seu espaço, com um parque industrial variado, que inclui firmas como: Plastigel, Tintas Internacional, Eletro Vidro, Comercial Gerdau, CCPL, Quaker Alimentos, os laboratórios farmacêuticos: B. Braun e Herald's, além de confecções, principalmente de *jeans*.

Neste contexto, com o passar do tempo, esse crescimento industrial e também o do setor comercial traz consigo uma tentativa de geração de mais empregos dentro do município. No século XXI, estão sendo estudadas propostas de se fazer com que a mão de obra que se desloca para outras cidades, seja, potencialmente, produtora de desenvolvimento em sua própria cidade. Um acontecimento que poderá colaborar para a criação de mais empregos na cidade será a construção do Complexo Petroquímico em Itaboraí (cidade vizinha). Segundo este projeto, aprovado pelo Governo Federal, em março de 2006, a base de armazenamento de produtos líquidos e o centro de

---

<sup>13</sup> Dados históricos colhidos no site [www.saogoncalo.rj.gov.br](http://www.saogoncalo.rj.gov.br), referente ao ano de 2004.



especialização e formação de mão-de-obra deste Complexo se localizará em São Gonçalo.

O comércio gonçalense é um dos mais ativos da região, com grandes redes de supermercados. É o caso do *Makro*, *Carrefour*, *Extra* e, mais recentemente, o *Sam's Club* (do grupo americano *Wal Mart*), além de um grande *shopping*: o São Gonçalo *Shopping* Rio, inaugurado em 2003, às margens da BR-101, na altura do bairro de Boa Vista. O empreendimento, de porte regional, gera cerca de 2,5 mil empregos diretos. Porém, a maior concentração do comércio fica no bairro de Alcântara, considerado o centro nervoso de São Gonçalo.

Alcântara tem uma população originariamente formada por imigrantes portugueses e, há cerca de vinte anos, vem recebendo maciçamente os migrantes oriundos do norte e nordeste do Brasil. Recentemente, migrantes oriundos da cidade do Rio de Janeiro e Grande Rio se dirigem para São Gonçalo com o objetivo de “escapar” do alto índice de violência produzido naqueles espaços<sup>14</sup>. Esse processo vem causando um “inchaço populacional”. Criam-se condomínios predominantemente de classe média, mas que, dependendo da infra-estrutura oferecida, podem abrigar moradores de classe média alta nos centros, e média baixa nos distritos que formam o interior da cidade. Ao mesmo tempo, aumentam as comunidades pobres carentes de saneamento e habitação que crescem a olhos vistos. Podemos problematizar essa questão e pensar não somente na questão da violência relatada por essas pessoas, mas também no processo de proletarianização que vem-se fortalecendo em nossa sociedade. Há dias em que se torna impossível andar pelo centro do Alcântara, haja vista o enorme fluxo de pessoas caminhando e trabalhando no mercado informal em seus “calçadões”. O trânsito pára e os engarrafamentos são constantes. É visível a falta de planejamento, tanto em Alcântara, quanto no centro da cidade de São Gonçalo, devido ao forte crescimento populacional.

O acesso à cultura e à comunicação é bastante limitado: existe apenas um jornal, “O São Gonçalo”, do mesmo proprietário da Faculdade de Comunicação local. Há outras emissoras de rádio ditas comunitárias, porém, principalmente, de cunho religioso,

---

<sup>14</sup> Essas informações foram colhidas a partir do relato de vizinhos, paroquianos e freqüentadores da rádio que, coincidentemente ou não, informam que passaram por situações de violência quando moravam na cidade do Rio de Janeiro.

sendo a maioria de denominação protestante. As poucas informações sobre São Gonçalo são veiculadas para a população pelos meios de comunicação dominantes. Talvez por não conhecerem aspectos relevantes da cidade, acabam veiculando dados incompletos e possivelmente distorcidos, produzindo uma outra realidade para essa cidade. A deficiência na veiculação das informações sobre a cidade, contribui para uma pseudo-politização dos habitantes de São Gonçalo, que acabam por não cobrar das autoridades seus direitos mais básicos. Parece, a meu ver, que paira sobre esta população uma nuvem de desesperança e desânimo para lutar por interesses mais coletivos. Trata-se do efeito de uma determinada política que vem sendo produzida na cidade como despolitização. Em média, o nível de escolaridade é o fundamental, com alguns habitantes atingindo o nível médio e pouquíssimos, o nível superior<sup>15</sup>.

Em 2001, o então prefeito Henry Charles sancionou a lei 019, pioneira no Brasil, que autorizava o funcionamento das rádios comunitárias no município de São Gonçalo. No ano seguinte, o então prefeito José Serra, em São Paulo, sancionou uma lei idêntica para a sua cidade.

É neste contexto que se insere a Comunidade Novo Ar e a atuação da Rádio Comunitária Novo Ar.

## **II - Historicizando a COMNAR**

A associação COMNAR surgiu em fevereiro de 1996, no bairro do Porto Novo, a partir da organização de um grupo de pessoas que se preocupavam em lutar por melhores condições de vida na região. Naquele momento, tratava-se de uma luta por sobrevivência, pois a comunidade se sustentava prioritariamente da pesca de caranguejos de mangue, ameaçada por construções na rodovia Niterói - Manilha, nas proximidades do bairro Gradim, município de São Gonçalo. Através das manifestações desse grupo e da necessidade da divulgação desse movimento, em 1º de maio daquele mesmo ano, nascia a Rádio Novo Ar, tendo como objetivo principal trazer a voz

---

<sup>15</sup> Dados coletados através de oficinas realizadas por mim com as professoras e agentes de leitura da Rede Municipal (SEMED – Secretaria Municipal de Educação), no ano de 2003.

daquela população que não contava com qualquer amparo de ordem pública e que precisava, portanto, potencializar suas demandas para que pudesse ser ouvida. Em 2000, a COMNAR mudou sua sede para Alcântara, também um bairro do município de São Gonçalo. A Comunidade Novo Ar oferece vários projetos<sup>16</sup> para promover e ampliar a participação da comunidade nesses espaços: A Estação Digital, com cursos de informática e acesso à Internet; o curso Pré-Vestibular comunitário; o projeto Economia Solidária que conta com a participação de artesãos do município de São Gonçalo; oficinas de formação de Produtores, Operadores de Áudio, Programadores e Locutores para radiodifusão comunitária e a própria Rádio Novo Ar. A Rádio funciona como uma espécie de laboratório para todos os projetos que ali acontecem, dando visibilidade para eles e oportunidades para todos que queiram participar<sup>17</sup>.

A rádio se mantém através das doações dos associados e dos apoios culturais, além das sobras (quando acontece) das taxas simbólicas que sustentam financeiramente cada projeto<sup>18</sup>. Os projetos são auto-sustentáveis. Também temos parcerias com fundações como a Fundação Ford, a Cemina e a Fundação Banco do Brasil, além dos prêmios Banco Mundial e Fundo Ângela Borba, entre outros, conquistados a partir de iniciativas coletivas. O único projeto gratuito é o dos cinco computadores que dão acesso livre à *Internet* para *sites* do governo, a partir da antena da GESAC – por ironia do destino – numa parceria com o Ministério das Comunicações.

A sede da COMNAR e a Rádio localizavam-se no centro do Bairro do Alcântara, mais exatamente no pátio da Igreja Matriz de São Pedro de Alcântara. Durante a escrita deste trabalho mudou-se para o bairro do Bandeirantes, onde reinauguramos a Rádio Comunitária e abrimos um espaço cultural comunitário denominado “Casa de Cultura”. Essa mudança foi antecipada, pois, em 14 de fevereiro

---

<sup>16</sup> Além dos projetos citados, criamos, durante o processo de mudança para o Bandeirantes, o projeto Centro de Referência Mulher em Ação, fruto do programa Mulher em Ação e, em vias de implementação, o projeto semelhante a uma agência de emprego, ainda sem nome definido.

<sup>17</sup> Este breve histórico da COMNAR me foi relatado por uma de suas fundadoras: Maria das Graças Rocha, hoje a atual presidente da COMNAR.

<sup>18</sup> São cobradas taxas simbólicas aos participantes, bem abaixo do preço de mercado nos cursos pré-vestibular e supletivo, informática, artesanato e nas oficinas, a fim de garantirmos as passagens dos professores e instrutores e para a compra de materiais utilizados nestes projetos. Quando o projeto consegue certa autonomia financeira, criamos vagas gratuitas para aqueles que, por ventura, não podem colaborar e precisam da qualificação.

de 2006 a COMNAR teve que procurar outro local para se instalar. Nossa rádio havia sido fechada e a topografia do local tinha que ser estudada para que mais uma exigência do Ministério das Comunicações fosse cumprida. Precisaríamos ficar a 2 KM do raio de Alcântara, porque havia sido dada uma concessão para uma outra rádio, dita comunitária, nos arredores de Alcântara e que estava muito próxima de nós. Sabemos, contudo que, na maioria das vezes, a política de concessões é extremamente econômica, e não compactuamos com isso. Mesmo sendo mais antigos<sup>19</sup> e com praticamente todas as exigências reais e inventadas cumpridas, preferimos cumprir as exigências e receber a concessão por mérito.

Por outro lado, tínhamos a proposta de permanecer em Alcântara, com uma retransmissora, realizando, apenas, a transmissão das missas dominicais e programas de cunho religioso, a fim de continuarmos a oferecer os projetos para as pessoas da comunidade e a atender essa demanda, já que estávamos no pátio da Paróquia, sem transtornos de locomoção. A idéia final era de, realmente, levarmos toda a infraestrutura da rádio e os outros projetos para a comunidade do Bandeirantes. Mas isso se daria aos poucos, porque a comunidade de Alcântara tinha uma participação bastante ativa dentro da COMNAR. Tirar tudo dali de uma só vez, como foi comprovado, esfriou ainda mais a comunidade, que muito lamentou a nossa saída<sup>20</sup>. Porém, nossa análise tem sido positivada: pudemos ampliar nossos horizontes durante nossa ida para a comunidade do Bandeirantes.

Este trabalho, portanto, é uma aposta de que a própria comunidade pode ser um agente de transformação desses pensamentos engessados produzidos no seio desta cidade. Aos poucos, fui-me dando conta do quanto somos capturados por aquele sentimento de menos valia citado anteriormente, aspirando a desejos do ser ou estar em

---

<sup>19</sup> Nosso processo para o recebimento da concessão que era um dos primeiros da fila havia sido arquivado, não ficou claro ainda o porquê. Reabrimos o processo. O que nos custou tempo e ficamos para trás, provavelmente por “insuficiência financeira”.

<sup>20</sup> Aproveitando nossa intenção de cumprir as exigências “criadas” pelo Ministério das Comunicações para que pudéssemos conseguir a concessão sem subterfúgios, a liderança paroquial enviou uma carta pedindo que desocupássemos o local onde a rádio estava instalada, alegando que precisavam do espaço para atender os movimentos daquela Paróquia. Estranhamos o pedido, porque presenciávamos um enorme esvaziamento naquela comunidade religiosa, com vários membros descontentes e outros buscando atuar em outras comunidades. Como constatamos que, politicamente, em São Gonçalo sempre tomamos conhecimento de lideranças que trabalham em prol de interesses pessoais em detrimento do coletivo, a carta enviada não teve grande peso nessa questão, apenas afirmou de que lado está a liderança atual da Paróquia de São Pedro de Alcântara que, com certeza, não são os interesses da comunidade.

uma outra cidade. Esse desejo faz com que vejamos São Gonçalo como uma cidade suja, feia, sem importância, com uma população sem perspectiva, com pouquíssimas chances de sair do inferno e produzir novas possibilidades de mudar tal realidade. Entendo que a rádio poderia potencializar possibilidades de articulação de subjetividades singulares e, por isso, combatentes contra o processo de massificação em que vivemos. Nesse sentido, caberia tratar da rádio comunitária aqui como um dispositivo, apostando nesta potencialização. Apresentamos aqui o depoimento de uma ouvinte (carta de 26/05/05) que se expressa sobre o descaso e os abusos vividos em São Gonçalo pela rádio e pela população<sup>21</sup>.

*“Novo ar quero parabenizar a todos vocês pelo trabalho maravilhoso que tem feito, e por tudo que levam para nossas casas. [...] Tiro meu chapéu para novo ar, não tiro para Anatel. [...]”*

*Como também juntamente a outros ouvintes assisti a dor do Sr. Rubenir Rocha, quando a Anatel toda fora da lei chegou no seu big carrão para calar a voz do povo, mas não foi nem será desta vez que a Anatel calará a voz do povo, pois diante a tanta dor, tristeza, nos vendo tudo acontecer não poderia deixar que calassem a nossa voz e decidimos colocar a novo ar no ar.*

*O que mais dói no povo é que com tanta coisa a se fazer pelo povo gonçalence querem calar a voz desse povo tão sofrido.*

*Vamos gerar emprego, Tira as crianças da rua Cuidar da nossa saúde que é uma vergonha, tapar buracos, olhar pelos nosso idosos, dar mais atenção aos estudantes.*

*Está sim é uma luta certa é também uma grande vergonha que querem e se preocupam com coisas fúteis e não com coisas sérias. [...] Célia da Ello de Amor<sup>22</sup>”.*

### III - O Dispositivo Rádio Comunitária

---

<sup>21</sup> O depoimento foi reproduzido exatamente do modo como foi escrito, os possíveis erros ortográficos, de concordância ou de pontuação foram mantidos segundo o original.

<sup>22</sup> Ello de Amor é o nome que a Célia deu para seu trabalho de confecção e venda de artesanato.

Pensando o conceito de dispositivo a partir das contribuições de Deleuze (1988) - um conjunto multilinear, que comporta linhas de força que seguem variadas direções traçando processos que desestabilizam, desequilibram, fazem ver e fazem falar, produzindo inúmeras e variáveis relações - torna-se interessante analisar os encontros que se dão no contexto dessa rádio comunitária.

Deleuze (1988: 2) aponta que:

*A linha de força se produz 'em toda a relação de um ponto a outro', e passa por todos os lugares de um dispositivo. Invisível e impronunciável, ela é estreitamente misturada aos outros e, no entanto é desembaraçável. (...) É a 'dimensão do poder', e o poder é a terceira dimensão do espaço, interior ao dispositivo, variável com os dispositivos. Ela se compõe, como o poder com o saber.*

Ao se considerar a rádio comunitária como um dispositivo (nesse caso, a Rádio Novo Ar, atuante na cidade de São Gonçalo), busca-se analisar os modos como esse dispositivo de intervenção possibilita ou não a potencialização de relações que vão se estabelecendo no que chamamos de participação comunitária, e os modos de produção de subjetividades que se dão neste espaço. A partir dessa análise, aposta-se na possibilidade de problematização dos efeitos que ali emergem através dos encontros e agenciamentos que se produzem, bem como das relações de poder-saber que se misturam no trabalho realizado e nas relações engendradas nessa comunidade.

O dispositivo Rádio Comunitária, através de seus agenciamentos, pretende produzir mecanismos de participação da comunidade em prol da luta pela democratização dos meios de comunicação, problematizando a produção de discursos homogeneizantes, buscando linhas de fuga que, aqui entendo, como formas de resistência às massificações atuais, a fim de que se produzam, coletivamente, formas criativas para outros modos de existência e novas singularidades, no sentido de se pensar as diferenças produzindo diferenças.

Neste sentido, Foucault (1979: 246) adverte que:

*O dispositivo, portanto, está sempre inscrito em um jogo de poder, estando sempre, no entanto, ligado a uma ou a configurações de saber que dele nascem, mas que igualmente o condicionam. É isto, o dispositivo: estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles.*

Partindo dessa sinalização de Foucault, tornam-se mais claros os enfrentamentos, os embates que surgem no corpo da rádio por conta de sua atuação e as inevitáveis interferências no cotidiano dessa comunidade. Sobretudo, os conflitos envolvendo **saber** e **poder** que emergem no espaço físico ocupado pela rádio e por outros projetos sociais que compõem algumas atividades dessa comunidade. Nesse contexto, fica evidente como o dispositivo Rádio Comunitária pode emergir como um interventor em um processo de desterritorialização de produções cristalizadas, instituições<sup>23</sup> rígidas, arraigadas em suas próprias verdades, apresentadas como únicas e universais. Tais produções se apresentam nas figuras de alguns padres, de algumas lideranças leigas da paróquia local, de lideranças comunitárias no campo político, e através também do próprio poder público nas figuras dos governos municipal, estadual e federal, entre outros. Nesse momento, tais figuras encontram-se capturadas e enrijecidas pelas redes de subjetivação capitalista, procurando através da força, durante o 1º semestre de 2006, por exemplo, impedir que a rádio e os projetos comunitários utilizassem o espaço físico que diziam ser deles, fragilizando tais atividades e entendendo esse dispositivo como uma ameaça ao poder que, de certa forma, a própria comunidade os permite exercer.

Percebendo que a principal prática/ferramenta do dispositivo Rádio Comunitária é o discurso, a questão do fazer falar e do fazer calar aparecem nesse espaço, também, como produtores de jogos de forças e de linhas de fuga. Tal análise confirma a tese

---

<sup>23</sup> Cabe ressaltar que instituição aqui é pensada diferentemente de grupo ou estabelecimento. Para entender melhor essa diferença, Coimbra (1995: 59) cita Lapassade, mencionando que: “... estabelecimento é o local geográfico onde se atualizam as diferentes instituições (...). O conceito de instituição (...) designa a produção e a reprodução das relações sociais dominantes tanto nos pequenos grupos, como na estrutura das organizações”. Este conceito será melhor discutido adiante.

estudada por Fischer (2004: 1), a partir da leitura de Foucault, que aponta possibilidades de

*...articular práticas discursivas e não-discursivas relacionadas a determinados 'sintomas' da cultura contemporânea, tematizados nos meios de comunicação.*

Portanto, nosso objetivo neste trabalho, pensando a Rádio Comunitária como dispositivo de intervenção, também, a partir dos efeitos produzidos por essas práticas, é analisar as relações entre o falado e o silenciado nessa rede. Assim, a Rádio Comunitária, ao invés de justificar suas práticas, decompõe e busca dar visibilidade a práticas consideradas, em um momento histórico, massificadoras. Mais uma vez, corre-se o risco de, enquanto se dissolvem e se desinstitucionalizam produções homogeneizantes, promover a produção de novas/outras formas de ser que podem também se tornar tão ou mais capturadoras do que as estabelecidas pela mídia capitalista. Porém, se a partir de um dispositivo, propõe-se produzir efeitos que potencializem a criação de outras formas de produção de subjetividades e novas análises sobre tal intervenção, porque não correr esse risco?

Neste contexto, durante minha atuação nesta rádio, tenho percebido o quanto a promoção e a participação da comunidade produzem determinados efeitos e reações, evidenciados naquelas pessoas que, de algum modo, mantêm contato com a linguagem adotada pelos animadores e participantes dos programas produzidos e transmitidos pela rádio. Trata-se de uma linguagem que aposta na participação de todos, sem levar em conta as preferências pessoais ou “identitárias” de cada um, tais como religião, partido político entre outras. Uma destas evidências foi explicitada na dificuldade de alguns ouvintes em compreender as diversas religiões com igual representatividade na programação. A rádio encontrava-se localizada no espaço físico de uma Igreja Católica, numa comunidade onde a maioria é católica tradicional e poucos progressistas. Um local onde há um crescente número de pessoas se convertendo ao protestantismo ou às denominações neopentecostais e, ainda, existem preconceitos em relação às seitas afro-



brasileiras. A proposta de diversidade tem sido um analisador<sup>24</sup> importante, pois trouxe, naquele momento, um questionamento quanto a uma espécie de democratismo, no sentido de se estar dando abertura demais para a participação de toda e qualquer forma de expressão religiosa. Muitas pessoas se negavam a aceitar o confronto de idéias na rádio comunitária. Surgido o conflito, a equipe optou por excluir todas as programações de cunho religioso, o que acabou também provocando reclamações que solicitavam o retorno de, pelo menos, um dos programas.

Tal movimento pareceu ser tomado por pessoas que adotavam a postura de questionar algumas idéias ali expostas, mas como alguns conceitos permaneciam muito cristalizados, a partilha comunitária acabava sendo sufocada. Ou seja, toda vez que discutíamos esse assunto, o que acabava permanecendo eram as “verdades universais” em que algumas pessoas mais endurecidas faziam afirmações do tipo - ***“Onde já se viu cordeiro e lobo ceando juntos? Aqui é um espaço católico e não um lugar para se envenenar os ouvintes com outras idéias”***. Era como se as outras intervenções fossem “dividir o rebanho” ou coisa parecida. Entretanto, outros elogiavam a representatividade das diversas religiões na rádio e, de certa forma, têm realizado um movimento para que se retome a esse ecumenismo na programação. Minha hipótese, ainda que inicial, é que tais pessoas conseguiram, de algum modo, perceber o processo alienante ao qual estavam submetidas e buscam uma nova forma de pensar e atuar enquanto sujeitos diferentes, participantes de uma coletividade.

Esta dissertação, inicialmente, tem o intuito de levantar alguns aspectos históricos sobre a cidade de São Gonçalo, e de falar um pouco sobre a criação das Rádios Comunitárias, traçando alguns encontros produzidos entre essas duas histórias. Assim, será discutida, além da minha implicação neste espaço; a questão da produção de redes, mediante a intervenção da Rádio Comunitária problematizando o espaço urbano. Em seguida, apontaremos alguns estudos sobre a mídia e a produção de subjetividades<sup>25</sup>, não perdendo de vista os objetivos desta pesquisa que são: produzir análises sobre as

---

<sup>24</sup> O conceito de Analisador será entendido neste trabalho como “... *todo acontecimento, todo dispositivo suscetível de decompor (...) uma totalidade, que até esse momento se percebia de forma global*”. (Lapassade, 1977, p.34, citado por Coimbra, 1995). Ou seja, “... *aquele elemento que introduzindo diversos tipos de contradições na lógica da organização, enuncia as suas determinações. Seriam (...) operações reveladoras da estrutura institucional*”. (Coimbra, 1995: 63-64)

<sup>25</sup> O encontro entre mídia e produção de subjetividades e alguns de seus aspectos serão melhor abordados mais adiante.

diferentes formas de ser e estar no mundo forjadas junto ao trabalho da Rádio Comunitária Novo Ar; analisar os diversos tipos de comunicação utilizados por e através dessa rádio e de seus ouvintes e estudar as diferentes formas de impacto dessa rádio na comunidade. Ou seja, pensar as questões micropolíticas<sup>26</sup> e a produção de resistências (re-existências) que atravessam as lutas contemporâneas da Rádio Comunitária Novo Ar.

#### IV. Metodologia

Na metodologia desta pesquisa, optamos pela proposta da pesquisa-intervenção. Este tipo de pesquisa tem como uma de suas características a análise de minhas implicações: a minha implicação como pesquisadora que aborda os lugares que ocupo nesse espaço rádio. Esta metodologia entende que pesquisador e pesquisado se constituam num mesmo processo, concomitantemente. Assim:

*As práticas produzem os objetos assim como também produzem políticas de subjetivação. Produzem-se objetos e sujeitos pelo agenciamento dos fluxos. Não há determinação causal de um sobre o outro. (Barros, 1994: 310).*

Ou seja, essa metodologia enfatiza que os encontros, os atravessamentos que constituem as práticas ali produzidas sejam consideradas, não apenas para efeito da pesquisa enquanto produção teórica, mas enquanto potentes produtores de novos/outros modos de se operar agenciamentos. Com isso, recusa-se a neutralidade e pensa-se a intervenção como um processo contínuo, em que ambas, teoria e prática são consideradas práticas.

---

<sup>26</sup> Neste trabalho, o termo **micropolítica** deve ser entendido, segundo Guattari (2005: 149), enquanto uma “... analítica das formações do desejo no campo social...”, ou seja, como as diferenças mais amplas se encontram com as diferenças singulares, produzidas por cada sujeito, o que será melhor apresentado posteriormente.

Portanto, trazendo algumas ferramentas da Análise Institucional, e tendo a pesquisa-intervenção como principal ferramenta metodológica, pretendemos produzir análises que buscarão investigar e entender as relações e os encontros produzidos através de uma comunicação diferenciada da transmitida pelos demais meios de comunicação de massa, temática que será aprofundada mais adiante. Desejamos também, produzir análises sobre as diferentes produções de subjetividades junto ao trabalho da Rádio Comunitária Novo Ar e a implicação desta com esta produção, ao pensar o questionamento e a desconstrução de conceitos cristalizados no próprio espaço da rádio comunitária. Nós nos propomos a potencializar situações analisadoras que darão movimento e dinâmica aos processos a serem estudados, inclusive a minha implicação enquanto pesquisadora-pesquisada, que servirão de subsídio para a construção do capítulo seguintes deste trabalho.

Esta metodologia consistirá de atividades que se interpenetram todo o tempo: revisão bibliográfica, pesquisa de campo e análise de indicadores de movimento. Para entender melhor esta interpenetração das atividades, recorremos a Foucault (1979: 69-70) quando ele põe em análise a questão da teoria e da prática:

*As relações teoria-prática são muito mais parciais e fragmentárias. [...] A relação de aplicação nunca é de semelhança. Por outro lado, desde que uma teoria penetre em seu próprio domínio encontra obstáculos que tornam necessário que seja revezada por outro tipo de discurso (...). A prática é um conjunto de revezamentos de uma teoria a outra e a teoria um revezamento de uma prática a outra.*

Ou seja, este autor aponta que é possível construir uma pesquisa em que teoria e prática se atravessam e se interpenetram, chamando esta interação de revezamento, ou melhor, “... um sistema de revezamentos em um conjunto, uma multiplicidade de componentes ao mesmo tempo teóricos e práticos”.

A revisão bibliográfica terá como temas centrais: comunidade, mídia e radiodifusão, produção de subjetividade, poder e resistências, tomando como referências principais autores como Félix Guattari, Michel Foucault e José Arbex Jr. entre outros. Buscaremos, também, algumas alianças “deleuzeanas” e conceitos da análise institucional em René Lourau e Georges Lapassade.

A pesquisa de campo consiste na coleta de depoimentos sobre os efeitos da produção da rádio no cotidiano das pessoas que são afetadas pela comunicação desenvolvida ali. Os depoimentos chegam às nossas mãos por meio de cartas, de participação nos programas veiculados e nas conversas informais com as pessoas que freqüentam os estúdios da rádio e os projetos sociais. Quando nos permitem, escrevemos as histórias contadas por essas pessoas. Com este procedimento, além de construirmos análises sobre a produção de subjetividades naquela comunidade, desejamos potencializar as relações que envolvem a equipe de trabalho da rádio e a comunidade, pois uma é parte da outra, atravessando-se e se constituindo o tempo todo. Ou seja, quem está ouvinte agora, após algum tempo pode-se tornar comunicador, produtor, operador de áudio e, em seguida, voltar a ser ouvinte.

A análise dos indicadores de movimento terá uma orientação qualitativa, tomando como material a análise das práticas extraída das entrevistas, cartas/depoimentos e enquêtes. Levaremos em conta os processos históricos da comunidade envolvida e os eventos ocorridos nesse lugar ou em outros espaços onde a temática rádio comunitária e produção de subjetividades esteja sendo discutida, por meio da elaboração de um diário de campo. No diário, são relatados os acontecimentos que ocorrem nas atividades, discussões, encontros entremeados com as análises produzidas nestes grupos e no cotidiano da rádio. A importância da construção do diário de campo consiste em nos permitir, segundo Lourau (1993:77), “*o conhecimento da vivência cotidiana do campo*”. Não se trata de produzir formas de fazer ou criar regras para fazer, mas relatar como foi feito na prática. Isso possibilita compreender as condições em que a pesquisa foi elaborada, evitando uma visão fantasiosa do que chamam de cientificidade. É uma tarefa que se centra na análise coletiva do presente no presente devido às diversas implicações de cada um naquele espaço, buscando contar com um mínimo de “... *co-gestão, co-participação, entre objeto e pesquisador*” (p.55), apostando numa intervenção dos atores de forma democrática e produtiva. A técnica do diário de campo também procura reconstituir a história do pesquisador no espaço da pesquisa, tendo uma implicação diretamente política, além de mostrar os paradoxos de temporalidade entre a produção pessoal e a instituída pelos prazos institucionais<sup>27</sup>. A

---

<sup>27</sup> Os prazos institucionais dizem respeito ao tempo de 2 anos para a realização dessa pesquisa para a obtenção do título de mestrado. O que vem de encontro ao processo de produção dessas análises no corpo da rádio comunitária e os efeitos produzidos na população gonçalense, por exemplo, que é atemporal, não respeitando e nem se submetendo a esses prazos.

implicação política diz respeito, principalmente, aos espaços de discussão sobre a democratização dos meios de comunicação, às lutas pela concessão, às tomadas de posição em relação às parcerias, entre outras. Em suma, a construção do diário de campo dentro da metodologia desta pesquisa, busca afirmar que

*o diário pode, vinculando-o à questão da produção de subjetividade (consoante Guattari), produzir o surgimento, no aqui-e-agora, de novas análises (quebras) através de acontecimentos em geral desprezados para efeito de análise (exame). (Lourau: 1993:84).*

Sendo atravessada pelas ferramentas citadas, dentre outros encontros, vou dando corpo a esta dissertação, separando por capítulos a história dos efeitos da radiodifusão comunitária na minha prática, no cotidiano de uma cidade tão marcada pelo preconceito como São Gonçalo e na produção de redes nesta cidade. Em seguida, as palavras vão correndo, discutindo a questão política da comunicação, poder, mídia e produção de subjetividades, a história da radiodifusão comunitária, dos embates vividos nessa prática e algumas formas de resistência que emergem durante essa experiência. Por fim, vamos vislumbrando os efeitos na vida das pessoas que se encontraram com a Rádio Comunitária Novo Ar e demais projetos durante este percurso. Na conclusão será discutido em que aspectos este trabalho me fez produzir análises e linhas em minha vida, na minha prática e como me percebi durante os acontecimentos aqui relatados. O que mudou e o que permaneceu... O que foi potencializado e o que foi desconstruído. Bem... Vamos ao trabalho!

## **CAPITULO I**

### **Implicação: Um Mergulho no Coletivo**

Pensando na questão da democratização dos meios de comunicação e na participação comunitária em busca de seus direitos, encontro-me inserida neste contexto. Minha perspectiva de inserção é a da implicação na pesquisa como sujeito afetado pelo tipo de comunicação produzida nesta Rádio, que propõe inúmeras possibilidades de produção de subjetividades num determinado contexto histórico-comunitário. Segundo Conde e Souza (1987: 33), esta implicação está relacionada não só

*... à necessidade de analisar a maneira como aquele que intervém se vincula aos indivíduos, grupos e instituições com os quais trabalha (...) trata-se, isso sim, da análise dos vínculos (afetivos, profissionais e políticos) com as instituições em análise.*

Implicação, aqui pensada enquanto um plano de engendramento das relações e, segundo Lourau (2004), como uma função anômala, porque traz ao debate algo que está no limite das relações, dos encontros. A intervenção, por exemplo, na rádio comunitária se inicia com a análise das minhas implicações. Minha experiência nesse espaço, pressupõe implicação, subvertendo a idéia de neutralidade e se diferenciando da idéia de comprometimento ou participação, ou seja, estar mergulhada no plano do coletivo onde as formas instituídas se desestabilizam, buscando experimentar, neste espaço, a produção de diferentes formas de dizer, de ver, de sentir, de pensar, de viver. Essa experimentação pode ser entendida quando, por exemplo, estamos no meio de uma programação da rádio e alguém da comunidade chega querendo participar daquele momento. Precisamos adotar posturas como perceber o momento ideal para essa participação, se será neste programa ou num outro, criar o clima, a fim de enriquecer tanto o programa, como a quem ouve e quem solicita participar. Aproveitar o instante do encontro para produzir parcerias, construir agenciamentos coletivos<sup>28</sup>.

---

<sup>28</sup> Guattari (2005: 39) discute o termo “agenciamento coletivo de enunciação” enquanto produtor dos processos de subjetivação. Trata-se de encontros de expressão e conexão entre várias instâncias extra pessoais (sociais, tecnológicas, ecológicas, de mídia) e intrapessoais (percepções, afetos, desejo, representações, imagens, valores, orgânicos) entre outros.

Para entender melhor a questão da impessoalidade numa análise das implicações, Simondon (1989)<sup>29</sup> traz contribuições, quando pensa em um processo de individuação em que o indivíduo é o efeito emergente de um plano que não tem indivíduos, um plano de energia potencial, através de uma dinâmica de transdução (contágio) que opera pelas forças por onde emergem as pessoas. Nesse plano, não haveria um princípio condutor e sim uma dinâmica de contágio, propagação de formas de ser e existir. Transdução aqui pode ser entendida como uma operação de individuação que acontece nos campos de produção da existência. A passagem de um processo, de um campo para o outro produz incompletude, não se tratando de culminância, mas sim de inacabamento que produz modulações. Ou seja, as atividades na rádio são múltiplas. Quando saímos de uma para outra, há uma sensação de que algo ainda está por fazer. Não há uma continuidade, mas processos de produção de posturas, opiniões: há criações. Cada participante atua de um jeito, mesmo quando se trata de atividades iguais, como, por exemplo, conduzir um programa. Um fio que pode ser cartografado, que é maquínico, descontínuo. Um plano heterogêneo onde se produzem diferenças. Um fenômeno de propagação, contágio, que pode fazer com que qualquer termo que advenha do campo de atuação seja tomado como germe de universo que se tece em torno das pessoas. Há um aprendizado mútuo nos modos de atuar: uns olham para os outros, produzindo vários sentidos; atuação em conjunto, apresentando, porém, descontinuidade e heterogeneidade.

Essa dinâmica transdutiva vem intensificar o conceito de implicação, em que a experiência se dá num plano transdisciplinar, por movimentos, numa inespecificidade que faz atravessar múltiplos vetores. A imersão num plano implicacional é uma dissolvência. Pressupõe uma deslocalização e uma dessubjetivação no sentido de que não há autorias ou representantes oficiais<sup>30</sup> e qualquer membro da rádio pode sentir essa experiência coletiva como sua, não como uma desresponsabilização, pois fazemos parte desse coletivo, dessa rádio comunitária, com múltiplas e diferentes inclusões.

---

<sup>29</sup> Simondon – citado por Lourau, em Altoé (2004: 213).

<sup>30</sup> É claro que há uma diretoria executiva para fins burocráticos e regimentais, mas qualquer participante da COMNAR tem autonomia para falar das atividades, apresentá-las em vários espaços e tomar a rádio como sua. Não existe um dono da rádio ou algo semelhante, mas se trata de uma rádio comunitária, portanto a rádio é do coletivo.

Lançar-se neste plano impessoal fazendo uma análise de implicação, numa rádio comunitária por onde perpassa o desejo de que as pessoas sejam identificadas a partir de um signo – a voz – vem sendo uma tarefa muito difícil. Somos produzidos numa cultura de identidades, autorias, representações e individualizações. Entretanto, a análise das implicações pode proporcionar uma poderosa intervenção: a possibilidade de dissolvência da prática das formas. Essa dissolvência se dá no cotidiano da rádio, na condução e participação nos programas e nas atividades dentro dos projetos sociais em que todos são responsáveis por tudo, e no fim o que emerge são os efeitos produzidos na comunidade e não as pessoas que promovem as atividades. Ou seja, ao se pôr a demanda em análise, provoca-se a dissolução do analista neste plano, dissolvendo-se o que é comumente colocado a partir da lógica identitária, deslocalizando e dessubjetivando o fenômeno, indicando divisão, fratura, dissolvência do que aparece como unidade. Reportando-se a Lourau (1993: 85), o “*projeto político*” do “*IMPLICADO*”... “(*...*) inclui transformar a si e a seu lugar social, a partir de estratégias de coletivização de experiências e análises”. Nesse caso, posso falar de implicação ao pensar que movimentos são produzidos naquele espaço, principalmente os discursos e os agenciamentos criados, que vão ocorrendo e a partir dos quais emergem os acontecimentos. Colocar em análise as práticas que instituem os saberes produzidos naquela comunidade e seus atravessamentos políticos é uma das propostas da análise das implicações e desta dissertação.

Assim, a impessoalidade vai-se construindo através do aquecimento das redes que produzem efeitos de heterogênesse e que se articula com a proposta da rádio em produzir diferenças e questionar a comunicação forjada pelos “mass media” preservadores e fortalecedores do discurso capitalista neoliberal. Nesse plano, percebo-me implicada não como uma agente intencional, mas como parte do “corpo rádio” que embarca nessa proposta de democratização e participação. É aí, durante o aquecimento desse plano, que o “eu” se dissolve, produzindo um paradoxo: perceber o processo de criação sem criador, em que ninguém está e de onde tudo advém. Sentir as experiências em mim quando eu não estou lá, por exemplo. Estar implicada pressupõe, portanto, dissolvência. Estou como força naquele espaço-tempo: a rádio comunitária. Ou seja, mesmo não estando fisicamente lá, durante 24 horas, posso sentir no meu dia a dia as questões pertinentes àquele espaço e contribuir de várias formas. Não apenas como profissional *psi*, mas como quem tem funções analisadoras, pondo em relação o que



aparentemente pode não ter relação. Por exemplo, quando discutimos aspectos políticos, principalmente acerca da democratização dos meios de comunicação, ao invés de procurarmos os acadêmicos, ou os considerados especialistas em torno da temática, buscamos a população para falar do seu cotidiano, encontrando-nos e nos ouvindo a fim de problematizarmos esta discussão que pode ser considerada sem sentido por falta de conhecimento técnico-teórico. Com essa forma de atuação, vejo-me implicada e inserida nesta comunidade, como parte do campo em análise. Nesse campo, emerge a produção de um plano de forças que é atravessado ali por várias e diferentes instituições.

Para a Análise Institucional, o conceito de instituição, inicialmente – como já apontado – diz respeito às relações produzidas em todo e qualquer encontro em que algumas escolhas ou modos de ser emergem em dados momentos na história. Trata-se de algo não localizável que produz e reproduz as formas dominantes das relações sociais. Tais formas não são definitivas, tendo possibilidade de se transformarem e até mesmo findarem, dando margem a outras formas instituídas. Lourau (1993:11), para clarificar esse conceito, menciona que, além de se tratar de “... *uma dinâmica contraditória constituindo-se na (e em) história ou tempo*”,

*... não é um conceito descritivo; não designa coisas passíveis de serem vistas, sólidas, concretas. (...) trata-se de um conceito produzido por (e para) análises coletivas (p. 61).*

Porém, Conde e Souza (1987:24), referindo-se à Lapassade, vão mais além neste conceito e citam que o sentido ativo do conceito de instituição é manter de pé a máquina social, bem como produzi-la. Elas afirmam que:

*(...) instituição é produção, é atividade (...) não é algo localizável empiricamente. Poderia ser concebida, nesta linha, como espécie de inconsciente político que institui novas realidades, sempre dividindo, sempre separando. Neste movimento, trans-forma relações e práticas que se apresentam como forma geral e natural, em outras*

*relações e práticas que se apresentam (...) da mesma maneira, e mediante as quais a instituição se instrumenta.*

Emergem, também, no campo de produção das instituições, os conflitos construídos pela mídia e seus efeitos de subjetivação que atravessam e constituem os diferentes segmentos sociais. Na rádio, por exemplo, quando são apresentadas propostas de programas<sup>31</sup> para produzirmos e veicularmos, e essas não são analisadas criticamente e mais detalhadamente, e no afã de pôr os programas no ar, cria-se uma forte tendência de reproduzirmos linguagens e jargões utilizados pela mídia dominante. Muitas vezes, nós nos pegamos aprovando idéias que corroboram a lógica de massificação, comumente utilizada pela grande mídia. Quando nos damos conta do envolvimento e do vício que nos captura, nos deparamos com conflitos e questionamentos que perpassam nossa prática, nosso modo de ser e viver uma rádio comunitária.

Além desses aspectos de cristalização e massificação que atravessam os espaços de produção de análise coletiva, ressaltamos, ainda, segundo Conde e Souza (1987: 34), a questão da transversalidade, enquanto produtora de saberes e de olhares diversos, com possibilidades de ampliação no campo de intervenção e análise. A experiência de implicação enquanto forças – afetos e perceptos alterados - faz emergir o conceito de transversalidade. É possível, então, perceber a Rádio Comunitária como um espaço de muitos atravessamentos numa dinâmica transdutiva, numa multivetorialidade. Como assim?

No corpo da rádio são produzidos vários encontros e inúmeros atravessamentos se encontram presentes. Tais experiências são sentidas e percebidas de formas diferentes. Em um encontro, num mesmo momento, de acordo com a percepção de cada um, podemos experimentar a emergência de sentimentos de raiva, alegria, indignação, pertencimento. Ou seja, vários afetos ligados a várias percepções, como vetores correndo de um lado para o outro sem sentido definido, criando diferentes formas de ser e viver aquele momento.

---

<sup>31</sup> Principalmente sobre família e variedades, os religiosos, os de debate e musicais.

O conceito de transversalidade vai ser proposto por Guattari, principalmente em 1964, quando coloca o tema da contratransferência psicanalítica, ampliando-o, coletivizando seu sentido e operando uma importante mudança que vai ser a da contratransferência interpessoal, aquela que é vivida numa relação com o analista, para uma dimensão institucional. Naquele momento, Guattari vai trabalhando e formulando o conceito de transversalidade fazendo a distinção entre grupo sujeito e grupo sujeitado. Para este autor, os grupos que se instauram como grupo sujeito “... *tentam assumir o sentido de sua práxis (...) colocando-se assim na postura de se assumir como agente de sua própria morte*” (1981: 101). Já os grupos sujeitados

*... recebem passivamente suas determinações do exterior e, com ajuda de mecanismos de autoconservação, se protegem magicamente de um nonsense sentido como externo; assim procedendo, eles recusam qualquer possibilidade de enriquecimento dialético fundado na alteridade do grupo.*

Podemos considerar que, em muitos momentos, na maioria das vezes, a rádio comunitária é um grupo sujeito que ouve e se faz ouvir, quebra, de certa forma, a hierarquização de estruturas e as formas hegemônicas de transmissão de mensagens, busca, ainda, ser agente de enunciação defrontando-se com seu próprio limite em meio às suas práticas. Em outros momentos, torna-se um grupo sujeitado quando se vê presa nas amarras da Lei 9.612, de 20 de fevereiro de 1998<sup>32</sup>, dos mecanismos de conservação, principalmente em relação ao artigo 70 da Lei 4117/62<sup>33</sup>, da ANATEL<sup>34</sup>, da Polícia Federal, do Ministério das Comunicações, que depende da questão da

---

<sup>32</sup> Trata-se da Lei que regulamenta o Serviço de Radiodifusão Comunitária e que apresenta mais retrocessos do que avanços. Foi regulamentada pelo Decreto 2.615, de 03 de junho de 1988 e complementado pela Norma de N°. 2/08 aprovada pela Portaria N°. 191, de 06 de agosto de 1988, do Ministério das Comunicações.

<sup>33</sup> Este artigo, da lei de 1962, proíbe a veiculação da comunicação nos moldes da rádio comunitária. Tratar-se-ia de pirataria. Essa Lei (4117/62) foi alterada pelo decreto 23/667 que, resumidamente, propõe o fechamento do veículo de comunicação, bem como a apreensão do material/equipamento para esse fim. Claramente, trata-se de um procedimento a serviço da “antiga” ditadura militar (1964 – 1985) e da atual ditadura de mercado.

<sup>34</sup> Agência Nacional de Telecomunicações.

concessão para que “sua causa seja ouvida” (Guattari, 1981). Muitas vezes, somos obrigados a fechar os microfones e nos calar diante das atitudes repressoras desses grupos.

Guattari também vai pensar um funcionamento coletivo chamando-o de transversalidade. Esse é um quociente que vai o tempo todo estar indicando diferentes graus de abertura, de atravessamentos e de composições dos campos de análise dos diferentes vetores que o constitui. Segundo Guattari (1987), citado em Coimbra (1995: 67):

*A transversalidade é uma dimensão que pretende superar dois impasses, o da pura verticalidade e o de uma simples horizontalidade; ela tende a se realizar quando uma comunicação máxima se efetua entre os diferentes níveis e, sobretudo nos diferentes sentidos.*

Ou seja, o tempo todo, a rádio comunitária transversaliza, a partir da comunicação que produz e irradia, várias instituições (família, escola, igreja, espaços políticos, entre outras) que se encontram e se atravessam, formando uma rede, um rizoma<sup>35</sup>. Tais encontros, entre as verticalidades e as horizontalidades, produzem um entrecruzamento de realidades e novos modos de operar o trabalho dentro do corpo da rádio, tanto pela comunicação, quanto pelos projetos sociais, possibilitando que os ouvintes tomem contato com esse tipo de ferramenta, através de uma participação

---

<sup>35</sup> Segundo a Filosofia da Diferença, rizoma é o modo de funcionamento das multiplicidades onde qualquer ponto pode se conectar a outro, como um emaranhado de raízes. Traços heterogêneos que se encontram e também produzem cortes/rupturas e nódulos. “*Todo rizoma compreende linhas de segmentaridade segundo as quais ele é estratificado, territorializado, organizado, significado, atribuído, etc; mas compreende também linhas de desterritorialização pelas quais ele foge sem parar. Há ruptura no rizoma cada vez que linhas segmentares explodem numa linha de fuga, mas a linha de fuga faz parte do rizoma. Estas linhas não param de se remeter umas às outras. É por isto que não se pode contar com um dualismo ou uma dicotomia, nem mesmo sob a forma rudimentar do bom e do mau. Faz-se uma ruptura, traça-se uma linha de fuga, mas corre-se sempre o risco de reencontrar nela organizações que reestratificam o conjunto, formações que dão novamente o poder a um significante, atribuições que reconstituem um sujeito — tudo o que se quiser, desde as ressurgências edipianas até as concreções fascistas. Os grupos e os indivíduos contêm microfascismos sempre à espera de cristalização. Sim, a grama é também rizoma. O bom o mau são somente o produto de uma seleção ativa e temporária a ser recomeçada*” (Deleuze e Guattari 1995: 16-17).

diferenciada, distinta do que hoje é chamada de rádio (ou TV) interativa que esquadrinha as possibilidades de escolha dos ouvintes. Um exemplo interessante é quando realizamos as assembléias comunitárias da Novo Ar ou quando colocamos enquetes no ar acerca de algum assunto relevante para a grade de programação da rádio ou mesmo sugestões de debates sobre temas de interesse da comunidade. Emerge uma grande variedade de idéias, vinda dos ouvintes ou das várias pessoas que passam por ali, visitando ou buscando de informações, que acabam se envolvendo com o “papo” ou são convidadas a “palpitar”. Idéias que ninguém do corpo da rádio havia pensado antes. É uma maneira de perceber que, mesmo quando não se está familiarizado com uma rotina de rádio, é possível produzir conhecimento e transformação acerca do que é coletivo, garantindo a aposta da Comunidade Novo Ar em buscar produzir diferentes possibilidades de ação.

Em um município como o de São Gonçalo, que apresenta uma realidade peculiar, as práticas produzidas na rádio e as ferramentas que vêm sendo utilizadas para a presente análise possibilitam a percepção dessa dinâmica dos atravessamentos tanto em meio ao grau máximo de comunicação quanto no “nível de cegueira” entre nós e as pessoas da comunidade. Esse encontro entre paralisia e movimento em vários pontos da Cidade, os conflitos que dele emergem nos incitam a querer investigar o potencial e a implicação do trabalho da Rádio nas relações e encontros produzidos com e através dessa mídia.

Questionamentos têm emergido durante as observações na comunidade e na rádio: porque é tão difícil desconstruir conceitos produzidos como verdades absolutas por instâncias sabidas como representantes de um poder que produz injustiças sociais e cria necessidades que, na maioria das vezes, são inexistentes ou supérfluas para os sujeitos que acabam aceitando esta imposição e ainda são capazes de dizer que são senhores de si mesmos? Como a Psicologia enquanto saber percebe este processo e pode vir a ratificar e/ou a colaborar com a desconstrução desses conceitos através do contato com o trabalho comunitário e com uma atuação mais efetiva dentro da radiodifusão comunitária? As primeiras pistas foram surgindo através de uma breve leitura sobre produção de subjetividades, cujo aprofundamento se dará no capítulo IV desta dissertação.

Em rádio comunitária, o locutor que antes era ouvinte, volta a ser ouvinte no horário do próximo programa, ou seja, todos os envolvidos nessa proposta afetam e são afetados pelo trabalho ali desenvolvido e pelas linguagens ali utilizadas. A produção do conhecimento também ocorre quando se percebe que o profissional psi pode também desempenhar o papel de um ouvidor que colabora para uma outra escuta das demandas que chegam a esse espaço, onde a população vislumbra a possibilidade de se fazer ouvir, de participar mais efetivamente da comunidade e de ter acesso a saberes vinculados a um contexto comunitário, tornando-os mais próximos das pessoas, quando se busca colocar em análise, entre outros pontos, a questão da saúde mental, da qualidade de vida e do comprometimento social dessa comunidade com ela própria e com seus aspectos históricos, culturais e com as possibilidades de criação de novos /outros modos de existência neste espaço.

Diante dessas diversas experiências, construí o foco desta pesquisa, que trata justamente de entender as relações e as subjetividades produzidas através de uma comunicação diferenciada da transmitida pelos demais meios de comunicação de massa. Neste sentido, pretendo construir análises das diferentes formas de subjetivação no trabalho da Rádio Comunitária Novo Ar, que aparece como geradora de conflitos no que se refere à formação de opiniões.

*... Quando uma rádio Comunitária entra no ar, é mais que uma, porque ela é o sonho de muitos. Ela é a vez e a voz daqueles que estavam calados. É também onde os sonhos e as esperanças, as dores e as dúvidas de cada um, ente individual e coletivo, se transforma em ondas que chegam às casas e às ruas da comunidade. Fazer Rádio Comunitária é refazer o mundo que foi destruído por estes que estão no poder. (Candido e Luz, 1999: 5).*

Tendo em vista o contexto histórico da cidade de São Gonçalo e da Rádio Comunitária Novo Ar, o capítulo seguinte vai tratar um pouco da criação de redes mediante a intervenção da comunicação da rádio no cotidiano desta cidade. Para tal, estaremos pensando o conceito de redes, buscando, diante da emergência destas,

problematizar o urbano. Ou seja, como essas redes se produzem em São Gonçalo através da atuação da Rádio Comunitária Novo Ar.

## **Capítulo 2**

### **A Produção das redes problematizando o urbano**

Para entendermos melhor a dinâmica entre a cidade de São Gonçalo e a comunicação produzida pela Rádio Comunitária Novo Ar, trazemos à baila uma discussão sobre como, diante dessa interação, são construídas redes e de que forma podemos, através delas, problematizar e intervir em alguns aspectos da cidade de São Gonçalo e no cotidiano de sua população.

Inicialmente, podemos pensar as redes contextualizadas no capitalismo contemporâneo para entender em seguida seu conceito e sua produção nos movimentos sociais.

## 2.1. Pensando as redes inseridas no CMI<sup>36</sup>

Para Passos e Benevides (2004:159), entender o capitalismo contemporâneo nos leva a pensar neste sistema se mantendo produzindo modulações e variações para além de suas fronteiras concretas, caracterizada pela globalização. Estes autores apontam que:

*... este desejo do ilimitado, se realiza na forma da figura atual das redes – redes infinitas, hiperconectivas e paradoxais porque comportam esperança e perigo.*

Quando estes autores tratam da produção das redes dentro do contexto do CMI como paradoxais comportando esperança e perigo, explicam que estas redes apresentam um funcionamento quente e frio.

Como veremos mais adiante, as redes apresentam um funcionamento descentralizado. Portanto, como conceber, no sentido de rede quente ou fria, uma rede sendo produzida de baixo para cima (rede quente) ou de cima para baixo (rede fria)? Buscando um comentário de Luís Fernando Veríssimo no Fórum Mundial Social de 2000, em Porto Alegre e publicado no *Le Monde Diplomatique*, Passos e Benevides (2004:170) explicam o seguinte:

*A dimensão reticular do capitalismo contemporâneo resulta do modo integrativo, isto é, anexador, como o capital se expande no planeta. Já o esfriamento dessa rede se faz pela presença de um centro que não exerce menos sua função de segmentação, exploração e segregação, apesar de agora ter se virtualizado. É o*

---

<sup>36</sup> CMI (Capitalismo Mundial Integrado), termo designado por Guattari para pensar como as modulações contemporâneas do capitalismo, da lógica do capital se expressam não só pela exploração da força de trabalho, mas também pela exploração da existência, da vida, produzindo subjetivações capturadas e escravizadas por tais modulações. (Guattari, 2005)



*caráter virtual do centro de gestão dos fluxos do capital que confere ao funcionamento do CMI um aspecto de rede fria. A virtualização da função do centro do CMI não é, entretanto, uma desrealização, pois esse virtual, embora não se atualizando necessariamente em agentes concretos ou em territórios geopolíticos, possui realidade.*

Neste sentido, podemos entender e constatar que, dentro da estrutura do CMI, toda modulação, toda variação é “friamente” determinada.

Os fluxos nervosos do capital fluante e expatriado produzem uma gerência sem controle ou parcialmente controlada, totalmente instável, cujo funcionamento se dá em redes. Esse processo não põe em risco o funcionamento do CMI, pois ele se mantém segmentarizado, ou seja, produz ligas que fazem emergir crenças no progresso, no crescimento e nas mudanças sociais, além de produzir “ditaduras” no modo como devemos viver. Tais segmentaridades não são percebidas mais como blocos (raça, país, classe...), mas se dão:

*... como uma hierarquização e uma contenção de força coletiva de trabalho que se espreme entre dois extremos: o de uma miséria e de uma riqueza absolutas. (Passos e Benevides, 2004:161).*

Diferentemente da globalização, das políticas neo-liberais entendidas como produtoras de redes frias e deterministas, equalizadoras da realidade, podemos experimentar também a emergência de redes quentes, as construídas de baixo para cima. Ainda, segundo Passos e Benevides (2004:171), as redes quentes,

*no qual a dinâmica conectiva ou de conjunção é geradora de efeitos de diferenciação, isto é, trata-se de uma rede heterogênea. É neste sentido que a experiência do coletivo, do público ou mesmo da multidão deve ser retomada como plano de produção de novas formas*

*de existência que resistem às formas de equalização ou de serialização próprias do capitalismo.*

Ou seja, as redes - por não terem uma natureza, uma essência - tanto podem potencializar como podem capturar. Vai depender do modo como, com nossas práticas, participamos dessas redes e o que pretendemos produzir ou não em meio a essa dinâmica. A partir desse entendimento das redes, enquanto conexão coletiva criadora e potencializadora de diferenças, podemos entrar no campo de sua produção em meio às organizações sociais, pensando aí o conceito de redes contextualizando-o com os movimentos sociais.

## **2.2 As Redes nos Movimentos Sociais**

Segundo Cabral (2004:36), algumas redes – caracterizadas aqui como redes quentes - emergem nas organizações sociais como mecanismos de articulação que possibilitam a garantia de um grande alcance de pessoas e, paralelamente mais autonomia e flexibilidade no desenvolvimento de ações nos movimentos sociais. Compõem-se de diferentes atores que pautam sua atuação/militância em pontos comuns por onde elaboram iniciativas em conjunto. Geralmente, baseiam-se na igualdade entre os participantes e na descentralização e autonomia nos processos de ação a fim de se manter com características desburocratizadas. Tais redes se assemelham aos processos de estruturação e desenvolvimento das próprias tecnologias de informação e comunicação, potencializando a atuação dos seus participantes.

Para Scherer-Warren (1999: 24):

*A idéia de rede como conceito propositivo utilizado por atores coletivos e movimentos sociais refere-se a uma estratégia de ação coletiva, isto é, a uma nova forma de organização e de ação*

*(como rede).Subjacente a esta idéia encontra-se, pois, uma nova visão do processo de mudança social – que considera fundamental a participação cidadã - e da forma de organização dos atores sociais para conduzir este processo.*

Ainda segundo Scherer-Warren (1999: 37), citada por Cabral (2004: 37), a formação das redes se caracteriza a partir dos aspectos de territorialidade e desterritorialização, nos quais a:

*‘... interação entre os vários espaços comunitários no plano de uma esfera pública e local’ e as ‘articulações tranlocais, transregionais e transnacionais’ determinam a identidade e a flexibilidade das redes sociais; as temporalidades históricas, que consistem na ‘relação entre novos ideários e a tradição que se renova, além da interação das novas utopias com o resgate cultural’, possibilitando a heterogeneidade não só de dimensões, como também de aspirações sociais e políticas e a sociabilidade político-ético-cultural, na medida da ‘articulação das redes submersas, construídas na cotidianidade e na proximidade, com as redes ético-políticas geradas nos movimentos sociais...*

De acordo com Saidón (1999: 141), as redes são pensadas como uma estratégia para relacionar as produções sociais e as produções de políticas de subjetivação, tanto as hegemônicas quanto as produtoras de singularidades. Para criar as estratégias que relacionam as produções citadas, torna-se importante considerar que o termo “rede” pode nos remeter, em dados momentos, a modos de organização e institucionalização de projetos e, em outros, a formas de resistência às forças dominantes, criticando as organizações centralizadas e piramidais – como já nos foi apontado por Passos e Benevides (2004) em sua conceituação de redes frias e redes quentes.

Neste caso, ao nos referirmos aos projetos desenvolvidos pela COMNAR, encontramos as duas formas de atuação colocadas. Entretanto, buscamos o não engessamento diante da presença de uma organização formal, por exemplo, a existência de uma diretoria executiva. É um desafio constante para todos os participantes da COMNAR, da rádio, perceberem essa multiplicidade de sentidos e de possibilidades de intervenção. Muitas vezes acabamos por deixar as deliberações para essa diretoria, “esquecendo-nos” dos objetivos de descentralização e igualdade na tomada de decisões. Além disso, a rádio enquanto potente tecnologia de comunicação, principalmente no âmbito comunitário, em muitos momentos, fortalece a produção e a existência de redes quentes, permitindo, segundo Cabral (2004:38):

*... novas possibilidades de agenciamento no tocante à comunicação e a potencialização das atividades de seus participantes, otimizando a atuação de militantes, a propagação de idéias das mais diversas e a incorporação de novos ativistas e frentes de atuação.*

Por outro lado, essas possibilidades de agenciamentos também abrem espaço para uma atuação mais fragmentada, em que a própria dimensão política da utilização das ferramentas da mídia comunitária e sua vinculação com propostas de democratização da comunicação se dissolvem na prática cotidiana destes agentes.

Quando pensamos em criar redes quentes, temos como objetivo buscar um tipo de comunicação entre os atores que flua de maneira aberta e descentralizada, mesmo em um município que não tem a tradição de ser convidado a deliberar, mas sempre colocado a aceitar o que é imposto pelos “poderosos do pedaço”.

Através de Saidón (1999: 143) apostamos que “... não se trata de opor à produção de subjetividade dominante outro modo de subjetivação...”, mas possibilitar

*... a produção de processos de singularização capazes de instituir e promover uma atitude participativa, decisória e criativa relacionada com nosso cotidiano institucional.*

Ao mesmo tempo em que tentamos produzir descentralização no corpo da rádio comunitária Novo Ar, procuramos fazer uma análise crítica do nosso modo de ver e lidar com o cotidiano. Portanto, encontramos neste autor uma concordância no que se refere ao jeito Novo Ar de produzir redes, quando ele afirma que:

*As redes surgem, nesse sentido, como uma iniciativa que trata de superar o esgotamento ao que certas instituições tenham chegado, ao mesmo tempo em que questiona de fato a representação, abrindo possibilidades para uma participação direta na produção do pensamento, que emerge ao redor dos desafios sociais que deve enfrentar. (Saidón, 1999: 145).*

Quando consideramos os processos de subjetivação, podemos gerar dispositivos que possibilitam as redes pensarem por si mesmas. Por exemplo, quando as atividades da Rádio Novo Ar insidem/intervêm na cidade de São Gonçalo, as redes, então criadas, vão-se modulando e, neste processo de autoformação, problematizam aspectos tais como: grande parte da população feminina dessa cidade se caracteriza como donas de casa, não geradoras de renda. Com a veiculação do Programa “Mulher em Ação” nas ondas do rádio, algumas mulheres começam a telefonar para os estúdios manifestando o desejo de produzir outras formas de atuação além dos cuidados com a casa e com os filhos. Nasce a proposta de, através do artesanato, por exemplo, promover um encontro entre essas mulheres. Em algumas horas do dia, elas deixam seus aventais<sup>37</sup> e se entregam à criatividade e às novas habilidades de suas mãos. Além de inovarem sua existência, começam a gerar renda organizando exposições de seus trabalhos. Deste

---

<sup>37</sup> Mesmo considerando que o avental atualmente não é uma peça tão comum no vestuário das mulheres brasileiras, ouvimos o relato de uma das mulheres do projeto das artesãs de São Gonçalo que dizia: **“Finalmente vou largar esse avental pra fazer o que sempre quis e ainda ganhar um dinheirinho”**. Por isso nos referimos aos “aventais”.

grupo inicial, outras mulheres, em outras localidades dentro de São Gonçalo, resolvem tomar a mesma iniciativa, depois que ouvem a repercussão dessas atividades. Começa a tomar forma a rede de mulheres artesãs do nosso município.

Um outro exemplo está na luta pela democratização dos meios de comunicação - considerada atualmente a de maior prioridade. A Novo Ar, junto aos movimentos sociais vai interagindo com outras associações, organizações; e se comunicam mediante esta luta. Para Saidón (1999: 148):

*A construção dos dispositivos em rede, funcionam desde sua dinâmica de interação como grupos de encontro, como situações informais ou como comunicações informatizadas, caracterizando-se mais por uma ação propositiva. É uma maneira singular de fazer política enfrentando e difundindo projetos e programas concretos. Gera-se assim uma espécie de democracia direta onde se reduzem os níveis de representação e delegação. Então, o que se promove é um tipo de participação, que chamamos implicação direta dos integrantes da rede, nas políticas de Estado e em seus programas sociais.*

A luta persiste, apesar dos percalços, como poderemos ver mais adiante. É o que nos dá consistência e fortalece os laços. Envolve, também, uma aprendizagem coletiva. Assim como na Rádio Comunitária Novo Ar e de acordo com Cabral (2004:43-44):

*A aprendizagem coletiva por parte de atores sociais engajados nas atividades do CMI [Centro de Mídia Independente] não se assemelha, portanto, à atividade das células de organizações partidárias ou populares, que se espelhavam numa organização central ou assumiam um modo de organização oriundo de uma instância superior. Apesar de acordarem princípios comuns e buscarem estabelecer consensos em torno de suas práticas cotidianas, os coletivos locais têm características e ações próprias, que são*

*coletivizadas como inspiração e registros de acontecimentos mútuos, para que os vários membros dos coletivos de cada local se integrem na movimentação da rede.*

Para Scherer-Warren (1999: 24) a rede é, em última instância, um “... instrumento de análise de processos que envolvem conexões”.

As redes envolvidas no movimento de democratização das comunicações vêm cortando transversalmente poderosas instituições, principalmente, as mediáticas. O embate político é fortíssimo, pois se trata de estruturas que servem de sustentação ao capitalismo contemporâneo. Scherer-Warren (1999: 26), citando Melucci (1989: 60-2), diz que:

*...a autora [Melucci] introduz a idéia de rede como uma área de movimento, formada por pequenos grupos e indivíduos que compartilham de uma identidade coletiva e de uma cultura de movimento, comportam mensagens simbólicas que desafiam os padrões dominantes, propondo inovações culturais. Redes submersas, baseadas em códigos culturais e solidariedades construídas no cotidiano, podem tornar-se redes com visibilidade (articulações políticas) quando pequenos grupos se mobilizam para intervir nas políticas públicas.*

### **2.3 As redes intervindo e problematizando o urbano**

Entrecruzando os aspectos descritos e a realidade do município de São Gonçalo, é possível constatar a gama de dificuldades de atuar em redes quentes com a presença

constante das modulações do sistema capitalista correndo nas ruas da cidade. Quando a rádio divulga notícias e atividades do município e/ou da comunidade em que se insere ou divulga matérias da mídia convencional, entre outros materiais para divulgação, está produzindo intervenções no cotidiano das pessoas, tanto as que emitem as notícias, quanto as que recebem a comunicação. A partir dessa divulgação são promovidos encontros e discussões sobre os aspectos físicos, políticos, sociais e econômicos da cidade. Aqueles considerados passivos diante da veiculação de uma informação são chamados a opinar e a produzir dispositivos de reivindicação de melhorias no aspecto urbano e nas condições de vida na cidade.

A atuação de algumas redes quentes produzidas em São Gonçalo vai desde as associações de moradores até a prefeitura. Várias solicitações de obras de saneamento básico, intervenções na política educacional do município e a geração de empregos entre outras iniciativas comunitárias foram conquistadas através da militância coletiva destes atores que compõem as redes. Além disso, o sentimento de pertencer a um coletivo, ser da rádio ou da COMNAR não se dá por simples fraternidade, mas por práticas coletivas e, no nosso caso, por uma atuação direta no campo da comunicação havendo um envolvimento nos resultados concretos e práticos. Uma curiosidade está no fato de que militar nas redes produzidas pela COMNAR em São Gonçalo não implica que o sujeito seja da cidade. Existem pessoas que atuam e participam das redes e não são gonçalenses e nem moram no município, no caso das rádios comunitárias isso é comum. Por exemplo, quando uma rádio comunitária é fechada, imediatamente é posto um “SOS”<sup>38</sup> na internet. É feito um levante de manifestações, advogados são acionados, assim como os militantes e cada um interage formando uma multiplicidade de ações. Outro exemplo é que, durante algum tempo, as ondas da rádio ultrapassaram as fronteiras de São Gonçalo devido ao fechamento de uma outra rádio, chegando a outras localidades como Magé, Paquetá e Ilha do Governador (RJ). Alguns ouvintes dessas localidades tornaram-se militantes, fazendo parte da luta pela democratização das comunicações e participando das oficinas e dos projetos da COMNAR, ora como formando, ora como formador.

---

<sup>38</sup> “SOS” é o modo como os militantes chamam o alerta de fechamento de uma Rádio Comunitária qualquer, acionando a rede de lutas e os parceiros, através da Internet.



Portanto, é possível considerar, no campo das redes articuladas aos movimentos sociais, a intervenção efetiva no real sem a necessidade de presença física e tátil entre seus membros. Para Raquel Paiva, citada por Cabral (2004: 47):

*‘... uma coletividade é definida como uma comunidade quando seus membros agem reciprocamente, e no confronto com o outro, não pertencente à coletividade, contrapõem seus valores, normas e costumes’. Caberia, portanto, falar em comunidade, mas não na sua finitude espacial (...) visto que as pessoas se agregam em diferentes níveis, constituem territórios que podem durar instantes, reconfiguram-se em outros tão efêmeros ou não.*

Estamos tratando de um mesmo “*locus* comum”, em torno da afinidade com a produção de mídia comunitária na luta pela democratização da comunicação e, a partir deste embate contra a mercantilização da informação e do conhecimento, problematizar o espaço urbano onde se insere esta prática, em nosso caso a cidade de São Gonçalo, produzindo intervenções coletivas e impessoais, buscando uma cidade que possibilite melhores condições de existência.

Adiante, vamos conhecer melhor como as rádios comunitárias emergem na história e se produzem, além de seus enfrentamentos, até os dias de hoje.

### **Capítulo 3**

### **Um pouco da história das rádios comunitárias**

São poucos os trabalhos publicados que versam sobre Rádio Comunitária no que diz respeito ao seu surgimento, atividades e o contexto histórico em que essas produções se dão. Sabe-se muito pouco sobre sua existência e a legislação que rege essa atividade. Isso dá margem a interpretações de cunho pejorativo, de desqualificação e criminalização das ações desenvolvidas nesse espaço, referindo-se a essas rádios como tendo atividades clandestinas ou de pirataria. Por isso, torna-se importante dedicar algumas linhas ao surgimento e emergência das Rádios Comunitárias, no sentido de dar-lhes maior visibilidade, contribuindo para a coletivização deste saber, a fim de possibilitar a produção de novos pensamentos, outros pontos de vista. Inicialmente, vamos analisar a emergência desta atividade e, em seguida, a chegada deste meio de comunicação na América Latina. Ressaltamos que rádio comunitária é diferente de rádio livre. As rádios comunitárias surgiram a partir das iniciativas das rádios livres. A diferença, segundo apontamento de Sergio Silva (2006)<sup>39</sup>, é que o termo rádio comunitária designa, legalmente, um tipo de emissora de rádio prevista em lei, a Lei 9.612, de 1998. De acordo com essa lei, emissoras de pequeno alcance, consideradas representativas de uma comunidade e sem objetivos comerciais e fins lucrativos, podem solicitar e ganhar uma concessão de rádio do Estado. Ao contrário, a rádio livre é contra o sistema de concessões governamentais, atuam independente de qualquer lei.

Segundo Peruzzo (1998: 241) considera-se que a primeira rádio livre foi uma emissora sindical colocada no ar na Áustria, em 1925. A partir daí, outras foram surgindo e se fazendo conhecer. Na Europa, o destaque fica para as experiências italianas e francesas entre 1969 a 1978 do século XX, um período de grandes contestações na Europa, principalmente nestes países, onde se realizou uma Reunião Internacional das Rádios Livres, no ano de 1978 quando foi criado o movimento Onda Livre. Essas rádios surgiam...

---

<sup>39</sup> Parecer apresentado pelo Prof<sup>o</sup> Sérgio Silva sobre o presente trabalho por ocasião do período de minha qualificação no mestrado.

*...como forma de protesto ao controle estatal da radiodifusão, de contestação da política de concessão de canais, de fruição do poder de comunicar, de expressão política ou de posse de uma unidade econômica produtiva. (Peruzzo, 1998: 242)*

Na obra intitulada *Revolução Molecular*, Guattari (1987) nos faz um breve relato do surgimento da Rádio Alice. Bem, nossas histórias se encontraram! Tratava-se de um momento vivido por Guattari e seus companheiros na Itália, após 1972, onde a esquerda italiana experimentava momentos de crise. A fim de que se potencializassem os ânimos para a reemergência de movimentos dos mais diferentes matizes que se colocassem contra as produções hegemônicas capitalistas, principalmente tecendo críticas à tão naturalizada divisão social do trabalho no capitalismo, foram criados “círculos políticos culturais” de onde surgiu, em 1974, a Rádio Alice<sup>40</sup>, a partir da qual alguns movimentos foram se recompondo. A novidade que essa rádio trazia ia para além do que já era produzido pelas rádios independentes da época. A idéia era de não sectarizar, ou seja, não atuar apenas para garantir os interesses de uma ou outra posição ou grupo, mas sim de se assumir enquanto projeto, buscando atender os interesses de um coletivo, produzindo uma comunicação para todos, transversalizando suas ações políticas.

*Agenciamento coletivo de enunciação, de cuja voz as rádios oficiais não costumam ser portadoras, produzindo uma transformação na relação com a palavra pública, um questionamento da manipulação do imaginário a serviço de uma ordem social opressora que fabrica um consenso majoritário. (Guattari, 1987: 62).*

Tratava-se aí de fortalecer linhas de fuga, outros agenciamentos que pretendiam “*acabar com a chantagem da cientificidade dos conceitos*” e mesmo com uma releitura desses, no sentido de produzir encontros com o “*esboço de um mundo [onde] nós mesmos agenciamos os desvios maiores que operamos a partir de nossas línguas*”

---

<sup>40</sup> “Na década de 70, as ondas oficiais das rádios européias foram atravessadas pela interferência de uma multiplicidade de rádios livres (...) através das quais grupos de diferentes naturezas podiam-se fazer ouvir”. N. do Trad. p. 62

*menores*” (Guattari, 1987: 58). Ou seja, produzir uma outra forma de fazer comunicação. Claro está que tais intervenções não passariam em brancas nuvens, pois “*A prática da felicidade torna-se subversiva quando ela é coletiva*”. (Guattari, 1987: 58).

A intervenção da Rádio Alice produzira um processo que atravessou diversos movimentos, ampliando-os na luta contra os abusos da exploração capitalista. É óbvio que a represália a essa intervenção não tardaria. Como relata Guattari, a polícia local havia sido exortada pelo então prefeito da cidade de Bolonha a eliminar as pessoas envolvidas no movimento, com a justificativa de que elas mesmas haviam se excluído da comunidade. Tal consideração é típica da forma capitalista de definir aqueles que buscam e criam outras propostas de vida e de atuação social e política, ao se diferenciarem dos parâmetros estabelecidos pelas políticas dominantes.

*Conspirar quer dizer respirar junto, e é disso que somos acusados; eles querem nos impedir de respirar porque nós recusamos violentamente a respirar em seus locais de trabalho asfixiantes, em suas relações individuais, familiares, em suas casas atomizantes.*  
(Guattari, 1987: 59).

As autoridades locais apostavam que tal movimento não conseguiria suscitar diferenças porque naquele lugar “*há trinta anos todo mundo adquiriu altas consciências de classe*” (Guattari: 1987: 59). Ou seja, qualquer semelhança com o discurso midiático atual é mera coincidência... A repressão policial calou a voz da Radio Alice, perseguindo e condenando seus atores, mas esse silêncio ecoa até os dias de hoje, haja vista as lutas e os enfrentamentos vividos em função da democratização dos meios de comunicação e pela possibilidade de fazer uma comunicação diferente, com novas falas, com outros saberes, em outros territórios.

Na América Latina, por conta do baixo custo, a rádio foi o primeiro dos meios de comunicação eletrônica a chegar nesse continente, há cerca de 70 anos. A expansão das rádios comerciais nesse continente foi estrondosa! No início da década de 60 eram

14 milhões. Quinze anos depois, já somavam 15 milhões de aparelhos receptores de rádio (Revista Chasqui, 1992).

Porém, algo de novo acontecia em tão promissor continente:

*...na mesma medida em que se verifica na América Latina, uma expansão do sistema de rádios comerciais, orientadas, sobretudo, por modelos e padrões norte-americanos, observa-se uma intensificação das experiências participativas de uso do rádio. (Cogo, 1998: 56).*

Desde a metade do século passado, povos indígenas, sindicatos, universidades, igrejas lançam mão da comunicação via rádio comunitária, sob várias denominações: rádio popular, comunitária, educativa, rural, local, pública, entre outras. O pioneirismo neste tipo de comunicação na América Latina é da Colômbia, cuja combinação de esforços fez da radiodifusão latino-americana uma das mais “*dinâmicas e criativas do mundo*” (Girard, 1992: 29).

Durante minha pesquisa sobre a história das rádios comunitárias fiz um achado que considero interessante. Além dos sindicatos e dos movimentos sociais que cresciam na América Latina, a Igreja Católica teve um papel fundamental para o crescimento da radiodifusão comunitária, a partir de programas de ação voltados para a participação popular.

*A Igreja Católica começa a marcar presença no campo das rádios comunitárias a partir de 1947, na Colômbia, com a experiência da Radio Sutatenza, desenvolvida num povoado isolado de mesmo nome no departamento de Boyocá. (...) o Padre Joaquim Salcedo transmite os primeiros programas para os camponeses da região por meio de equipamentos cedidos por radioamadores (Cogo, 1998: 57).*

Essa rádio, nascida da ação conjunta dos camponeses e do sacerdote Salcedo, fizeram nascer a Ação Cultural Popular, denominação jurídica da emissora. Sua comunicação, além de estar voltada para a difusão rural através da transmissão de programas, também produzia ações sociais como “*distribuição de cartilhas, construção de uma biblioteca rural, produção de um periódico semanal, discos e fitas cassetes com mensagens educativas*” (Cogo, 1998: 59).

Com o passar dos anos, as dificuldades começaram a surgir e acreditou-se ser necessário atingir um maior número de pessoas que pudessem ser tocadas por essa comunicação de vertente católica. Isso possibilitou a captura desse trabalho pela mídia dominante, pois para atingir maior audiência, os responsáveis por essa comunicação aceitaram veicular sua programação através dos grandes meios de comunicação de massa da época.

Porém, na década de 70 do século XX, em cima de todo o contexto histórico da época<sup>41</sup>, e devido aos grandes conflitos políticos que surgiram em relação à iniciativa anterior, alguns bispos envolvidos nesta atividade vão, pelas dificuldades encontradas, deixando de veicular a proposta para uma evangelização libertadora através dos meios de comunicação dominantes. Passaram a inclinar-se para a possibilidade de criar seus próprios meios de comunicação, como outrora era feito. Assim, buscaram a utilização de alternativas grupais e, naquela época, criou-se a expressão “dar voz aos que não têm voz”. Tal postura foi referendada pelos bispos da América Latina na III Conferência Episcopal de Puebla, no México. Dessa forma, reafirmaram-se e potencializaram-se as práticas em comunicação comunitária que vinham sendo produzidas junto às Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) desde 1960, em toda a América Latina.

O êxito de tal modelo inspirou a criação de outros espaços radiofônicos, principalmente no Brasil, com ênfase na comunicação comunitária, quando ficou constatado que, até então, não se havia pensado nas potencialidades que poderiam estar sendo produzidas a partir e através das ondas do rádio.

---

<sup>41</sup> Apesar do poder das ditaduras em alguns países latino americanos, havia um forte movimento social aliado ao crescimento e fortalecimento da Teologia da Libertação e, conseqüentemente, das CEB's – Comunidades Eclesiais de Base.

Paralelamente à vertente católica e, especificamente, durante os anos da ditadura militar (em torno de 1960 até 1980), movimentos de resistência a essas práticas opressoras encontram na comunicação comunitária a possibilidade de inserir um discurso mais crítico junto aos segmentos populares. Naquela época, o regime ditatorial possuía total controle sobre os meios de comunicação de massa a fim de manter seu poder. Os militantes desses movimentos produziam formas de reivindicação que vão ganhando expressão no meio da população e disparam processos transformadores em que o dispositivo comunicação comunitária emergia tendo um papel fundamental como instrumento de potencialização social.

Infelizmente, hoje, parte da igreja que, outrora, potencializou a prática da radiodifusão comunitária e a ação popular é a mesma que, através de alguns de seus segmentos e lideranças conservadoras, reprime e impede, em muitos lugares, a participação comunitária desta forma de comunicação. Do mesmo modo, alguns movimentos sociais cristalizaram seus interesses e não conseguiram mais fazer ecoar as vozes das lutas comunitárias, dando espaço para ambições políticas, entre outras. Junto a estes conflitos, é possível encontrar muitos companheiros, não só da frente progressista católica, mas de outros segmentos da sociedade que se unem a fim de não deixar calar a voz dessa história.

Ainda na década de 1970, a radiodifusão comunitária, apesar de tantos desencontros, vai recebendo novos contornos. Assiste-se ao surgimento da ALER (Associação Latino-americana de Educação Radiofônica) como animadora e aglutinadora das experiências em rádio comunitária e ressalta-se o novo impulso das organizações populares com destaque para o enfoque da educação popular. A partir desses contornos, pode ser observado que, mesmo havendo variabilidade das experiências entre os projetos de comunicação comunitária na América Latina, não há um modelo prévio de como se produzir comunicação em rádio comunitária. É considerável que existam muito mais semelhanças do que diferenças nesta atividade, principalmente no que diz respeito às lutas pela democratização da comunicação.

*...quando dizemos rádio comunitária a que definição estamos nos referindo? Chamar comunitária pela potência de sua*

*antena seria uma redução perigosa porque uma rádio comunitária quando cresce perderia sua própria definição. Se considerarmos a propriedade, também teremos problemas. Na América Latina há excelentes experiências de construção democrática em rádios das igrejas progressistas, rádios privadas que passam anúncios comerciais e se mantem [sic] como empresas, rádios de propriedade mais comum e rádios do Estado. O que define uma rádio comunitária são os objetivos que persegue: democratizar a palavra que está concentrada em poucas bocas e em pouquíssimas mãos para que nossa sociedade seja mais democrática. (Chasqui, 1993:8)<sup>42</sup>*

No Brasil, quando as rádios livres efetivamente surgiram, também nos anos 70 do século XX, a grande mídia as chamou de “rádios piratas”<sup>43</sup>, muito embora se instalassem em lugares inusitados como Kombis, DA’s de Universidades, torres de Igrejas, garagens, caixas d’água, entre outros. É importante mencionar que foram as rádios e suas cornetas instaladas em postes, árvores e torres de igreja, principalmente no nordeste do Brasil que plantaram a semente da organização democrática da comunicação comunitária.

Sobre a primeira rádio comunitária que foi ao ar há controvérsias. Uns afirmam que se trata da “Rádio Paranóica” de Vitória, no Espírito Santo, criada em 1970, e fechada um ano depois. Seus fundadores eram dois irmãos que não tinham nada a ver com grupos de esquerda, apenas queriam fazer rádio. Mesmo com a intervenção, voltaram a funcionar em 1983, com o nome de “Radio Sempre Livre”. Entretanto, o boom deu-se na década de 80 do século passado, principalmente em pequenas cidades de São Paulo, sendo os estudantes secundaristas a grande base do movimento dessas rádios comunitárias. A capital paulista contava com dezenas de rádios livres em 1985, quando foi criada a “Cooperativa dos Rádio-Amantes”. Inicialmente, tratava-se de jovens interessados em se comunicar através da rádio, com muita música e recadinhos,

---

<sup>42</sup> Entrevista de José Ignacio López Vigil à CHASQUI

<sup>43</sup> O nome “pirata” surgiu na Inglaterra, nos anos 60 e 70, quando existiam apenas as rádios públicas mantidas pelo governo inglês. Eram rádios que faziam suas transmissões de navios ancorados em águas internacionais, além da faixa marítima territorial, na costa da Grã-Bretanha, e eram financiadas por multinacionais americanas que tinham por objetivo explorar comercialmente a rádio, difundindo informes publicitários, até então proibidos nos sistemas de radiodifusão europeus.



além de ser uma forma de externalizar o prazer pelo domínio da técnica radiofônica. Mais tarde, porém, encontramos emissoras mais voltadas para a questão da centralização dos meios de comunicação e para as questões sócio-políticas e econômicas de nossa sociedade.

Durante a 1ª Conferência Mundial sobre Rádios Comunitárias, em 1983, em Montreal (Canadá), foi criada a AMARC (Associação Mundial das Rádios Comunitárias), constituindo-se no principal *fórum* de discussão de radialistas do planeta. Neste espaço, buscou-se democratizar esse veículo de comunicação, apostando neste meio enquanto potente produtor de mudanças sociais e valorizador da cultura popular.

Para tentar barrar o crescimento e a organização das rádios comunitárias, o então ministro das Comunicações, Antonio Carlos Magalhães, assinou uma portaria, em 1985, declarando “guerra às rádios clandestinas”... E parece que a “guerra” dos latifundiários da comunicação contra as rádios comunitárias ainda está longe de terminar...

Esse contexto não é novo, como já foi mencionado, arrasta-se entre nós desde os dolorosos anos da ditadura militar. Toda essa conjuntura de criar uma determinada realidade, de produzir certos padrões de conduta, certas formas de viver e de existir, de falta de acesso aos grandes meios de comunicação, de sufocamento da cultura, gerou em alguns segmentos da sociedade e nos movimentos sociais indignação, acompanhada de questionamentos que foram se desdobrando em proposições e ações. O modo como o jornalismo vem sendo veiculado, as novelas (principalmente as globais) e os programas de auditório podem ser citados como produções da mídia dominante que ditam as formas de ser, pensar e existir e as conseqüentes formas de seleção e exclusão daqueles que não se adaptam aos padrões dominantes. No final dos anos 70 do século passado, a partir da anistia política, em 1979, até a Constituinte de 1988 surgiram articulações que discutiam a comunicação brasileira. Daí, nasce o Movimento Nacional pela Democratização dos Meios de Comunicação, com a participação de alguns parlamentares, profissionais e estudantes da área.

Em abril de 1995, o Movimento Nacional pela Democratização dos Meios de Comunicação apresentou uma proposta de “Regulamentação para o serviço da Radiodifusão Comunitária”, baseada numa lei similar em vigor na Colômbia. Neste

percurso, apesar das várias ações do Movimento Nacional pela Democratização da Comunicação<sup>44</sup>, uma das ações que mais tem incomodado o tal “oligopólio” é a persistência de cidadãos e cidadãs brasileiras em reafirmarem – e praticarem – o seu direito à comunicação, ocupando as ondas sonoras... Colocando as rádios comunitárias no ar apesar de serem perseguidas e reprimidas durante anos e, mais ainda, atualmente. Em novembro de 1996, o termo “rádio comunitária” foi institucionalizado durante o I Encontro de Rádios Livres e Comunitárias<sup>45</sup>, realizado em Praia Grande, no estado de São Paulo. Estas rádios seriam aquelas que operam sem fins lucrativos e com programação plural, além de estarem enquadradas como as chamadas rádios de baixa potência.

Depois de quase três anos de mais retrocessos do que avanços nas discussões com o governo e interessados em mídia, a lei 9.612 foi aprovada, em 1998, no governo de FHC. Aparentemente, as milhares de rádios comunitárias resolveram o problema da regulamentação, mas para quem milita neste espaço essa lei mais parece uma “camisa de força”, com (dês)mandamentos e “não podes”. Peruzzo (1998:253) aponta que “*o Brasil chegou a figurar como o único país da América do Sul a não ter uma legislação para rádios de baixa potência (...)*”.

Finalmente, na década de 90 do século XX, alguns setores da sociedade, como igrejas, sindicatos, associações, partidos, entre outros, perceberam a importância dessas rádios para potencializar suas ações. Paralelamente a esse momento de efervescência, alguns militantes começavam a questionar o objetivo dessas rádios, discutindo, entre outras ações, como elas poderiam ir além do protesto, tornando-se setor público da radiodifusão brasileira. A partir dessa idéia as rádios já não surgiam por um idealizador, mas por demandas da comunidade, tornando-se um espaço público de discussão para toda a comunidade resolver seus problemas com democracia e pluralidade. Um espaço comunitário.

---

<sup>44</sup> Atualmente, entre outros movimentos o de maior relevância política é o FNDC (Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação) criado em 1991 e que, segundo Cabral (2002: 225), é “(...) formado pela articulação de pessoas, grupos e organizações em torno de várias frentes de luta no campo da comunicação no Brasil e conta com 44 comitês regionais e comissões pró-comitês, além de 32 entidades nacionais”. Este aspecto será melhor discutido no capítulo V desta dissertação.

<sup>45</sup> Importante lembrar a diferença entre rádios livres e comunitárias já discutidas anteriormente neste trabalho. O que não torna impeditivo para a união de forças na discussão de assuntos sobre a democratização dos meios de comunicação.

Porém, todas essas manifestações foram e vêm sendo reprimidas, desde o início, pelos diferentes governos federais que exerciam/exercem tal poder de repressão através do extinto DENTEL<sup>46</sup>, hoje ANATEL, com auxílio da Polícia Federal. São consideradas ilegais, invasoras e perversas; capazes de provocar acidentes aéreos. As rádios são arrombadas, todos os equipamentos apreendidos e as pessoas presas e processadas. No nordeste, por exemplo, quando os carros da Polícia Federal não têm combustível para ir até as Rádios Comunitárias para fechá-las, são financiados por políticos locais, a fim de poderem realizar essa empreitada<sup>47</sup>. Além desses enfrentamentos, muitos outros acontecem e serão discutidos no capítulo V deste trabalho. Nesta oportunidade, apresentamos uma carta à ANATEL, escrita pela ouvinte Estelita em 23/05/05.

*“À Anatel.*

*Vamos ser como o sol, que não possui nenhuma lista de N° ou endereços, para enviar seus raios luminosos. Vamos ser como a chuva, que não tem mapas com limites e fronteiras para delimitar o campo a ser regado. Vamos ser como a fonte, sempre ao alcance de todos, e aos que estendem a mão em concha.*

*Vamos ser como as árvores, que não escondem seus frutos quando chega algum pobre, com sede e com fome. Vamos ser como a terra, que não vê cara ou nome, conta bancária ou posição social.*

*Vamos ser como o mar, que acolhe grandes rios que tem nomes nos mapas e os simples riachos anônimos. Vamos ser como as aves, e cigarras, que dão concertos grátis para todos nós, sem reclamar direitos autorais. [...]*

*Tô aqui, você também...*

*Permita a Rádio ser seu espelho essa noite. Cantar em nós o teu espanto, tua estranheza, como quem sabe no fundo que não há nenhum entendimento, onde não*

---

<sup>46</sup> Departamento Nacional de Telecomunicação

<sup>47</sup> Essa informação foi obtida através de relatos dos próprios radialistas que operam em rede durante um “sos” por causa do fechamento de uma rádio em Belém (PA).

*tem diálogo. [...] Nós amamos as Rádios comunitárias de São Gonçalo. Eu em especial, torço pela Novo Ar.*

**ESTELITA. Jardim Miriambi<sup>48</sup>.**”

Atualmente, existem aproximadamente 10.000 emissoras no Brasil. O expressivo número está ligado à grande mobilização que as discussões sobre a democratização das comunicações vêm produzindo nos mais variados espaços.

Para melhor discutir e problematizar os aspectos políticos e sociais que atravessam tal contexto histórico, as questões da mídia, de produção de subjetividades e rádios comunitárias serão aprofundadas no próximo capítulo. Salientamos a influência que a grande mídia vem exercendo em nossa sociedade forjando subjetividades capturadas em um discurso produzido pelo modo capitalista de produção e as formas de resistência que são produzidas nestes espaços.

## Capítulo 4

### Mídia, Rádio Comunitária e Produção de Subjetividade.

*A linguagem da comunicação está perdida – eis o que expressa **positivamente** o movimento de decomposição moderna de toda a arte, seu aniquilamento formal. O que esse movimento expressa **negativamente** é o fato de uma linguagem comum ter de ser reencontrada, mas não na conclusão unilateral que, para a arte da sociedade histórica, **sempre chegava tarde demais**, falando com **outros** do que foi vivido sem diálogo real, e admitindo essa deficiência da vida. Essa linguagem precisa ser reencontrada na práxis, que reúne em si a atividade direta e sua linguagem. Trata-se de possuir efetivamente a comunidade do diálogo e o jogo com o tempo que foram **representados** pela obra poético-artística. (Debord, 1997: 122 - grifos do autor)*

---

<sup>48</sup> Jardim Miriambi é um bairro da cidade de São Gonçalo.

#### 4.1 - Comunicação como um direito de todos.

A palavra Comunicação tem origem latina – *COMMUNIS* – e significa “pôr algo em comum com o outro”. Ao analisarmos os termos *Comunicação* – *Comunidade*, observamos que elas possuem a mesma raiz, ou seja, a palavra *COMUM*. Comunicação e Comunidade expressam algo que se compartilha, que se tem ou que se vive em comum. É dialogar, partilhar, trocar. Quando nos comunicamos, criamos formas de relacionamento e socialização com e no mundo, inventando-o e reinventando-o, potencializando sua existência, produzindo cultura, exercendo e deixando que exerçam o direito de liberdade de expressão. Comunicar é colocar em comum conhecimentos, idéias, sonhos, vontades e sentimentos. É se expor em cooperação com os outros, sendo sujeitos participantes da coletividade. É esta a proposta de comunicação da Rádio Novo Ar.

Considerando a questão da comunicação popular, Peruzzo (1998: 114), em sua tese de doutorado, cita Christa Berger (1989: 30-31) apontando o seguinte:

*Agora, falar de comunicação popular implica falar de cultura, de relação. (...) Trazer a comunicação popular para o espaço da cultura fez introduzir a dimensão do conflito (...) histórico do qual o popular se define como movimento de resistência (...). E conseqüentemente, a idéia de ação, de práxis. A comunicação popular é uma prática em conflito (...) Esta redefinição do popular permitiu pensar a diversidade e a pluralidade e revalorizar a relação entre comunicação de massa e comunicação popular, redimensionando este espaço ambíguo e conflitivo em que se produz o popular, fora do qual é considerado uma categoria abstrata.*

Trata-se, portanto, não de demonizar a produção dominante ou ficar especulando em cima de dicotomias entre a grande mídia e as formas de comunicação popular, mas sim tecer análises em torno das produções que emergem nos modos de existência a partir dessas formas de atuação.

Historicamente, como já vimos, a emergência das práticas de comunicação popular se deu num período de grandes contestações nas sociedades latino americanas e brasileira. Mais exatamente nestes últimos quarenta anos, nos quais a antítese do *status quo* aparece com clareza e se transforma à medida que se afirmam as desigualdades e o fortalecimento das lutas por espaços mais democráticos<sup>49</sup> através do sistema vigente. Busca-se aí uma comunicação vinculada aos movimentos coletivos, retratando processos democráticos diferentes dos utilizados pela grande imprensa. Peruzzo (1998:115) traz uma citação interessante, e tece suas considerações, resumindo e ressaltando essa diferenciação específica na forma de se fazer comunicação popular:

*'A comunicação popular, em sua gênese, não é um tipo qualquer de mídia, como mídia grupal, rádio local ou material impresso. Não é também uma instrução religiosa ou o desempenho comunitário de especialistas em agricultura falando a camponeses em linguagem singela. Ela surgiu de um movimento em um nível mais profundo: grupos de camponeses ou de trabalhadores discutindo entre si ou com outros grupos similares'*<sup>50</sup>. Quer dizer, ela é resultado de um processo, realizando-se na própria dinâmica dos movimentos populares, de acordo com suas necessidades. Nessa perspectiva, uma de suas características essenciais é a questão participativa voltada para a mudança social.

O termo “popular” abrange uma multiplicidade<sup>51</sup> de significados diferentes, de acordo com o contexto no qual ele é utilizado. Tal multiplicidade, além de envolver todas as diferenças históricas, tanto no sentido espaço-temporal, quanto na pluralidade de realidades, possibilita que estejamos mais atentos às produções dominantes, abertos a

---

<sup>49</sup> Historicamente, podemos perceber alguns movimentos no sistema capitalista de negação do fortalecimento das lutas. Através da mídia dominante, produz-se a criminalização das formas democráticas de veiculação da comunicação, o que discutiremos melhor no capítulo V deste trabalho.

<sup>50</sup> Joana Puntel citando White in Peruzzo (1998:115)

<sup>51</sup> Segundo Chauí (1982:45), entendemos, aqui, por multiplicidade o pluralismo de realidades com suas variações geográficas e cronológicas. Ela aponta que “Manter a realidade do múltiplo permitiria que não ocultássemos as dificuldades presentes na palavra ‘povo’(...)”, pois esta envolve todas as camadas que constituem a sociedade.

uma criatividade múltipla em busca de propostas políticas que pretendam ser um pouco mais democráticas.

Aqui, popular será acompanhado no sentido de “ser do povo”. Não se trata de uma proposta dicotomizante, de se separar “povo” e “não povo”, mas de se entender “povo” como um conceito aberto, dinâmico, histórico, concernente a todos sem qualquer distinção. Assim, não se trata de querer, através da comunicação popular, atingir apenas o que comumente é chamado de “classes sulbateras”. A aposta é que, com esse tipo de comunicação, se possa estar aberto aos contextos históricos e às constantes atualizações que ali emergem.

Em comunicação popular, existe uma variedade de processos que produzem alguns aspectos singulares dessa prática. Inicialmente, por envolver todos os tipos de veiculação da comunicação, desde os pequenos até os massivos. Depois, porque não há uma metodologia padronizada para tal veiculação e, finalmente, porque enquanto uns se propõem a uma comunicação realmente participativa, outros só abrem espaço para a “voz do povo” se essa voz ecoar de acordo com seus próprios interesses, produzindo formas autoritárias de comunicação.

Nesse sentido, é explícita a forma como a comunicação vem funcionando em nossa sociedade. Entendendo a força de produzir subjetividades que a veiculação da comunicação possui, quem está “instrumentalizado” com tais meios de comunicação e “capacitado” a fazer comunicação, produzindo tal processo, tem o poder de questionar hábitos e costumes e produzir outros. Atualmente, nos moldes do modo de ser capitalista, a comunicação é utilizada como instrumento de massificação, de controle, de poder, como mercadoria, moeda de troca. Tal prática posiciona as pessoas como meras reproduzoras daquilo que é veiculado pelos meios de comunicação social como bom, bonito, adequado, correto, sem dar possibilidade para a afirmação das diferenças, para a questão das escolhas, para a visão da realidade que está sendo produzida de modo mais transparente sem maquiagens, ou talvez de forma menos tendenciosa. Segundo Pereira (2004: 10), o grande desafio lançado aos meios de comunicação de massa é “*reconhecê-los como espaços-chave*” de encontro dessa rede múltipla de capturas e de resistências. Segundo Peruzzo (1998:118), a estratégia de comunicação popular utilizada pela mídia dominante é chamada por alguns estudiosos de “*popular-massiva*”, em que são

produzidos programas com elevado poder de penetração, influência e aceitação por parte dos espectadores ouvintes. Assim, a estratégia “*popular massiva*” estabelece formas de mediação e não apenas de conhecimentos, mas também de políticas, de subjetividades. A grande mídia, o monopólio das comunicações, concentradores de informações e poderes, produz subjetividades que podemos considerar docilizadas e facilmente manipuláveis, em que:

*...somos convencidos cotidianamente (...) de que pensamos, sentimos, decidimos e agimos por nós mesmos, de que exercemos o tão decantado livre arbítrio – uma das falácias forjadas pela democracia liberal burguesa (Coimbra, 2001: 30).*

Atualmente e permanentemente, os meios de comunicação de massa têm sido os grandes aliados do capitalismo no que se refere à produção de subjetividades, criando um jeito novo de estar no mundo que, segundo Guattari (2005), traduz-se tanto em nível de uma macropolítica do social, quanto de uma micropolítica do desejo, traçando os rumos das escolhas sociais e definindo, também, os pequenos gestos do dia-a-dia. A partir disso, observamos uma idéia de subjetividade fabricada, moldada, distribuída e consumida, tal qual mercadoria, atingindo as pessoas, ou seja, seus desejos, sonhos, fantasias que são atravessados, impregnados pelo *merchandising* capitalista que visa produzir modelos de comportamentos e de percepções do mundo. Tais modos de produção *capitalísticos*<sup>52</sup> funcionam também através de um modo de controle da subjetivação, chamado por Guattari de “*cultura de equivalência*”. Assim, são reforçadas sujeições subjetivas, em que a cultura de massa se torna o elemento fundamental na produção de subjetividades capitalísticas, muito bem sustentadas pelos meios de comunicação social.

---

<sup>52</sup> “Guattari acrescenta o sufixo ‘ístico’ a ‘capitalista’ por lhe parecer necessário criar um termo que possa designar não apenas as sociedades (...) mas também setores do assim chamado ‘Terceiro Mundo’ ou do capitalismo ‘periférico’. Tais sociedades, segundo Guattari, funcionariam com uma mesma política do desejo no campo social (...) com um mesmo modo de produção da subjetividade e da relação com o outro”. (Guattari e Rolnik, 2005: notas, p.413).



*Assim, pela produção e circulação de signos, imagens, subjetividades, ‘pelo recalçamento e negação de certas realidades’, pela sugestão e, portanto, pela criação de um real, de realidades – que passam a ser as que existem objetivamente - os meios de comunicação de massa ‘simulam padrões consensuais de conduta’, produzem poderosos e eficientes processos de subjetivação; forjam existências, vidas (...) heróis e vilões. (Coimbra, 2001: 37).*

A partir deste processo de produção de subjetividades a serviço do sistema capitalista, nós nos tornamos simulacros de um ideal de adequação social. Segundo Harvey<sup>53</sup>, comportamentos e modos de vida são postos como mercadorias no tempo e no espaço num processo que chama pós-modernismo. O autor considera que o modo como entendemos essa questão do espaço-tempo - devido principalmente à aceleração dos processos de informação, políticos e econômicos impostos pelo capitalismo contemporâneo - dificulta o modo como lidamos com a realidade construída que nos é mostrada e, conseqüentemente, a maneira como reagimos aos acontecimentos. Debord (1997:101) se refere à questão do tempo como irreversível, compreendendo apenas o movimento geral da sociedade, unificado pelo livre comércio:

*Com o desenvolvimento do capitalismo, o tempo irreversível **unificou-se mundialmente**. (...) O tempo irreversível unificado é o do **mercado mundial** e, corolariamente, do espetáculo mundial. (...) O tempo irreversível da produção é antes de tudo a medida das mercadorias. Assim, o tempo que se afirma oficialmente em toda a extensão do mundo como o **tempo geral da sociedade** significa apenas os interesses especializados que o constituem: **é um mero tempo particular**. (grifos do autor)*

---

<sup>53</sup> Harvey, “A compreensão do tempo-espaço e a condição pós-moderna” cap. 17, 257-276. In “A Condição Pós Moderna” Loyola, 2004.

Os meios de comunicação dominantes são preciosas ferramentas no que se refere à questão da aceleração da penetração capitalista em vários setores da produção cultural. Alguns efeitos que podemos considerar, então, seriam o fortalecimento da sociedade do descarte, a volatilidade e efemeridade das modas, produtos, idéias, valores entre outros modos de ser e estar no mundo. Citando Alvin Toffler (1970), Harvey (2004: 258-259) afirma que:

*‘Em comparação com a vida numa sociedade que se transforma com menos rapidez, hoje fluem mais situações em qualquer intervalo de tempo dado – e isso implica profundas mudanças na psicologia humana’. Essa efemeridade (...) cria ‘uma temporariedade na estrutura dos sistemas de valores públicos e pessoais’ que fornece um contexto para a ‘quebra do consenso’ e para a diversificação de valores numa sociedade em vias de fragmentação.*

Entretanto, quando falamos em “quebra de consenso”, não descartamos que, a partir dessa fragmentação, não se produzam modos de subjetivação hegemônicos e massificantes. É como se fosse produzido um bloqueio das sensibilidades singulares, com e através da mídia, que domina e intervém na produção dessa volatilidade e, paralelamente, manipula os gostos e as opiniões com finalidades particulares de uma minoria. Essa construção de uma sociedade “controlada” por novos sistemas de signos e imagens torna-se um aspecto importante na contemporaneidade, no sentido de que, para a mídia publicitária, não se trata de simplesmente vender aquilo que cai no gosto comum, mas de exercer um papel integrador nas práticas culturais, o que dá sustento ao crescimento do capitalismo globalizado.

Nesse sentido, quando aqui pensamos os processos de produção de subjetividades, consideramos também o que é ditado atualmente sobre a questão da “imagem de si”. Produz-se que “você é aquilo que diz a sua imagem”, ou seja:

*A aquisição de uma imagem (...) se torna um elemento singularmente importante na auto-apresentação nos mercados de trabalho e, por extensão, passa a ser parte integrante da busca de identidade individual, auto realização e significado na vida. (Harvey: 260).*

Nas sociedades contemporâneas, são valorizadas as subjetividades que acompanham/copiam o que é ditado principalmente pela mídia dominante, enquanto adequados modos de existir, sempre de acordo com as aspirações capitalistas. Assim, as “identidades” vão dependendo cada vez mais das imagens que são criadas nesse sistema produzindo o que estes autores chamam de “*massa cultural*”<sup>54</sup>. Desse modo, imagens são construídas e desconstruídas num abrir e fechar de olhos, com grande criatividade e sem rodeios. Tais imagens são derramadas, como muito bem é demonstrado por Harvey (2004: 262).

*(...) no vasto recipiente da cultura de massa serializada e repetitiva. É ela que organiza as manias e modas, e, assim fazendo, produz a própria efemeridade que sempre foi fundamental para a experiência da modernidade. Ela se torna um meio social de produção do sentido de horizontes temporais em colapso de que ela mesma, por sua vez, se alimenta tão avidamente.*

A essa produção de cultura de massa, Guattari (2005) chamou de “cultura mercadoria”. Nesse campo, não haveria julgamento de valores, pois tudo seria considerado um bem disponível no mercado. Os meios de comunicação de massa, além de, por essa via, produzirem força coletiva de trabalho e de controle social, estão também dispostos a tolerar as margens, isto é, a produção de territórios subjetivos que escapam a essa massificação cultural. Dessa forma, tolerando os setores de cultura considerados minoritários, é possível reconhecer-se e resgatar-se entre os alheios à orientação capitalista, dado fundamental para a afirmação das relações de poder. Indo

---

<sup>54</sup> Termo citado por Bell (1978) e trazido por Harvey (2004: 262)

mais além, de acordo com Debord (1997:119), podemos dizer que a cultura tem o poder de generalizar o que existe à parte, enquanto “...*divisão do trabalho intelectual e trabalho intelectual da divisão*”. Buscando essa generalização, essa “*unidade perdida*”, a cultura é obrigada a negar-se a si própria. Tal negação, ou congelamento, abre espaço, segundo o autor, para o que o setor cultural é em sua totalidade: “*a comunicação do incomunicável*”. Sendo assim, a leitura que se faz do que entendemos por cultura mercadoria, nos leva a perceber também a mercadoria como a “*vedete da sociedade espetacular*”, o carro-chefe da massificação, comprimindo a existência no tempo e no espaço.

Em se tratando de relações de poder, essas questões de compressão tempo-espaço se tornam cada vez mais nítidas no sentido de que quanto mais entorpecidos ficamos com essa volatilidade, mais complicada fica a produção de estratégias de resistências e de possibilidades criativas de escape dessas linhas duras de massificação. As diferenças sociais, as lutas que travamos cotidianamente sustentam as práticas políticas adotadas pelo sistema capitalista, o que nos dá a impressão de que tudo está dominado. Porém, tal domínio é aparente, pois não consegue impedir que formas criativas de resistência sejam produzidas e se esforcem na crítica e em atividades esclarecedoras e fortalecedoras das coletividades.

Considerando a sociedade em que estamos inseridos, questões ligadas à identidade, a essa produção de imagens, nos fazem refêns de algo que Guattari (2005:47) chama de “*individuação da subjetividade*”. É como se capturados por essa rede que nos faz girar em torno de nós mesmos, não conseguíssemos produzir processos de singularização. Presos por essa “camisa de força” que forja em nós comportamentos serializados e dados como adequados e naturais, vamos engrossando o caldo que alimenta o sistema dominante. Assim, a grande mídia vai desqualificando desejos e diferenças e, como serpentes, nos envolvendo neste grande deserto chamado globalização. Tal captura é exercida em corpos considerados “livres”, como aponta Deleuze (1992: 219-226), referindo-se à construção de uma sociedade de controle. O exercício de poder nessa sociedade caracteriza-se pela sua indefinição, isto é, não há um fim em si e nem fronteiras para que tal poder se exerça. As sociedades de controle apresentam essa tendência dinâmica, inacabada e modular, produzindo uma volatilidade das relações. Ou seja, as produções ditas culturais, tais como elas se apresentam através

dos meios de comunicação fazem emergir o *marketing* como poderoso instrumento de controle social, ditando modos e costumes, promovendo o descarte e a superficialidade das relações. O controle aparece em todos os instantes, atravessando todos os espaços, produzindo a crise das instituições, exercendo o poder de maneira dispersa e progressiva. Segundo Deleuze (1992:221-222),

*(...) os controles são uma **modulação**, como uma moldagem auto-deformante que mudasse continuamente, a cada instante, ou como uma peneira cujas malhas mudassem de um ponto a outro. (...) Não se está mais diante do par massa-indivíduo. Os indivíduos tornaram-se 'dividuais', divisíveis, e as massas tornaram-se amostras, dados, mercados ou 'bancos'. (grifos do autor)*

Mesmo convivendo em meio a serpentes, são, exatamente, esses processos que a radiodifusão comunitária propõe desconstruir, tentando legitimar a fala e o desejo<sup>55</sup> daqueles que são excluídos e têm sua existência desqualificada. É a partir desse sonho de “vez e voz do povo” que este trabalho se esboça e inicia sua fundamentação. Levar as pessoas a se comprometerem consigo mesmas enquanto desejo de melhorarem as condições de vida que possuem e se comprometerem com a comunidade em que vivem, enquanto busca de qualidade social e de transformações, em que a Rádio Comunitária abre seus microfones, amplificando o grito daqueles que são permanentemente excluídos por um sistema de comunicação segregatório e antidemocrático. Segundo Guattari,

*Eu oporia a essa máquina de produção de subjetividade a idéia de que é possível desenvolver modos de subjetivação singulares, aquilo que poderíamos chamar de 'processos de singularização': uma maneira de recusar todos esses modos de encodificação*

---

<sup>55</sup> Neste trabalho desejo é entendido, segundo Guattari (2005: 260-261), “... enquanto formação coletiva...” permeando o social nas práticas que ali se dão. Ou seja, “.. todas as formas de vontade de viver, de vontade de criar, de vontade de amar, de vontade de inventar uma outra sociedade, outra percepção do mundo, outros sistemas de valores”.

*preestabelecidos, todos esses modos de manipulação e de telecomando, recusá-los para construir modos de sensibilidade, modos de relação com o outro, modos de produção, modos de criatividade que produzam uma subjetividade singular. Uma singularização existencial que coincida com um desejo, com um gosto de viver, com uma vontade de construir um mundo no qual nos encontramos com a instauração de dispositivos para mudar os tipos de sociedade, os tipos de valores que não são os nossos. (Guattari & Rolnik, 2005: 22-23).*

Nem todas as rádios que se denominam comunitárias adotam essa prática. Existem vários modos de ser comunidade<sup>56</sup>. No caso da Novo Ar, o termo comunitária aparece aqui como aberto a todos, não no sentido sectário de definir de qual comunidade se participa, mas de estar inserido no meio, sendo atravessado por várias instituições e afetos.

Nesse percurso em Rádio Comunitária, torna-se interessante apontar como a linguagem afeta permanentemente as pessoas que participam deste trabalho: ouvintes, comunicadores, produtores, equipes de apoio e convidados. A participação popular na comunicação comunitária se dá concretamente desde um envolvimento casual com a rádio através de mensagens, pedidos musicais, etc., até o envolvimento na definição das linhas políticas de atuação, operação e técnica, e de gestão. Mesmo as participações um pouco fragmentadas e rudimentares, buscamos valorizá-las, trazendo para a comunidade cursos de desenvolvimento e capacitações através das oficinas, a fim de sistematizarmos essa prática. Essas formas participativas se encontram, sobretudo nas Assembléias Deliberativas<sup>57</sup>, nas quais explicitamos nossos desejos e receios. Ouvindo a comunidade, nos espaços da Rádio Novo Ar, torna-se interessante levar em consideração os discursos que, diariamente, são veiculados pela mídia dominante nos

---

<sup>56</sup> Existem rádios que se denominam comunitárias, mas são da comunidade católica, neopentecostal, etc. São dados estes exemplos, porque a maioria das rádios com este perfil são religiosas.

<sup>57</sup> As assembléias deliberativas da COMNAR são realizadas anualmente com datas não fixas, definidas em cada uma. Porém, são agendadas assembléias extraordinárias, conforme os acontecimentos que se dão. Nossa última Assembléia ocorreu em abril de 2006, com o advento do fechamento da rádio pela ANATEL junto com a Polícia Federal. A comunidade é convocada via rádio e cartazes espalhados na cidade.

meios de comunicação de massa, que nos capturam sutilmente, mesmo quando buscamos outras estratégias de comunicação e de produção de formas de se viver no mundo, pois:

*As subjetividades forjadas neste registro, vivenciadas diariamente (...), dizem respeito não só a [sic] produção do desejo, de formas de vida, de maneiras de expressão ou de afetos ou de idéias, mas também à geração de medos, a modos de ser identitários e consumistas de relacionar-se com o mundo.... (Pereira, 2004: 11)*

As mudanças das práticas, principalmente nas relações em geral, no compromisso social e trabalho comunitário, na visão de cultura, vêm-se confrontando com os modelos estabelecidos, e vão proporcionando às pessoas uma participação da qual elas não faziam idéia que poderiam vir a ter. A estratégia de comunicação popular utilizada aqui é considerada, segundo Peruzzo (1998:119), “popular-alternativa”. Esta corrente de atuação, segundo a autora, possuiria duas vertentes: a primeira é chamada de “populista esquerdizante” que pensaria a comunicação popular como libertadora, revolucionária, reivindicativa, crítica e que levaria à transformação radical da sociedade. Realizar-se-ia através de meios alternativos, colocando-se em oposição à comunicação popular-massiva. A outra vertente, considerada mais flexível, pensa que a comunicação popular poderia produzir interferências que contribuiriam para a democratização dos meios de comunicação. Não se oporia à comunicação massiva, mas construiria análises críticas acerca das estratégias de massificação, forjando outros meios de produzir cultura e veicular informações. Se não entendemos essas duas vertentes como dicotômicas e excludentes e se considerarmos as práticas presentes na Rádio Comunitária Novo Ar, podemos perceber a coexistência de uma e de outra que vão-se atualizando, admitindo o pluralismo das idéias e incorporando outras formas de se pensar a mídia.

Nesse caso, apesar dos riscos de também estar produzindo/fortalecendo modos de subjetivação endurecidos/cristalizados, a Rádio Novo Ar, enquanto uma multiplicidade, tem buscado novas maneiras de promover a participação dos sujeitos a

partir de uma recusa dos universais, do consenso, daquilo que conhecemos como processos de captura, muito disseminados pelo capitalismo contemporâneo através das práticas/discursos homogeneizantes dos meios de comunicação de massa.

Defender as questões básicas de ética e respeito ao ser humano, enquanto cidadão participante da sociedade nos coloca em pé de igualdade no que diz respeito ao comprometimento social. Os braços não deveriam continuar cruzados, indiferentes às desigualdades e às injustiças. O chamamento à implicação com os efeitos de subjetivação produzidos na comunidade e à inquietação, apesar da massificação produzida pela grande mídia, é a proposta inicial de comunicação desenvolvida e transmitida nas ondas de uma Rádio Comunitária com uma linguagem mais popular<sup>58</sup>. Falamos da interpretação da linguagem estereotipada, engessada, produzindo estigmatização e aniquilamento do ser ou “coisa” nomeada. Segundo Roland Barthes<sup>59</sup>, o processo de nomeação das coisas pela língua possui uma característica “fascista”, condicionando o indivíduo a ver a realidade de acordo com estereótipos engendrados pela própria linguagem. Tal processo é adotado pela grande mídia que, por conta de interesses políticos e econômicos, principalmente, produz as subjetividades necessárias à manutenção desse poder. Neste trabalho, pretendo entender a questão do poder, segundo Foucault<sup>60</sup>, como uma relação:

*... que intervém materialmente, atinge a realidade mais concreta dos indivíduos – seu corpo – e situa-se a nível da própria sociedade, e não acima dela, penetrando na vida cotidiana e, por isso mesmo, podendo ser caracterizado como micropoder. (Czermak & Silva, 1991: 46).*

## **4.2 - Poder e Mídia: A Questão do Monopólio**

---

<sup>58</sup> Convém ressaltar que o termo popular aqui significa estar mais próximo da linguagem adotada na comunidade. Entendendo e nos fazendo entender, viabilizando e potencializando as trocas.

<sup>59</sup> Autor citado em Arbex, 2001.

<sup>60</sup> Citado por Czermak e Silva, 1991.



*Recriando a realidade à sua maneira e de acordo com seus interesses político-partidários, os órgãos de comunicação aprisionam os seus leitores nesse círculo de ferro da realidade irreal, e sobre eles exercem todo o seu poder. (Abramo, 2003: verso da capa).*

No Brasil, encontramos a maior concentração privada na área das comunicações do mundo. São cerca de oito famílias<sup>61</sup> que controlam tudo o que é visto, ouvido, lido, apreendido, concluído e, por conseguinte, tudo o que comemos, vestimos, consumimos e no que nos tornamos. Em outras palavras, essas famílias e seus respectivos veículos de comunicação influenciam decisivamente a vida política e cultural do país. Esse sistema oligopolizado e elitizado transforma os meios de comunicação em acessos privados, destruindo as tentativas de organização desse setor como público.

Na prática, o que observamos é que os governos brasileiros entregam aos grandes empresários<sup>62</sup> não apenas determinados canais e serviços, mas também o poder de determinar quem deve receber concessões por meio de seus representantes. São impostas muitas restrições para a concessão às Rádios Comunitárias pelo próprio governo, pressionado pelos empresários da comunicação. As Rádios Comunitárias vêm crescendo em atividades e audiência, ocupando hoje o 5º lugar do *ranking* das rádios no estado do Rio de Janeiro<sup>63</sup>, o que, de certa forma, explica as perseguições sofridas. Essas mídias são consideradas ruins econômica e politicamente para aqueles que desejam manter-se no poder, controlando a comunicação no Brasil, pois elas pulverizam a audiência, antes massificada, criando novas referências culturais e políticas, gerando espaços de participação efetiva e coletiva, onde outros têm a possibilidade de gerar comunicação. Tais grupos, em muitos casos, não têm formação no campo da radiodifusão e percebemos que muitas rádios comunitárias são feitas com eficiência, o que as tornam ameaçadoras ao poderio das elites.

---

<sup>61</sup> Fonte: CEMINA – Comunicação, Educação e Informação em Gênero. 2000: 35.

<sup>62</sup> Esses empresários são os donos das grandes emissoras que compõem a ABERT – Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão.

<sup>63</sup> Dados do IBOPE, 2004.

*A posse da comunicação e da informação tornam-se instrumentos privilegiados de dominação, pois criam a possibilidade de dominar a partir da interioridade (...) do outro, criando evidências e adesões, que interiorizam e introjetam nos grupos destituídos (...) da evidência do mundo dominador, condenando e estigmatizando [outras práticas] como prática anti-social. Essa sociedade de dominação, por não poder ser questionada e contestada, se fortifica e se solidifica, passando a exercer a hegemonia numa determinada sociedade... (Guareschi, 2002: 19 – grifos meus).*

Esse contexto de produção hegemônica não é de hoje. Foi acirrado pela ditadura militar, quando se fortaleceram dispositivos sofisticados para criar realidades, dificultando o acesso a outros meios de comunicação alternativos, sufocando as culturas regionais e trazendo como efeito a massificação da maioria em favor de interesses privados. Essa hegemonia tem o poder de fazer com que grupos dominantes apontem uma situação ou uma alternativa como a única válida e possível, através de certo “controle-estimulação” (Foucault, 1979: 147). Ou seja, para exercer a dominação dos corpos, o poder não mais busca reprimir, mas estimular o desejo de se investir nos corpos, com uma prática individualizante, porém “orquestrada”, para que a massa se apresente ou se comporte de acordo com os interesses dominantes. É contra este tipo de hegemonia que se organizam os trabalhos em algumas Rádios Comunitárias, mesmo levando-se em consideração o caráter indefinido desta luta. Trata-se de ações que vêm incomodando bastante os chamados “gigantes”, em que a persistência de cidadãos e cidadãs, ao reafirmarem e praticarem o seu direito à comunicação, ocupam as ondas sonoras e colocam as rádios comunitárias no ar, apesar das perseguições sofridas.

A fim de problematizar questões que envolvem as relações de poder, ressaltamos que Foucault (1979), ao analisar a questão do poder, informa que não se trata de algo que tenha uma natureza ou uma essência definida por características universais. O poder é entendido como relação, com formas díspares, heterogêneas e dinâmicas, sempre em movimento e transformação. É perigoso afirmar que o poder e suas relações circulem apenas entre os oligopólios midiáticos. Foucault alerta que as relações de poder se dão nas práticas sociais e, como tal, são construídas historicamente. O que acontece é que a

visão reduzida que temos sobre essas forças reforçam as práticas dominantes a que temos presenciado, quando acompanhamos os meios de comunicação de massa e fortalecem, ainda mais, a produção de passividade, visto aceitarmos tudo que nos é dado, como sendo saber-verdade. No texto “Os Intelectuais e o Poder”, Deleuze, em sua conversa com Foucault, faz a seguinte afirmação:

*Se se considera a situação atual, o poder possui forçosamente uma visão total ou global. Quero dizer que todas as formas atuais de repressão, que são múltiplas, as totalizam facilmente do ponto de vista do poder... (Foucault, 1979:74)*

Esse aspecto dificulta as lutas pela democratização da comunicação porque não temos uma clara visão do que é o poder e suas formas de inserção. É preciso entendermos um pouco mais as redes de dominação que estão sendo tecidas continuamente.

Para início de conversa, o poder da mídia está para além dos meios de comunicação, pois o que eles produzem faz parte de agenciamentos coletivos. A lógica da produção desse fenômeno é encontrada na própria lógica da existência humana. Ou seja, existe uma transversalidade das linhas que constituem o corpo social; as produções midiáticas dominantes se combinam e se desencontram produzindo fluxos constantes e relações de poder. O que absorvemos do campo da mídia faz da fruição emocional, através de dispositivos disparadores de emoções. A mídia dominante trabalha buscando provocar tais vivências emocionais intensas a partir dos espetáculos produzidos e demandados por ela própria e aceitos naturalmente pela sociedade. Por exemplo, insuflar o medo na sociedade é uma ação política de controle, e é o que assistimos cotidianamente, quando somos bombardeados por notícias fortes sobre a violência nas grandes cidades ou quando especialistas simplesmente falam que não sabemos criar nossos filhos para que sobrevivam neste mundo competitivo.

A mídia se apropria dos fenômenos, esvazia-os e os transmite segundo suas demandas, apostando numa reação pública que satisfaça seus interesses, impelindo a

identificação do público com o fenômeno, espetacularizando e ironizando as subjetividades singulares.

No entanto, a Rádio Comunitária Novo Ar procura fundamentar-se numa ética relacionada ao respeito às diferentes formas de produção de existência e de opinião, num conjunto de valores que se manifesta prioritariamente no respeito à vida, ao ser humano e ao meio ambiente. Ética aqui entendida a partir de uma prática que, como afirmam Coimbra e Sá Leitão (2006: 3), busca “*suscitar uma análise crítica das forças de um pensamento que encarcerados [sic] em modos de verdade a priori, impede o pensar-criar, produzindo assujeitamentos*”. Trata-se de reafirmar a promoção da cultura, da arte, da educação, do desenvolvimento da comunidade. Propagar, difundir e estimular os artistas locais, potencializando a cultura local, pois o jornalismo comunitário deve estar preferencialmente voltado para os interesses da comunidade. A população “dá voz” ao jornalismo, provocando a integração da comunidade, em que são debatidos os temas demandados por ela ou propostos pela equipe de produtores e locutores com consulta a essa população, pesquisando-se o nível de interesse sobre a proposição dos temas. A programação costuma ser planejada no sentido de estimular o pensamento, os encontros entre as pessoas que vivem e participam da comunidade com seus problemas, suas derrotas e sucessos. Dessa forma, torna-se possível:

*(...) dar relevo às invenções de outros modos ativos de existência onde a possibilidade de transformação e criação, onde as formas coletivas e solidárias de cooperação possam se atualizar e ganhar intensidade (Coimbra e Sá Leitão, 2006: 3).*

Não por acaso as ações produzidas na Rádio Novo Ar, bem como as de outras rádios comunitárias, são consideradas transgressoras, clandestinas e indesejáveis. Segundo Foucault (1979), para escapar das relações de poder é preciso criar uma ética-estética da existência. A postura ética fomentada nesses espaços, busca afirmar os diferentes modos de existir, sem se preocupar com o que é convencionalmente marcado pelo mundo das essências, tão propalado pelo sistema capitalista e pela mídia que o

sustenta, como bom ou mau<sup>64</sup>. Essa ética nos faz lembrar que somos afetados a todo o tempo pelo que é produzido constantemente em nosso meio, que também somos agentes produtores de afetações e, assim sendo, também produzimos subjetividades. Portanto, considerando uma ética de si, das práticas, tornando possível a produção do diferente, do inusitado, de rupturas com a massificação, tal ética pode ser chamada de

*(...) uma capacidade da vida e do pensamento que nos constitui e nos permite selecionar, nos diferentes encontros que temos, algo que possibilite ultrapassar as experiências condicionadas pela sociedade que vivemos, em direção a outras experiências, mais abertas, mais livres e diversas, em um processo de aprendizado e avaliação crítica constante (Coimbra e Sá Leitão, 2006: 14).*

Desse modo, a participação na Rádio Comunitária Novo Ar pretende ser protagonizada pela própria população, desde as reclamações sobre as autoridades até a escolha das músicas a serem veiculadas. Dessa forma, a rádio valoriza e estimula as pessoas a produzirem e potencializarem seus saberes. A proposta é, portanto, promover a qualidade de vida, estimulando a participação dos ouvintes nas questões sociais, destacando seus direitos enquanto cidadãos, tornando-se importante valorizar os movimentos populares que participam da rádio e vice-versa.

Nesse caso, a publicidade se torna uma questão secundária, pois uma das bases do trabalho comunitário tem sido a valorização dos produtos e serviços locais e a geração de empregos na comunidade. A questão da audiência torna-se um efeito do trabalho realizado, pois o que importa é a integração da comunidade e a busca por uma postura mais compromissada com a realidade social.

---

<sup>64</sup> Cabe ressaltar aqui a diferença entre ética e moral segundo Espinosa. Para o autor, o campo da Moral seria aquele que impõe deveres e regras, proibições e obrigações e estaria relacionado a um sistema de julgamentos, remetendo à idéia de se seguir um referencial, configurando servidão, assujeitamento. Porém, o campo da Ética envolve uma potência positiva sem modelos a serem copiados ou verdades impostas. Possibilita diferentes formas de existência afirmando um mundo “auto-regulável”, pressupondo um outro olhar político, desarticulado do sistema de julgamentos, não aceitando a oposição Bom/Mau. Seria o campo de constituição de processos de diferenciação, movimento e mudança. (Coimbra e Sá Leitão, 2006: 5-7).

Para que a comunicação realizada numa Rádio Comunitária cumpra seu papel de fomentar autonomias, é preciso trabalhar com o propósito de lutar a favor da liberdade de expressão, no sentido de produzir novas formas de conhecimento e de subjetividades:

*... de que serve uma rádio comunitária, se só faz o papel sujo de copiar e estimular tudo o que é de ruim e de má qualidade? A rádio vai repetir o modo indigno com que muitos tratam a pessoa, o ouvinte, considerando-a apenas como um consumidor, alguém que existe para ser manipulado? NÃO... Queremos uma rádio que seja decente com tudo e com todos. Que adote valores básicos e fundamentais à pessoa humana... A rádio se define quando faz parte da história, ela constrói a história, ela é a história. Ou a gente faz diferente do que foi feito até agora... ou não precisamos de rádio comunitária.<sup>65</sup> (grifos meus).*

O psicólogo, e qualquer outro profissional vinculado às ciências humanas e sociais, atuante numa Rádio Comunitária, percebendo esse processo de luta e seus efeitos sobre as pessoas, passa a ter um importante papel, enquanto agente analisador e capaz de estar desconstruindo junto com a comunidade, aqueles discursos que estão selados como verdades absolutas. O psicólogo, dentre esses outros profissionais, apesar de seu lugar instituído de poder, não deve atribuir às suas análises o estatuto de verdade absoluta, como ocorre na grande mídia em que o discurso dos “especialistas” desqualifica o que vem da população que “sofre na pele” os efeitos das práticas adotadas oficialmente. Sobre o discurso especialista Pereira (2004:14) aponta que:

*O conhecimento que circula sob a égide do discurso objetivo, científico e imparcial produz fatos raramente discutidos e naturaliza a relação entre os [meios de comunicação de massa] e a*

---

<sup>65</sup> Texto de Dioclécio Luz – Assessor da Frente Parlamentar de Radiodifusão Comunitária em Brasília, distribuído para todas as rádios comunitárias do Brasil.

*‘verdade’ promovendo a dificuldade do questionamento dos enunciados exibidos (...) e a análise crítica da notícia.*

Nesse sentido, a ouvidoria<sup>66</sup> do psicólogo não deve se desvincular da realidade daquela comunidade, com suas vivências e suas histórias, mesmo sabendo que existe um tipo de linguagem na mídia de massa que se confronta com a realidade comunitária, manipulando as pessoas, tratando-as como mercadorias que devem ser contadas, controladas e, em algumas circunstâncias, “desmemoriadas”. Os “mass media” priorizando certas verdades e a velocidade das informações acabam produzindo uma “amnésia coletiva”<sup>67</sup>, justificando a falta de tempo para o aprofundamento das informações veiculadas. Para Debord (1997: 128): “... *a apologia do espetáculo constitui um pensamento do não-pensamento, num esquecimento explícito da prática histórica...*”<sup>68</sup>.

Promovem então, nesse sentido, o estímulo aos preconceitos, a reiteração de concepções já formadas. Dessa forma, atravessados por inúmeros fatores, acabam não promovendo a difusão de idéias diferentes sobre determinados temas, anulando as formas de resistência e produção de saberes no meio “popular” ou buscando colocar esse saber a serviço do mercado. Ou seja:

*A importância creditada aos sistemas de comunicação, agregada a toda uma série de práticas sociais hegemônicas, estabelece lugares privilegiados*

---

<sup>66</sup> A expressão ouvidoria foi proposto para minha atuação na rádio, porque não se trata de uma escuta *psi* e nem no sentido jurídico do termo, mas de um espaço onde todos podem falar e se sentir ouvidos não demandando uma intervenção *psi*, mas podendo ampliar o debate sobre questões do dia-a-dia. Durante minha participação no programa “Mulher em Ação”, por exemplo, os ouvintes entravam no ar perguntando o que era depressão, ansiedade, hiperatividade; questionando artigos de revistas e jornais sobre essas síndromes. Ali, fazemos um exercício de desconstrução do que uma unanimidade de especialistas faziam para serializar as crianças e criamos juntos novas formas de lidar com questões vinculadas à educação e família, entre outras, sem a arrogância de impor minha posição como psicóloga ou detentora de um saber absoluto.

<sup>67</sup> Podemos citar como exemplo desta “amnésia” a eleição do Sr. Paulo Maluf como Deputado Federal mais votado pelo estado de São Paulo e a do Sr. Fernando Collor como Senador por Alagoas, depois de todo o histórico de corrupção comprovada de ambos no cenário político brasileiro, dentre outros exemplos que poderiam ser mencionados. Não se trata de um mero esquecimento, mas de um atravessamento de forças que leva o eleitor a votar em figuras como as citadas pelo seguinte motivo: “rouba, mas faz”. Trata-se de um esquecimento compensatório de práticas.

<sup>68</sup> Grifos do autor

*de detenção e disseminação de saberes, colocando de forma clara distinções entre os que possuem o conhecimento que deverá ser comunicado e os que não possuem. (Pereira, 2004:15)*

Sobre este aspecto, Foucault (1979) adverte que existe um sistema de poder que desqualifica e impede os discursos e os saberes produzidos no que outros autores<sup>69</sup> chamam de meio popular. Tal poder não está localizado apenas nas formas de censura, mas encontra-se espalhado sutilmente por toda a sociedade, inclusive entre os considerados intelectuais. A idéia que esses últimos têm em relação à detenção dos saberes, enquanto “agentes de consciência” também está inserida neste sistema de poder. Eles dizem a “verdade” ao mesmo tempo em que lutam contra o poder que os coloca como objetos e instrumentos dessa “verdade” e do discurso que veiculam. Portanto, a sutileza do saber-poder está nessa captura inclusive daqueles que produzem a massificação, que fazem falar e fazem calar. Chauí assinala que o “discurso competente” não se inspira em idéias ou valores, mas na suposta realidade dos fatos e na suposta eficácia dos meios de ação. Esta eficácia do discurso depende da afirmação e aceitação dos sujeitos sociais de sua própria incompetência. Assim abrem mão da experiência de vida para dar espaço ao discurso competente do especialista que lhe dirá como viver, como se relacionar com os semelhantes e com a natureza, apresentando os modelos científicos que deve seguir. Debord (1997:127) afirma que o “*pensamento do espetáculo*” justifica sua existência através de uma sociedade sem justificativa, sem um sentido histórico para si. Este pensamento se constitui como “*ciência geral da falsa consciência*” e está condicionado a não pensar no que se baseia para se manter no sistema espetacular. É a própria sociedade afirmando e sustentando este pensamento. Este autor assinala que:

*Os especialistas do poder do espetáculo, poder absoluto no interior do seu sistema de linguagem sem resposta, são absolutamente corrompidos por sua experiência do desprezo e do êxito do desprezo; pois reencontram seu desprezo confirmado pelo*

---

<sup>69</sup> Principalmente Chauí e Peruzzo.



*conhecimento do **homem desprezível** que é realmente o espectador.  
(grifos do autor)*

O desejo do poder dos que defendem o discurso especialista como a melhor e mais adequada forma de ser e viver no mundo é que esse seja aceito e acatado, não interessando como, pois o sujeito é considerado apenas aquele que aceita, delira e consome o que é prescrito, sendo desprezado, enquanto potente produtor de modos diferentes de existir.

Nesse sentido, através do pensamento de Foucault, Conde (2005:17) acentua que:

*A inserção dos saberes dominados, por conseguinte, tanto comporta blocos de SABER HISTÓRICO – até então dessingularizados no interior dos sistemas – quanto revaloriza o SABER DAS PESSOAS – saber ‘particular, regional, local, um saber diferencial incapaz de unanimidade e que (...) deve sua força a [sic] dimensão que o opõe a todos aqueles que o circundam’. Ao contrário das classificações hegemonicamente aplicadas, esse saber das pessoas não é bom senso nem senso comum: é saber DEIXADO DE LADO, quando não explicitamente SUBORDINADO. Consoante Foucault, a crítica local deve seu impacto exatamente a essa junção entre ‘o saber SEM VIDA da erudição e o saber DESQUALIFICADO pela hierarquia dos conhecimentos e das ciências; em última análise, ao saber histórico da LUTA’ (grifos da autora).*

Ou seja, trata-se de um conflito capital que se intensifica quando tratamos dos modelos de veiculação midiática dos saberes, levando, ou não, em consideração a questão da experiência. Por conta da amnésia coletiva provocada pela velocidade e “objetividade” pelas quais as informações são transmitidas, o valor da experimentação é dispensado. Infelizmente, aquilo que “*tem por função ‘arrancar o sujeito de si mesmo,*

*fazer com que ele não seja mais ele mesmo' em um empreendimento de 'des-subjetivação'" (Conde, 2005:24) - não tem importância quando o que se tem como meta é individualizar e despotencializar para manter a massa. Ainda pensando o quanto a experiência pode potencializar as produções de subjetividades, as escritas e outras formas de fazer história, Conde (2005:25), cita Foucault, apontando o seguinte:*

*Uma experiência é qualquer coisa que se faz realmente sozinho, mas que não se pode fazer plenamente senão na medida em que escape à pura subjetividade e que os outros possam, não diria retomá-la exatamente, mas ao menos cruzá-la e atravessá-la.*

Portanto, podemos constatar que é no encontro das experimentações singulares que se transversalizam, se atravessam, que as transformações são produzidas. A veiculação dos saberes, dada de forma vertical, unilateral e especialista, procura fazer com que esses saberes quando se encontram, afirmem os interesses dominantes. A mídia hegemônica tem como estratégia de massificação, dentre outras, a produção de modelos a serem seguidos, inculcando a crença nas essências - de que somos meras cópias em busca da perfeição, da melhor forma de existir no mundo, de acordo com as subjetividades hegemônicas produzidas pelo capitalismo. Conforme assinalam Coimbra e Sá Leitão (2006: 4):

*Enquanto produzido e produtor de subjetividades, o território do saber-poder aponta, dentre outras, para algumas construções, como a da essencialidade e o 'modo-de-ser-indivíduo'. Estas crenças são fortes expressões do capitalismo, com sua referência idealista-metafísica, presentificadas na ordem político-social. Um de seus traços são os especialismos (...)*

Em sentido contrário, a comunicação na Rádio Comunitária Novo Ar pretende se agenciar de modo a produzir outras subjetividades em seus múltiplos atravessamentos sociais. A rádio procura ser um espaço para questionamentos e transformações, onde não se deseja reproduzir modelos, mas produzir histórias. A

psicologia se encontra aí como possibilidade de produção de novos conhecimentos e saberes acerca da vida humana e de uma prática que caminhe ao encontro do compromisso social e do respeito às singularidades e à pluralidade de expressões. Dessa forma, vamos quebrando com práticas *psi* que intimizam o ser humano e o dissociam de questões políticas inerentes à sua construção histórica, singular e coletiva. A prática *psi* tem estado, assim, fadada a alimentar a construção de territórios e saberes onde a tal neutralidade do especialista será exercida. Num espaço como a Rádio Novo Ar, que busca potencializar a atuação política de um coletivo, torna-se inviável produzir uma prática *psi* ou qualquer outra que reifique o indivíduo tornando-o responsável por seu sucesso ou fracasso, por exemplo. Tais práticas que envolvem a meritocracia e a psicologização da vida social produzem os seguintes aspectos:

*O cotidiano é esvaziado politicamente, as relações de opressão, as explorações, as diversas formas de dominação são invisibilizadas e atribuídas ao território do psicológico, fazendo parte do psiquismo e da vida interior do sujeito (Coimbra e Sá Leitão, 2006: 7).*

É com estas estratégias que a mídia oligopólica garante a fala dos especialistas, sustentando que tudo o que é dito, criado, inventado fora de seus domínios é considerado sonho, ilusão, transgressão, desrespeito aos valores da sociedade e precisa ser combatido, exterminado. Assim criminalizam e desqualificam toda e qualquer possibilidade de afirmação do diferente.

O que se pretende é que a psicologia no espaço da rádio comunitária possa propor exatamente o oposto. Na Rádio Novo Ar, por exemplo, podemos ressaltar que, apoiamos o que Coimbra e Sá Leitão (2006: 9-10), afirmam sobre as problematizações do campo das intervenções e dos desafios em suas práticas militantes...

*Renunciamos, portanto, aos modelos, às identidades, às permanências, às homogeneidades. Estamos, com isso, afirmando as*

*especificidades dos diferentes e diversos saberes que se encontram no mundo; especialmente alguns que têm sido secularmente desqualificados e, mesmo ignorados pela arrogância daqueles hegemônicos, nomeados como oficiais e, por isso, produzidos como verdadeiros, únicos, universais, totalizantes. Ao afirmarmos esses saberes específicos estamos abandonando as hierarquias, os cristalizados, duros e inflexíveis limites que tentam demarcar os sagrados territórios de cada um desses saberes, que tentam isolá-los e, portanto, hierarquizá-los. Estamos apontando para uma proposta transdisciplinar onde todos esses saberes estejam presentes, possam misturar-se e ‘contaminar’ uns aos outros. Aqui, interessa a apropriação da capacidade de movimentar-se, a possibilidade de sempre transitar, de ignorar cercas, rearrumar e criar outros territórios.*

Promover tal prática de comunicação, pensada como uma experiência cultural, requer uma atitude crítica e potencializadora das relações que emergem. Neste sentido, a Rádio Comunitária Novo Ar busca fomentar processos de singularização, possibilitando formas de se produzirem outras realidades, por diversas vezes silenciadas, e provocando movimentos, “*mesmo que subterraneamente*” (Coimbra, 2001: 75). Assim sendo, Pereira (2004:15) ressalta que:

*O conhecimento cotidiano, que envolve as experimentações diretas do sujeito e a transmissão cultural de saberes, [sic] passa a entrelaçar-se com o conhecimento adquirido via meios de comunicação de massa (...) A própria noção de produção de cultura sofre modificações (...).*

Tal encontro entre as produções de cultura via saber popular e via meios de comunicação de massa é analisado por Peruzzo (1998) como complementares e não excludentes. Ela aponta para a questão do entretenimento e da informação veiculados pela grande mídia como um aspecto necessário e importante, mas que não preenche as

necessidades no que diz respeito às comunidades e aos movimentos sociais. Claro está que não se trata de negarmos o aspecto manipulador e antidemocrático da grande mídia, mas não podemos nos fechar aos momentos de contribuição em campanhas e programas elucidativos. A grande crítica está nos modos como esta comunicação é veiculada, quem a detém, e a grande produção de “amnésia histórica” realizada a serviço hoje dos interesses neoliberais. Segundo Chauí (1982: 63):

*Quando se fala em cultura popular (...) enquanto cultura dominada, tende-se a mostrá-la como invadida, aniquilada pela cultura de massa e pela indústria cultural, envolvida pelos valores dominantes, pauperizada intelectualmente pelas restrições impostas pela elite, manipulada pela folclorização nacionalista, demagógica e exploradora, em suma, como impotente face a dominação e arrastada pela potência destrutiva da alienação.*

Guattari (2005) aponta um perigo em relação à produção de cultura, quando se propõe a incrementá-la de maneira aparentemente democrática. A particularização mencionada por Chauí dá a sensação de territorialização às pessoas que, de algum modo, participam de tal produção mais diretamente, e não se percebem perdidas num mundo impossível ou abstrato. Por trás dessa sensação de pseudodemocracia, segundo Guattari, continuam a se instaurar os mesmos mecanismos segregatórios quando se categoriza a cultura de modo generalizado. Nesse sentido, quem detém o poder da veiculação e da “produção cultural” afirma que não pretende fazer dessa produção um sistema de mercados, mas difundir cultura numa aparente lei democrática de trocas num campo social. Porém, este mesmo autor sinaliza que:

*No entanto, o que se omite aqui é que o campo social que recebe a cultura não é homogêneo. A difusão de produtos como um livro ou um disco não tem absolutamente a mesma significação quando veiculada nos meios de elite sociais ou nos meios de comunicação de massa, a título de formação ou animação cultural. (Guattari & Rolnik, 2005:26)*

Mesmo diante de todas as dificuldades e da impressão de que está tudo dominado, as lutas continuam. Muitos são os movimentos que teimam em remar contra a forte maré que é o domínio de uma minoria sobre os meios de comunicação, produzindo uma série de engessamentos. A luta é afirmar que outros modos de produzir cultura e existência são possíveis.

No quinto e último capítulo, tendo em vista as questões da militância e seus aspectos éticos aqui ressaltados, serão apresentados alguns processos micropolíticos que emergem na Rádio Comunitária Novo Ar e em torno de sua existência. Ali discutiremos as falas, os depoimentos lidos e ouvidos, a produção de resistências, os encontros, os acontecimentos, os registros do diário de campo e as possíveis surpresas do caminho. Este capítulo estará baseado em considerações de Foucault e Guattari, dentre outros autores, possibilitando o encontro da produção da metodologia adotada com as questões micropolíticas e as atuais relações de poder, perpassando pelas análises sobre o poder pastoral, tão presente em nossa realidade hoje.

Também serão discutidos aspectos em torno da luta pela democratização dos meios de comunicação que atravessam permanentemente o corpo da Rádio Novo Ar que, regida por uma legislação em que prevalece o “não pode”, junto com as demais rádios comunitárias, acompanham de perto e são inteiramente afetadas por tal luta.

São os enfrentamentos de hoje da Novo Ar e as linhas construídas a partir dos encontros que experimentamos. As resistências, os efeitos produzidos na comunidade, enfim, nossa construção histórica atual. Por último, na conclusão, serão discutidos, diante dos efeitos e resistências, dispositivos que podemos produzir, apostando em linhas criativas, novos caminhos de militância e perspectivas para o futuro.

## **Capítulo 5**

### **As lutas de hoje da Rádio Comunitária Novo Ar**

*Historicamente a política de concessões foi orientada para privilegiar as oligarquias e os monopólios. Se um jornal era dócil ao governo, seu dono ganhava uma concessão de rádio. Se o jornal e o rádio eram dóceis, o dono ganhava uma televisão. [...] Agora, se o jornal, o rádio e a televisão aberta são dóceis, o dono tem todas as chances de conseguir uma televisão a cabo (Apud Motta in Guareschi, 2002:104-105).*

A ferramenta “diário de campo” tem sido riquíssima. É nela que este capítulo se embasa, fornecendo-nos algumas informações do dia-a-dia deste projeto denominado Rádio Comunitária, os efeitos e os embates vividos neste espaço coletivo e além fronteiras. Um dos episódios mais contundentes que vivemos durante a elaboração deste trabalho foi o fechamento da rádio em fevereiro de 2006.

*“São Gonçalo, 14 de fevereiro de 2006. A Polícia Federal, armada, uniformizada e com veículo oficial, e a Anatel comparecem à Rádio Comunitária Novo Ar portando um mandato de segurança datado de 04/08/2005. Levaram a mesa de operação de áudio e um link receptor. Levaram também três pessoas - colaboradoras da rádio que se encontravam naquele momento - para a delegacia federal em Niterói. Alegaram que elas estavam sendo arroladas como testemunhas e que a condição para que fossem dispensadas era a apresentação imediata do sócio fundador da rádio, o Sr. Rubenir Rocha, com o transmissor nas mãos. Na hora em que as “visitas” chegaram, o programa “Mulher em Ação” estava no ar e a locutora Márcia Rodrigues informava ao microfone a chegada dos “ilustres”. Nesse momento, Rubenir Rocha ouve a transmissão, dá meia volta, pois estava a caminho da rádio, dirige-se ao morro do Vila Três, tira de lá o transmissor e deixa na casa da companheira Janilce, também participante da Novo Ar... No dia seguinte, 15/02/2006 sai uma nota no jornal O Fluminense com o título “Operação Bom Dia São Gonçalo – caça às rádios ilegais”. No mesmo dia, a Rádio Novo Ar recebe a visita da vice presidente da Fundação Ford,*

*interessada em conhecer os projetos sociais realizados pela Comunidade Novo Ar, inclusive a rádio, calada no dia anterior” (Diário de Campo, 2006)<sup>70</sup>.*

Um breve relato acerca do incidente:

*“... ficou claro para mim que eles estavam atrás do meu pai, estavam armados, queriam prendê-lo... toda hora perguntavam por ele e mandavam-me localizá-lo. Enquanto eles estavam ali, o telefone tocou. Era o Dr. Davi, advogado da COMNAR. Foi uma feliz coincidência, pois pude dizer pra ele tudo o que se passava conosco naquele momento e ele pôde agir rapidamente. Consegui bater algumas fotos, vamos ver o que sai. Acredito que esta ação foi fruto de alguma denúncia”. (Graciene Rocha, assistente social da Comunidade Novo Ar).*

Diante desses acontecimentos, há que se considerar dois aspectos. Primeiro, o estresse produzido nas pessoas que estavam ali quando se depararam com policiais federais armados e portando algemas. Sentiram-se ameaçadas em sua segurança por conta da abordagem violenta desses agentes do Estado. Outro aspecto são as forças políticas veladas que atravessam aquele espaço – Igreja, representantes políticos, lideranças locais que não se sentem contempladas pela Comunidade Novo Ar. Essas forças vêm corroborando para despotencializar as ações, de onde saiu a suspeita de denúncia relatada acima por nossa companheira e que parece ter sido acolhida pelos demais companheiros.

## **5.1 Produzindo estratégias de resistência!**

---

<sup>70</sup> Não há páginas definidas em meu diário de campo porque foi escrito em folhas de agenda e rascunhos. Não tive tempo hábil de organizar as páginas durante o curso de mestrado, pretendendo fazê-la posteriormente.



*[...] possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, planejadas, arrastadas, violentas, irreconciliáveis, prontas ao compromisso, interessadas ou fadadas ao sacrifício; por definição, não podem existir a não ser no campo estratégico das relações de poder. Mas isso não quer dizer que sejam sub-produto das mesmas, [...]. Também são, portanto, distribuídas de modo irregular: os pontos, os nós, os focos de resistência disseminam-se com ou menos densidade no tempo e no espaço, às vezes provocando o levante de grupos ou indivíduos de maneira definitiva, inflamando certos pontos do corpo, certos momentos da vida, certos tipos de comportamento. (Heckert, 2004:43 citando Foucault, 1985: 91)*

Vera Malaguti<sup>71</sup> em um encontro conosco no curso de mestrado, apontava que são produzidas rupturas e permanências das maneiras de ser e sentir. Entendem-se como permanências as formas jurídico-subjetivas: a hierarquização absolutista, as idéias de suspeição e culpa e a fantasia de que se tem o controle total. Sobre estes aspectos são produzidas subjetividades individualizantes em que o diferente é sempre criminalizado e o consenso é pela coerção. Ainda segundo Malaguti, os métodos utilizados para a referida produção são: o extermínio, a tortura, o elogio à delação e, finalmente, a intervenção como espetáculo.

Transferindo essas idéias para o campo da radiodifusão comunitária, podemos perceber o quanto o sistema dominante manipula os sentimentos, principalmente através da grande mídia a fim de criminalizar as práticas em comunicação comunitária produzindo o medo entre seus militantes. Os métodos utilizados são os mesmo referidos por Malaguti: o extermínio das rádios comunitárias, através de seu fechamento; a tortura, como a ANATEL, junto com a Polícia Federal, fazem com os radiodifusores comunitários através de ameaças de prisão, multa e confisco de material; o elogio à delação em nosso caso é o estímulo lançado à população pela mídia dominante para que denunciem o que eles denominam de “rádios ilegais”, visto produzirem interferência na programação oficial o que, segundo dizem, prejudica o direito da população em ouvir

---

<sup>71</sup> Aula no dia 16/02/2006 no curso de mestrado na UFF dentro da disciplina A Instituição da Violência.

programas de qualidade e pode provocar acidentes aéreos; e a intervenção como espetáculo como constatamos no relato da nossa Assistente Social. A sensação que ficou entre os colaboradores da Novo Ar era a de que os “visitantes” queriam levar o fundador da rádio algemado para exibi-lo como troféu diante da comunidade, demonstrando assim que aquela prática é criminosa e que apóia-la pode significar “se dar mal” e “passar vergonha”.

*No dia seguinte ao nosso fechamento, lemos nas manchetes dos jornais locais: “Operação Bom dia São Gonçalo, fecha dez rádio ilegais em nossa cidade.” (Diário de Campo, 2006).*

O que assistimos é de uma violência sem par, embora aparentemente seja naturalizado. As pessoas são impedidas de exercer seu direito à comunicação por conta de questões de poder que nos atravessam a todo o instante. Neste sentido, podemos nos remeter a Negri (2002) quando menciona que pensar um poder constituinte nos leva a uma genealogia da subjetividade de massa, máquina constitutiva de uma outra história, diferente da narrada oficialmente, um dispositivo de produção. Tal história, produzida pelos movimentos sociais, é quase sempre inviabilizada, apagada pela história oficial. São retirados também os projetos dos atores destes movimentos, muitas vezes, subterrâneos, chamados vencidos. Poder constituinte seria então, segundo Negri, o conceito de uma crise, ligado a uma democracia radical produzida por sujeitos que extensivamente expandem suas potências. Ou seja, é em função dos movimentos de resistência que o poder opressor emerge e não o contrário. Trata-se de um poder da “multidão”, remetendo a uma idéia de revolução, democracia, cooperação. Deleuze (1988) fala em linhas de fuga e, na maioria das vezes, é assim que percebemos algumas práticas da Rádio Novo Ar: produção de maneiras singulares de escapar das possíveis capturas a que estamos vulneráveis, produzindo-nos enquanto potências.

Bem, os movimentos estão aí, alguns produzindo/fortalecendo as linhas de fuga, as singularizações, etc. Entretanto, violentamente ou de forma sutil, forças tentam impedir que esses movimentos sejam visibilizados. Quando o poder constituinte

emerge, ameaça as elites que sustentam a hegemonia construída e estas reagem produzindo formas autoritárias e repressoras de calar a voz das comunidades, instituindo a violência e o fascismo. Neste sentido, práticas de resistência são criadas para que possamos continuar lutando pelas rádios comunitárias e, em particular, pela Rádio Novo Ar. A noção de resistência aqui deve ser entendida como:

*...aquelas que não apenas atendem ao prescrito, ao designado, ao já esperado, mas que no seu fazer esboçam outros modos de ação. Tais modos, muitas vezes imprevisíveis, são possíveis de serem programados e funcionam como foco irradiador que se conectam a outras práticas (Heckert, 2004: 27).*

Trata-se de pensar as práticas de resistência como raridades, como formas inusitadas de se produzir história, como outros e novos modos de fazê-la e vivê-la. Procurando entender o modo como as lutas se dão em meio às questões que envolvem a rádio comunitária e seus meandros, foi preciso buscar como as forças que compõem tal luta engendram as práticas de resistência.

Segundo Nietzsche (1992:43), toda força atuante pode ser definida como vontade de poder, vontade que significa querer criar, afirmar. Neste caso, ao criar estratégias de luta, estamos criando embates de forças, cujas relações são sempre múltiplas, ou seja, põem em tela não somente as várias forças, mas a diferença em constante processo de diferenciação, sua plasticidade inventiva, sua possibilidade de modos. É a ação como afirmação e não como reação ou adaptação. Portanto, como é no exercício do poder que as práticas de resistência se criam e se afirmam, operando-se permanentemente em ações, é aí que emerge o coletivo ativo capaz de criar alternativas às formas de existência impostas e instituídas. Desse modo, de acordo com Heckert (2004: 42-43), as resistências incitam o exercício das relações de poder e as têm como foco.

*[...] as resistências se fabricam no plural e são constitutivas nos modos de invenção de si. [...] vem [sic] de onde*

*menos se espera; tem [sic] a potência de atravessar instituições e organizações, interrogando seus modos de funcionamento ou ainda, fabricando outros sentidos. [...] linhas desobedientes que problematizam os princípios de ordenação e conservação da vida.*

Assim, a Novo Ar vem desenhando suas práticas de resistência e por isso sofremos perseguições. Mesmo à margem, vamos produzindo dobras, uma multiplicidade de linhas – duras, flexíveis, nômades e/ou subterrâneas – singularidades espalhadas que se afastam e se encontram, sempre como forças em combate, desconstruindo e construindo formas de lutar pela democratização do fazer comunicação. Essas práticas são tecidas no coletivo, anonimamente, deixando marcas onde “[...] existências desqualificadas e ordinárias [...] afrontaram poderes constituídos colocando em xeque os regimes de opressão” (Heckert, 2004:47). Diante disso, tendo em face os acontecimentos que vivenciamos no cotidiano da rádio, vamos percebendo melhor essas lutas.

Quando a Fundação Ford esteve na rádio<sup>72</sup>, na pessoa de sua vice-presidente, o jornalista Marcus Aurélio de Carvalho<sup>73</sup> nos apresentou uma planilha com dados estatísticos do IBOPE. Nela, podíamos ver claramente que o somatório da audiência das Rádios Comunitárias atingiam o 5º lugar no *ranking* das rádios no estado do Rio de Janeiro. Este dado explica em parte a grande perseguição sofrida pelas rádios comunitárias por meio das figuras que detêm o poder e as políticas governamentais em favor dos interesses dos monopolizadores das comunicações. Tais figuras, por verem a rádio comunitária, em sua maioria, feita com qualidade por pessoas comuns, que não têm grandes conhecimentos em radiodifusão, podem considerá-la uma ameaça aos seus interesses.

*“Rio, 22 de fevereiro de 2006, participação em uma audiência pública realizada na Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) presidida pelo*

---

<sup>72</sup> Exatamente no dia seguinte ao seu fechamento, em 15 de fevereiro de 2006.

<sup>73</sup> Jornalista, radialista e professor, gerente executivo da Rádio Globo AM, coordenador da UNIRR – União e Inclusão em Redes de Rádio. Foi ele quem ciceroneou a vice-presidente da Fundação Ford nos estúdios da Novo Ar, ainda no Alcântara.

*Deputado Estadual Carlos Minc. Estamos aqui para discutir questões sobre as rádios comunitárias, a democratização dos meios de comunicação e, principalmente, sobre a digitalização das TVs e dos rádios. A maioria dos radialistas e militantes presentes contaram, com todas as letras, os inúmeros episódios de violência ocorridos quando as rádios “recebem as visitas” da ANATEL e da Polícia Federal a fim de serem fechadas. Fiquei sabendo que não é tarefa da Polícia Federal a incursão às rádios comunitárias. Ela apenas cumpre ordens do Judiciário. Diante dessa descoberta, o plenário presente na ALERJ bradou: “é aí que mora a corrupção!”. Um radialista presente, representante do município de Queimados, questionou as invasões e afirmou que muitos são os traumas produzidos nas pessoas que presenciam as intervenções agressivas durante as campanhas de fechamento das rádios comunitárias. Também foram discutidos pontos como a permanência da ABRAÇO (Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária)<sup>74</sup> fora dos conselhos de comunicação, o processo de digitalização das TVs e rádios (que vamos apresentar mais adiante) e a negativa do Ministério das Comunicações em realizar a Conferência Nacional sobre a Democratização da Comunicação. Essa negativa se mantém até hoje<sup>75</sup>!” (Diário de Campo, 2006)*

## **5.2 Sobre a digitalização...**

Se problematizássemos aqui a questão da digitalização, teríamos que produzir outra dissertação devido à riqueza e à polêmica que este tema faz emergir. Mas para entendermos do que se trata, resumidamente, veremos como a cartilha produzida pelo FNDC<sup>76</sup> nos explica essa história.

---

<sup>74</sup> A função da ABRAÇO é representar nacionalmente a radiodifusão comunitária e produzir políticas de luta pela democratização da comunicação no Brasil.

<sup>75</sup> No Seminário Mídia e Psicologia: Produção de Subjetividade e Coletividade, tomei conhecimento de que o Ministério das Comunicações está propondo para agosto de 2008 a Conferência Nacional sobre a Democratização da Comunicação.

<sup>76</sup> Fórum Nacional pela Democratização das Comunicações.

Temos acesso a 5 ou 6 canais gratuitos de TV. Vamos imaginar que esses 5 ou 6 canais fossem multiplicados por 10. Mais ainda: com melhor qualidade de som e imagem, introdução de recursos de interatividade, acesso facilitado a programas e ampliação da capacidade de recepção dos sinais. Isso, inicialmente, nos dá a sensação de que tudo é muito bom, não fossem as questões políticas e econômicas que se dão por trás disso. Primeiro: quem tem tal tecnologia capaz de disponibilizar esse serviço? O Ministério das Comunicações optou pelo sistema japonês de digitalização, contemplando os desejos da Rede Globo em detrimento de uma política de incentivo à produção de uma tecnologia nacional já em fase de experimentações e com um custo muito menor. Se o cidadão comum quiser obter um aparelho digital imediatamente após a autorização das transmissões, terá de desembolsar cerca de US\$1,5 mil, o que torna tal serviço inacessível à maioria da população brasileira.

Levando em consideração a questão da democratização das comunicações em conflito com a manutenção do monopólio (ou oligopólio, como Gindre<sup>77</sup> costuma dizer), a digitalização vem sendo uma grande luta política que produzirá fortes efeitos nos processos de subjetivação em nosso meio. A briga por um “pedaço do céu” promete não ser fácil. Ainda não sabemos se esse passo poderá favorecer às possibilidades de democratização ou se manterá mais forte a concentração da propriedade de rádios e TVs nas mãos de um pequeno número de grupos privados. Em sua palestra no Clube de Engenharia, em 4 de novembro de 2004<sup>78</sup>, Gindre ressalta o fato de que grande parte das concessões destinadas aos meios de comunicação é pública, ou seja, pertence ao povo, a todos e não poderia ser explorada à revelia dessas pessoas. Os grandes meios de comunicação, hoje, estabelecem o controle de que necessitam para se manter, impedindo a construção de encontros mais abertos, alegando ainda que os cinco artigos da Constituição que versam sobre as comunicações jamais foram regulamentados e não são auto-aplicáveis.

Esta discussão está intimamente ligada à Rádio Novo Ar, pois caso a digitalização das rádios se torne uma realidade, com a ampliação do *dial*, as estações “comunitárias” serão empurradas para a extremidade do aparelho, impossibilitando sua

---

<sup>77</sup> Gustavo Gindre é membro do coletivo Intervozes (O Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social é uma organização que luta pela democratização da comunicação), Membro do Conselho Consultivo do Sistema Brasileiro de TV Digital (SBTVD).

<sup>78</sup> Evento realizado pelo ComunicAtivistas, outro movimento social de militância na luta pela democratização da comunicação que se desligou do FNDC devido a profundas divergências políticas.

sintonia em rádios não digitais (analógicos). A luta é pela contemplação, no processo de digitalização, de todas as rádios, comunitárias ou não, a fim de que todos tenham acesso à comunicação produzida em ambos os espaços, numa forma de possibilitar, pelo menos, o início de um processo de democratização e de direito à liberdade de expressão.

### 5.3 Lei 9.612: uma faca de dois gumes

*O termômetro que mede a democracia numa sociedade, é o mesmo que mede a participação dos cidadãos(ãs) na comunicação: sem que haja possibilidade de todos dizerem sua palavra, expressarem seu pensamento, manifestarem sua opinião, não é possível uma verdadeira democracia, e corremos o risco de viver uma sociedade totalitária, fascista, onde apenas alguns têm voz e vez. (Herbert de Souza in Guareschi, 2002: 69).*

Além desses aspectos, um fantasma difícil de combater se configura nas leis que regulamentam a radiodifusão comunitária. No primeiro número do jornal “O Bandeirante”, em setembro de 2006, a primeira manchete dizia “**Lei 9.612 é uma faca de dois gumes**”. Trata-se de uma lei precária, que não ajuda o movimento de radiodifusão comunitária: pelo contrário, dificulta e atrapalha nossas atividades. Com a aprovação dessa lei, em 1998, as rádios comunitárias passaram a ter existência legal, podendo operar em Frequência Modulada (FM), com transmissores de baixa potência (até 25 *watts*) e antenas de até 30 metros de altura, prestando informações e serviços à comunidade na qual estão instaladas. Porém, apesar da lei, estamos sempre nos encontrando com as barreiras da burocracia e da corrupção que dificultam nosso trabalho. Segundo o advogado da FARC/RJ<sup>79</sup>, Davi Jorge Bitencourt, a lei 9.612 deveria sofrer profundas modificações para atender, efetivamente, às Rádios Comunitárias. Por exemplo, a lei fala em “apoio cultural”, mas não diz o que é isso. Se colocamos no ar o nome e o endereço da padaria do “seu” João, já é considerado comercial, o que é proibido por lei. Diz também que a Rádio Comunitária é uma

---

<sup>79</sup> Federação de Radiodifusão Comunitária do Estado do Rio de Janeiro.

entidade jurídica, sem fins lucrativos, mas não dá subsídios de como ela poderia se manter. Em encontro com a presidente da COMNAR, conversando sobre finanças, ela me relata uma reunião que teve em Brasília com um assessor do Ministério das Comunicações. Indagado de como poderíamos produzir fundos de manutenção, ele nos sugeriu vender rifas e fazermos bingo. Pareceu-nos clara a intenção de não fornecer os subsídios previstos em lei. Isto para facilitar a criminalização do movimento, já que, naquela época, a realização do bingo estava proibida.

Outrossim, para reprimir o funcionamento das rádios comunitárias, a ANATEL utiliza o artigo 70 da Lei 4.117 de 27 de agosto de 1962. Segundo esse artigo, regulamentado no auge da ditadura militar, constitui: “crime, punível com pena de detenção de um a dois anos, aumentada a metade se houver dano a terceiros, a instalação de telecomunicação sem observância no disposto nesta lei e nos regulamentos”. Atualmente, o judiciário entende que este artigo pode ser aplicado, o que fortalece a repressão das rádios, principalmente quando a grande mídia dissemina na sociedade civil que a existência dessas rádios pode atrapalhar o tráfego aéreo e provocar acidentes.

Está sendo desenvolvido um projeto de lei, em parceria com a AMARC e a Fundação Ford, com o objetivo de criar uma rede de advogados para atuar junto às Rádios Comunitárias em defesa do direito à comunicação.

#### **5.4 – Intervindo/interferindo<sup>80</sup> no cotidiano da comunidade**

Paralelo a esses acontecimentos, um dos aspectos que chamava atenção era a produção de novas formas de existência em relação às pessoas que passavam pela rádio. Desde o início da realização desta pesquisa, fui coletando depoimentos de pessoas que desejavam falar de como a rádio interferiu em suas vidas por meio dos programas e dos projetos desenvolvidos na COMNAR, ao lado da rádio. Aproveitamos as enquêtes dos programas, as cartas que chegavam para nós e, mesmo, depoimentos pessoais.

---

<sup>80</sup> Interferir aqui será pensado segundo Neves (2002), como uma espécie de ação de um termo sobre o outro.



Neves (2002:123) nos convida a pensar interferências, enquanto produção social de existência. Nesse sentido, ela busca na Física<sup>81</sup> uma definição de interferência que se aproxima da proposta deste trabalho.

*Interferência [...] é um fenômeno que consiste na interação de movimentos ondulatórios com as mesmas [sic] frequência e amplitude e que mantêm entre si uma determinada diferença de fase, de tal modo que as oscilações de cada um deles se adicionem, formando uma onda resultante.*

Frequência e amplitude geradas em diferentes locais ou tempos, formando uma onda. E através das ondas da Rádio Novo Ar, produzimos e analisamos alguns efeitos sobre a comunidade. Interferimos neste coletivo ao mesmo tempo em que somos parte dele.

Ainda segundo Neves (2002:125), a interferência se dá principalmente “*por interação de movimentos ondulatórios em ressonâncias e contágios*”, reafirmando aqui os encontros e os afetos. No caso da Novo Ar, trata-se dos aspectos moleculares da interferência, já que este movimento se dá de forma qualitativa, intensiva, pois interage diretamente com a produção de subjetividades e com as mudanças nas condições de vida da comunidade. Isso não exclui os aspectos extensivos da interferência, pois os atos do Ministério das Comunicações afetam direta e duramente todos que lutam pela democratização das comunicações e militam na radiodifusão comunitária.

Apresentamos aqui dois depoimentos<sup>82</sup> que auxiliam no entendimento deste fluxo do interferir no cotidiano.

***“Comunidade Novo Ar Um caminho à amizade.***

---

<sup>81</sup> Definição de interferência na Física segundo HOUAISS, 2001.

<sup>82</sup> Os depoimentos foram reproduzidos aqui conforme o original.

*Desde o final da década de 90, surgiram em minha casa, em meu rádio e, principalmente, em minha vida e na vida de toda a Família Diniz, pessoas que compartilhavam entre muitas outras, notícias, “novidades”, informações e, acima de tudo, em muitos momentos difíceis que eu passava, uma palavra de apoio, de ânimo e mais do que tudo, a Palavra de Deus.*

*Essas pessoas fizeram e fazem até hoje parte de uma história que foi construída a partir de muita doação. [...]*

*A Comunidade Novo Ar nasceu e cresceu porque foi, é e sempre será, [sic] um caminho “fácil” para que a comunicação, via rádio, chegue mais rápido nas camadas mais populares do município de São Gonçalo [...].*

*E foi dessa forma que a COMNAR passou a fazer parte do meu dia-a-dia.*

*Com a possibilidade de ter contato (via telefone) com as pessoas que “trabalhavam” na COMNAR foi possível conhece-las, [sic] não somente pelo nome e pela voz, mas também de uma forma direta com uma interação “mais viva”. [...]*

*Maria Lúcia Vieira Diniz”<sup>83</sup>*

*[...] Há exatamente 7 anos atrás, era uma mulher como tantas outras. Dona de casa, dedicada exclusivamente ao marido e filhas. Meio que alienada aos problemas políticos, não sabia nem como conversar sobre certos assuntos devido desconhecê-los. Envolvida somente com a família e claro, seus problemas.*

*Eis que alguém me falou sobre a rádio FM NOVO AR 105,9. Passei a ouvi-la e depois de algum tempo a participar de seus programas. Começou aí, sem eu perceber, um laço de amizade. Fui convidada a fazer cursos de locução, como não tinha grandes compromissos, aceitei.*

*Fui convidada a realizar um programa [...], como não tinha grandes compromissos, aceitei.*

*Mais tarde, fui convidada [...] a apresentar um programa totalmente voltado para mulheres, como não tinha grandes compromissos, aceitei.*

---

<sup>83</sup> Maria Lúcia hoje “trabalha” na equipe de voluntários da COMNAR como professora de Literatura e Língua Portuguesa nos projetos Pré Vestibular e Supletivo.

*E não percebi que eu estava passando por uma transformação, ao mesmo tempo que eu passava informações, eu ia me formando interiormente. Nascia então uma mulher até então desconhecida para mim.*

*[...] Hoje, passados esses 7 anos, estou completando [...] 50 anos de idade, avó de 4 netos e estou cursando o 6º período de jornalismo [...].*

*Márcia Rodrigues Bueno*<sup>84</sup>

Além desses atores temos vários outros que tiveram suas vidas atravessadas pelo veículo de comunicação comunitária. Nos programas, podíamos ouvir muitas histórias, cada qual com suas singularidades, que se encontravam no fluxo dos acontecimentos. Cada núcleo familiar, cada pessoa vivia a interferência de forma peculiar. Nunca foi presunção, nem intenção nossa mudar a vida e o modo de pensar das pessoas, ou fazer com que pensassem como nós. A interferência que produz efeitos nessas existências é, entre outros aspectos, pôr um ponto de interrogação no cotidiano da comunidade. Por que nos acomodar com o que é dado como verdade, se há a possibilidade de vivermos diferente, de um jeito singular? Mesmo com a rádio fora do ar, constatamos ser possível produzirmos interferências no cotidiano. Se nos limitássemos apenas à rádio como provocador, estaríamos nos contradizendo brutalmente. Isto liga-se à idéia que Deleuze (1998:119) defende, citada por Neves (2002:122): “*toda e qualquer entrada é boa desde que as saídas sejam múltiplas*”. Nenhuma onda é igual a outra, mesmo quando estão no mesmo mar.

---

<sup>84</sup> Márcia Rodrigues é a apresentadora do Programa Mulher em Ação. Este programa além de prestar serviços de utilidade pública e de ter conseguido, através do Centro de Referência da Mulher (projeto criado em 2006), um prêmio que ajuda mulheres em uma rede solidária produzindo cursos de montagem e manutenção de micros, possui aproximadamente 120 mulheres cadastradas. São as artesãs que nos referimos durante este trabalho.

## 6. Conclusão

*O genocídio que pontuou tantas vezes a história... foi também um epistemicídio. Eliminaram-se povos estranhos porque tinham formas de conhecimento estranho e eliminaram-se formas de conhecimento estranho porque eram sustentadas por práticas sociais e povos estranhos. (Santos in Guareschi, 2002: 9)*

Quando apresentei meu projeto de pesquisa à minha orientadora, ouvi dela: “É um trabalho muito potente!” Eu não tinha idéia de que potência ela falava e nem o que viria pela frente. Para mim, era simplesmente falar das coisas que se faziam na Rádio e dos projetos da COMNAR que estavam produzindo um barulho diferente em São Gonçalo. Apenas carregava a aposta que por meio de novas práticas era possível fazer outras formas de comunicação. Porém, sempre me questionava sobre os processos de subjetivação forjados na sociedade, produzidos principalmente pela interferência da grande mídia.

No decorrer deste mestrado, muita coisa aconteceu: rádio fora do ar, audiências públicas para participar, seminário nacional para preparar, aulas na graduação de psicologia da UFF para ministrar, gravidez do meu quarto filho e dissertação para concluir e defender. Neste percurso, descobri que falar de radiodifusão comunitária e produção de subjetividades implicava falar da minha prática inserida em um coletivo, em que minha voz não era apenas minha, mas se misturava com as de muitos e as vozes desse coletivo também eram minhas. Inicialmente era confuso entender, mas na prática é o que sentimos. Aquele sentimento de pertença era grande, o de autoria não tinha tanta importância. Apostávamos nos efeitos, sem nos importarmos com o ponto de partida. O que vale é a produção das linhas disparadoras de ações possíveis e de análise das nossas práticas. Em “Guerrilha Psíquica” (Blisset, 2001: 35-36) destaquei o seguinte trecho:

*A primeira mídia a ser utilizada “em positivo” por Blisset foi o rádio. **Rádio Blisset** era um programa local [...] cujos redatores chamavam-se todos Luther Blisset e utilizavam a primeira pessoa no singular para se referir, sem distinção, às façanhas próprias e às dos outros, o que chamou a atenção também da imprensa nacional. (Grifos do autor)*

Qualquer semelhança com a Rádio Novo Ar em relação a este tipo de militância é mera coincidência! O diferencial é que usamos a primeira pessoa no plural.

Ao falar com um amigo sobre esta pesquisa, também psicólogo e gonçalense, ouvi o seguinte comentário: ***“Se você pensa que vai conseguir muita coisa com o povo de São Gonçalo através desse trabalho, não se iluda. O trabalho da rádio é muito interessante, sua pesquisa é muito legal, mas você conhece bem o nosso povo”***. É claro que seria muita presunção da minha parte tentar mudar ou afetar o cotidiano de mais de um milhão de habitantes. Mas, mesmo ciente das dificuldades, não me esqueci das provocações de Luis Antônio Batista<sup>85</sup> em suas lindas aulas sobre Experiências Urbanas e Subjetividades<sup>86</sup>. Quando nos apresentou a obra de Walter Benjamin, nos falou que este autor aponta como atos políticos a insolência e o atrevimento do olhar infantil em relação aos mitos enquanto idéias perenes; ou seja, há uma importância política no interesse pelas pequenas coisas, pelo simples. É o insignificante enquanto proposta metodológica, quebrando o compacto, o impessoal intenso que aturde a razão, que produz estranhamento. Insignificante aqui pensado como ínfimo, pequeno detalhe, que interrompe os vãos totalizantes da razão. Desde essas aulas, pude olhar para São Gonçalo e para sua população como uma possibilidade de vigor e não de patologização, como até então eu pensava: um povo fraco, sem vontade, acomodado, sujeito às manifestações preconceituosas da vizinha Niterói e do Rio de Janeiro.

Em seguida, fui-me deparando com os aspectos políticos do poder, tanto em relação a grande mídia como nas questões sobre concessões e tudo o que isso pode abarcar. Infelizmente, e como já era de se esperar, a Rádio Comunitária Novo Ar continua fora do ar. Desde fevereiro de 2006, foram feitas duas tentativas de retorno às atividades radiofônicas, mas sem sucesso. Precisamos, ainda, ajustar alguns pontos, principalmente, em relação ao processo de concessão. Em meio aos acontecimentos, nós nos familiarizávamos com o conceito de produção de subjetividades e com os atravessamentos que a grande mídia constrói, objetivando forjar nossa existência, na maioria das vezes, com a nossa permissão. Percebemos que nossa prática não deveria se limitar a atacar os *mass* mídia nem demonizar suas estratégias. Nossa militância, quando voltada para as questões relacionadas à mídia hegemônica, se aproxima do que Blisset (2001:93) aponta:

---

<sup>85</sup> Professor do programa de Pós-graduação da UFF (na Psicologia e na Educação).

<sup>86</sup> Disciplina ministrada por este professor no presente curso de Mestrado em 2005/2006.

*Porém, o tipo de conspiração que estou propondo é totalmente privado de hierarquias e de centros. Praticamente não possui verdadeiros “bastidores”; em compensação, tem um número despropositado de “artífices” mais ou menos conscientes (por exemplo, cada um que participou, pelo menos uma vez, da brincadeira de “telefone sem fio” e das deformações resultantes dela); alias, não existe máscara nenhuma a ser arrancada ou, melhor, é a máscara o verdadeiro rosto do conspirador.*

Fomos questionados. Durante uma entrevista que concedi à ABRAÇO no Seminário Mídia e Psicologia, me foi perguntado porque a Novo Ar não transgredia e colocava a rádio no ar, desafiando as estruturas impostas pelo Governo Federal e seu Ministério das Comunicações. Respondi que neste momento, estrategicamente, transgredir não seria interessante para nós; apesar de o desejo de todos ser o de entrar no ar imediatamente. Devagar vamos encontrando maneiras de não deixar “a peteca cair”, enquanto travamos uma batalha no Ministério Público, denunciando os obstáculos que a política adotada por Helio Costa, Lula e companhia nos impõem, inventando exigências e impedindo-nos de exercer o legítimo direito à comunicação.

A luta não está perdida. Eu, como militante, pude, neste fluxo, participar de coletivos em que compartilhei idéias e acontecimentos com diferentes instâncias, constituindo novas/outras redes. As aulas dadas na UFF<sup>87</sup>, a participação na comissão organizadora do Seminário Mídia e Psicologia<sup>88</sup>, em que trabalhos sobre o tema, de alunos e profissionais da Psicologia de todo o Brasil, foram apresentados e discutidos, entre outros acontecimentos ligados à mídia e produção de subjetividades que pipocaram nos quatro cantos do Brasil e provocaram não só os psicólogos. Tais aspectos foram fonte de inspiração para a criação do grupo de discussão Mídia e Subjetividade e dos manifestos em prol da Conferência Nacional de Democratização da Comunicação. São bons exemplos de ampliação das redes que já vinham se formando

---

<sup>87</sup> Uma das exigências que o bolsista Capes deve cumprir como atividade orientada é ministrar uma disciplina na graduação, ligada ao tema da dissertação. Foi o meu caso.

<sup>88</sup> Este evento, já citado anteriormente foi promovido pelo Conselho Federal de Psicologia em parceria com o Conselho Regional de Psicologia, 5ª região, onde atuo como conselheira. Realizou-se em julho de 2007, na UFRJ/Campus da Praia Vermelha.

no meio da militância em radiodifusão e que, por contágio, estão afetando outras frentes e categorias.

Mesmo com a rádio fora do ar, eles não conseguem impedir a produção das redes e a amplificação das vozes da comunidade. Através dos demais projetos existentes na COMNAR, conseguimos adquirir um carro de som (como no início – pouco antes da fundação da Novo Ar). Aos poucos, vamos mobilizando a comunidade que andava um pouco fria com a ausência dos programas e da interação que eles produziam. Conseguimos convocar parceiros para a luta pela democratização da comunicação que se manifestam solidários e se oferecem para participarem de abaixo assinados, como podemos exemplificar nos depoimentos abaixo:

*“Foi uma tristeza muito grande não ouvir a rádio no ar, por vários motivos essa rádio não pode sair do ar inclusive o de utilidade pública, através da rádio conseguimos ajudar muita gente, temos que estar de mãos dadas. Dependendo de um abaixo assinado estou dentro”. (Rosângela - do Raul Veiga<sup>89</sup>).*

*“Eu acho que a rádio é uma coisa muito boa para a comunidade e não deveria acabar. Se precisar da minha assinatura estou pronta”. (Vera Lúcia – da Trindade<sup>90</sup>).*

Além disso, com o carro de som, convocamos as pessoas a irem à Casa de Cultura, em nossa sede, a fim de conversarmos sobre políticas públicas para a educação e saneamento do município, reivindicando obras e professores para a rede pública, encaminhando propostas aos órgãos responsáveis e também para participarem dos projetos e cursos que promovemos.

Sinto-me um pouco prejudicada na realização desta pesquisa e na coleta dos depoimentos devido ao fato da rádio estar há mais de um ano fora do ar, ou seja, mais

---

<sup>89</sup> Bairro de São Gonçalo.

<sup>90</sup> Outro bairro de São Gonçalo



da metade do curso de mestrado. Entretanto, não passamos em “brancas nuvens”. Independente de estarmos nas ondas do rádio, somos potentes quando não desistimos da luta. Descobrimos que mesmo fora do ar produzimos encontros, afetos e efeitos com nossa militância, agenciando outras práticas diferentes da radiodifusão, até menos potentes num dado momento, mas que deixam marcas e incitam novas formas de existência. É a isto que este trabalho se propôs: afirmar diferenças, resistir e re-existir.

## **Referências Bibliográficas**

- ABRAMO, P. “Padrões de Manipulação na Grande Imprensa”. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
- ARBEX JR., J. “Showrnalismo – A Notícia como Espetáculo”. São Paulo. Casa Amarela. 2001.
- BARROS, R.D.B. “Grupo: A Afirmação de um Simulacro” (2ª parte). São Paulo, Tese de Doutorado em Psicologia Clínica, PUC, 1995. p 307-310.
- BLISSET, L. “Guerrilha Psíquica”: tradução de Giulia Crippa. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2001. Coleção Baderna.
- CABRAL, A. Informática e Comunicação para uma Sociedade Democrática. Uma abordagem sobre organizações, propostas e ideologias no cenário brasileiro. In PERUZZO, C & Comp. (orgs.) “Comunicação e Movimentos Populares: Quais Redes”. São Leopoldo/RS – Brasil; Havana/Cuba e Montevideo/Uruguai. Ed. UNISINOS, 2002. Cap.6 pp.223-240.
- CANDIDO, G. (Senador) & LUZ, D. “Como Montar Rádios Comunitárias e Legislação Completa” – Cartilha editada pela Coletiva Nacional Petista das Rádios Comunitárias – Brasília, 1999.
- CEMINA – Comunicação, Educação e Informação em Gênero. “Irradiando Juventude nas Ondas Comunitárias”. Rio de Janeiro; Cemina. 2000.
- CHASQUI – Revista Latinoamericana de Comunicación. Quito, CIESPAL, nº.10.
- \_\_\_\_\_, Y usted, aún no tiene su FM comunitária?, Quito, CIESPAL, nº. 45, abr, 1993
- CHAUÍ, M. Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas. São Paulo: Ed. Moderna, 1982.
- \_\_\_\_\_. O que é ser educador hoje? Da arte à ciência: a morte do educador. In BRANDÃO, C. e outros. “O Educador: Vida e Morte”. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 3ª edição: 1988.
- COGO, D. M. “No Ar... Uma Rádio Comunitária”. São Paulo: Paulinas, 1998.
- COIMBRA, C.M.B. “Os Caminhos de Lapassade e da Análise Institucional: Uma Empresa Possível?”. In Revista do Departamento de Psicologia da UFF. Vol. 7, nº. 1, p. 52-80, 1995.
- \_\_\_\_\_. “Operação Rio – O Mito das Classes Perigosas: Um Estudo sobre a Violência Urbana, a Mídia Impressa e os Discursos de Segurança Pública”. Rio de Janeiro. Oficina do Autor: Niterói – Intertexto. 2001. Cap. II.

COIMBRA, C.M.B. & SÁ LEITÃO, M.B. “Direitos Humanos e a Construção de uma Ética Militante”, 2006, no prelo.

---

“Das Essências às Multiplicidades: especialismo Psi e Produções de Subjetividades” In Psicologia e Sociedade – Revista da ABRAPSO, ano II, nº. 16, 2004, 39 – 49.

CONDE, H.B. & SOUZA, V.L. “A Análise Institucional e a Profissionalização do Psicólogo”. In: KAMKHAGI, V.R. & SAIDON, O. (org) “Análise Institucional no Brasil”. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo, 1987, p. 17 – 35.

CONDE, H.B. “Apresentação: Para Desencaminhar o Presente Psi: Biografia, Temporalidade e Experiência em Michel Foucault”, in “Foucault e a Psicologia”. Guareschi, N. & Huning (orgs.) – Porto Alegre: ABRAPSO Sul, 2005.

DELEUZE, G. “O que é um Dispositivo”. In Foucault, M. *Philosophe Rencontre Internationale*, Paris, 1988.

---

“Post-scriptum: Sobre as Sociedades de Controle” in *Conversações Editora 34*, Rio de Janeiro, 1992, p.219-226.

DELEUZE, G. & GUATTARI, F. *Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia*, v. 3, tradução de Aurélio Guerra Neto et alii, Rio de Janeiro, ed. 34, 1996 (coleção Trans).

FISCHER, R. M. B. “O Visível e o Enunciável no Dispositivo Pedagógico da Mídia: A Contribuição do Pensamento de Foucault aos Estudos de Comunicação”. Trabalho apresentado no Seminário Internacional Foucault – Perspectivas na Universidade Federal de Santa Catarina. Site da UNISINOS – Universidade do Vale dos Sinos, 2003/2004. Créditos – Verso e Reverso / Revista da Comunicação.

FNDC, Cartilha nº 01 “Democratização da Comunicação: Como domar essa tal de mídia?” 2ª edição 2004-2006.

FOUCAULT, M. “Microfísica do Poder”. Rio de Janeiro, Graal, 1979.

GIRARD, B. Introducción. In: *Radioapacionados – 21 experiencias de radio comunitária em el mundo*. Quito, CIESPAL/AMARC, 1992, *Manuales didacticos CIESPAL*, v. 18, p. 29.

GONZALES, J.A. “A razão e o coração nos tão falados tempos de cólera: oralidade, modernidade e meios”. In Haussen, D. F. (org.). *Sistemas de Comunicação e Identidades na América Latina*, 1993.

GUARESCHI, P. (Coordenador) “Comunicação e Controle Social”, *Vozes*, Petrópolis, 2002.

---

(org.) “Uma Nova Comunicação é Possível: Mídia, ética e política”. Porto Alegre: Evangraf, 2002.

- GUATTARI, F. *Revolução Molecular: Pulsações Políticas do Desejo*. Ed. Brasiliense, São Paulo, 3ª edição, 1987.
- GUATTARI, F. – ROLNIK, S. “Micropolítica, Cartografias do Desejo”. 7ª Ed.rev. Petrópolis, Vozes, 2005.
- HARVEY, P. “A Condição Pós-Moderna”. Cap. 17 “A compreensão do tempo-espaço e a condição pós-moderna” Loyola, 2004.
- HECKERT, A. L. C. "Narrativas de Resistências: Educação e Políticas", Tese de Doutorado em Educação. UFF, Niterói, 2004
- HOUAISS, A. “Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa”. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. 1ª ed.
- JORNAL FAZENDO MÉDIA, Exemplares do Ano3, Niterói, 2005.
- LOURAU, R. “René Lourau na UERJ: Análise Institucional e Práticas de Pesquisa” UERJ: 1993.
- \_\_\_\_\_. Analista Institucional em tempo integral. Sonia Altoé (org) São Paulo: Hucitec. 2004.
- LUZ, D. Apostilas para formação – Gestão em Rádio Comunitária e Formação de Comunicadores. Distribuídas internamente e utilizadas nas Oficinas de Formação da COMNAR.
- MONDIN, B. “Os teólogos da libertação”. São Paulo: Paulinas, 1980.
- NEGRI, A. “O Poder Constituinte – Ensaio sobre as alternativas da modernidade”. De Paulo, 1ª edição, 2002.
- NEVES, C. A. B. “Interferir entre Desejo e Capital” Tese de Doutorado: PUC/São Paulo. 2002.
- NIETZSCHE, F. “Além do Bem e do Mal”. São Paulo: Cia das Letras, 1992.
- PASSOS, E. & BENEVIDES, R. “Clínica, Política e as Modulações do Capitalismo”. Revista Lugar Comum, RJ, n19-20, jan-jun 2004, pp159-171.
- PERUZZO, C. M. K. “Comunicação nos Movimentos Populares: A Participação na Construção da Cidadania”. Petrópolis, Vozes, 1998
- Pesquisa sobre a Cidade de São Gonçalo realizada por Graciene Rocha, Assistente Social da COMNAR, para apresentação em power point.
- Rádio Muda – [muda.radiolivre.org](http://muda.radiolivre.org).

Revista “Rede Cyberela de Comunicadoras Populares” Promovendo a Inclusão Digital através do Rádio – p.26 – 27

Revista “A Rede – Tecnologia para a Inclusão Social”. Ano I nº. 8, novembro de 2005.

ROCHA, M. G. “Apostila – Histórico da Novo Ar”. Produzida para distribuição na comunidade. 2003.

SAIDÓN, O. I. “Clínica y Sociedad – Esquizoanálisis”. Cap. 13: Redes. Pensar de otro modo. Lumen. 1999. pp.139-151.

SCHERER-WARREN, I. “Cidadania sem Fronteiras”. Cap. 1: Metodologia de redes no estudo de ações coletivas e movimentos sociais. Hucitec. 1999. pp. 21-30.

SILVA, S. “Livre definição, texto para um zine ou para nada”, Campinas, setembro 2006.

\_\_\_\_\_ “Entrevista sobre rádio livre”, para Tatiana Dias, do Trama Universitário, setembro 2006.